maio 2017 **Comunicações**
4
fórum internacional do
património arquitetónico
portugal / brasil
universidade de aveiro
theoria poiesis praxis
ROTA DO
ROMÂNICO

Organização:

Parcerias:

Cofinanciamento:

Fórum Internacional Património Arquitetónico Portugal Brasil - 2017

EDITORES

Alice Tavares
Ana Velosa
Aníbal Costa
António Coelho
Ricardo Magalhães
Rosário Correia Machado

FICHA TÉCNICA

EDITORES
Alice Tavares
Ana Velosa
Aníbal Costa
António Coelho
Ricardo Magalhães
Rosário Correia Machado

PAGINAÇÃO E MONTAGEM
Briefing

CAPA
Ana Sofia Almeida

IMPRESSÃO
Tipografia A Lusitânia

TIRAGEM
200 exemplares

EDIÇÃO
Maio de 2017

ISBN

DEPÓSITO LEGAL

Universidade de Aveiro – Departamento de Engenharia Civil
Campus Universitário de Santiago | 3810-193 Aveiro

VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa | Rota do Românico
Praça D. António Meireles, 45 | 4620-130 Lousada

http://www.ua.pt/patrimonioportugalbrasil/

Apoios Institucionais:

Nota Introdutória

O Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal/Brasil encontra-se na 4ª Edição correspondendo ao estreitamento de laços de cooperação internacional entre os 2 países, cuja primeira edição decorreu em outubro de 2014 em Campinas, São Paulo, com a organização conjunta do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) – Núcleo de Campinas e da Universidade de Aveiro.

A 2ª Edição decorreu em junho de 2015 na Universidade de Aveiro sendo uma organização conjunta entre a Universidade de Aveiro, o IAB Campinas e o Município de Campinas, cuja cooperação internacional foi firmada em 2014.

A 3ª Edição voltou a decorrer em Campinas, maio de 2016, com a organização do IAB Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC e a Universidade de Aveiro.

Esta 4ª Edição do Fórum que irá decorrer nos dias 25 e 26 de maio de 2017 no Mosteiro de Pombeiro, Felgueiras (Rota do Românico), é uma organização conjunta entre a Universidade de Aveiro (DECivil), a Rota do Românico, o IAB Campinas - Instituto dos Arquitetos do Brasil - Núcleo de Campinas, SP, Brasil (cuja Cooperação Internacional foi firmada durante 2014) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Brasil.

O Fórum é uma oportunidade de debate bilateral dirigido aos técnicos, comunidade científica, empresas, agentes culturais, Municípios, instituições ligadas à proteção e preservação do Património Arquitetónico e a todos os interessados por este tema. Os dois dias do Fórum têm momentos de debate sobre as temáticas consideradas relevantes em cada ano, para uma participação mais alargada do público. O primeiro dia será pautado por intervenções de entidades responsáveis pela classificação, proteção e promotoras das ações associadas às intervenções no Património edificado, incluindo as questões do valor cultural e patrimonial. Sendo o debate da 1ª Mesa Redonda sobre a problemática da classificação e gestão de Património em ambos os países. No segundo dia a abordagem incide sobre componentes de aplicação prática, desde a comunicação digital, ao trabalho sobre as envolventes do Património e passando pelas intervenções de reabilitação, nomeadamente de re-uso, com apresentação de casos, como exercícios de boas práticas e reflexões de natureza técnica. Dada a atualidade do tema do re-uso de Património com alteração ou não de funções e a compatibilização com os modos de vida atuais, este é o tema da 2ª Mesa Redonda.

O Fórum pretende divulgar e debater o trabalho que tem sido desenvolvido nos 2 países em torno do Património edificado, desde os processos de classificação aos de gestão do Património, reabilitação, re-uso e comunicação como processos de criação de valor, que permita a sustentabilidade cultural e social deste Património. Terá como objetivo principal a partilha de saberes e experiências ao nível técnico, científico e cultural que permitirá consolidar ações conjuntas, parcerias e aprofundar o conhecimento sobre boas práticas.

Aveiro, maio de 2017

Os Editores

Celebração do Património

Bem-vindos a terras do Românico de memória e identidade.
A Rota do Românico tem vindo a afirmar-se, na última década, como um projeto de referência nacional, sendo (re)conhecido como um paradigma, em prol do desenvolvimento regional, em diversos campos de intervenção: da conservação do património à promoção turística, da dinamização cultural à educação patrimonial.
Igualmente fundamental tem sido o contributo da Rota do Românico, através do seu Centro de Estudos do Românico e do Território, para a produção e disseminação de novos conhecimentos científicos, em matérias tão importantes para a construção da memória coletiva e da identidade territorial, como são as dedicadas ao património imóvel, móvel e imaterial dos 12 municípios que constituem a sua área de influência, nos vales do Sousa, Douro e Tâmega.
A organização de eventos de índole cultural e científica tem marcado também a atuação da Rota do Românico, merecendo particular destaque neste domínio, pela sua amplitude e diversidade temática, os dois congressos internacionais realizados em 2011 e 2014.
Agora, em 2017, a Rota do Românico assume, em parceria com a Universidade de Aveiro, mais um importante desafio: organizar e promover com sucesso a quarta edição do Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal/Brasil.
O palco para esta reflexão bilateral em torno do património cultural não poderia ser mais adequado, o imponente Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, em Felgueiras.
Ligado, na sua origem, a uma das famílias – os Sousões – mais influentes na fundação do reino de Portugal, e a Nicolau Coelho, um dos grandes homens dos Descobrimentos, este antigo mosteiro beneditino, classificado em 1910 como Monumento Nacional, constitui, ele próprio, uma verdadeira lição de história da arte e da arquitetura, exibindo características estilísticas que cruzam o românico, o gótico, o barroco, o rococó e o neoclássico.
Cinco séculos após o "achamento" da Terra de Vera Cruz, Portugal e Brasil voltam a encontrar-se para, sob o signo do património arquitetónico e de um legado comum, promover a análise e um debate que possam conduzir, com base na partilha de conhecimentos e experiências, a conclusões e recomendações, passíveis de serem adotadas pelos dois países.
Os temas deste 4.º Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal/Brasil destacam-se, desde logo, pela sua atualidade e pertinência, como sejam os ligados ao valor, gestão e classificação do património (e respetivas consequências); a importância das envolventes paisagísticas e das novas tecnologias para o património; ou ainda, as implicações da abertura do património edificado ao investimento privado para desenvolvimento de projetos turísticos.
Saudamos a iniciativa da Universidade de Aveiro pela dinamização deste Fórum em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Núcleo de Campinas e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas em nome do património.
Neste Fórum, para além de reputados oradores provenientes de instituições universitárias e de projetos de iniciativa pública e privada, marcarão igualmente presença três altos representantes de entidades com responsabilidades pela gestão, regional e nacional, do património cultural do Brasil, de Portugal e de Espanha, refletindo, por um lado, a importância das temáticas em debate e, por outro, o prestígio que o Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal/Brasil conseguiu já alcançar.

Inácio Ribeiro
Presidente da VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa

Índice

A Gestão do Património – O caso da Rota do Românico

Rosário Correia Machado[1]
[1] Diretora da Rota do Românico

Resumo
A gestão do património é, sem dúvida, uma discussão premente e de grande atualidade. A forte emergência de projetos de desenvolvimento ancorados no património e nos recursos endógenos dos territórios, são o resultado relativamente recente do surgimento de um conjunto alargado de roteiros, percursos e/ou rotas estruturadas.
A Rota do Românico, que agrega 12 municípios - Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende -, tem vindo a representar para o território do Tâmega e Sousa um grande desafio, enquanto projeto dinamizador e potenciador do desenvolvimento regional, aproveitando um importante património constituído por 58 monumentos românicos (mosteiros, igrejas, capelas, memoriais, pontes, castelos e torres).
A Rota do Românico visa, assim, constituir-se como uma estratégia dinamizadora para a (re)construção de identidade, através da memória e de uma nova economia regional, designadamente na área turística e cultural, através da promoção, gestão e animação do seu património.

Palavras-chave: Gestão, património, desenvolvimento regional, românico, identidade.

A gestão do Património

Quando abordamos a temática da gestão de património devemos ter em conta que não é um tema linear, é necessário assim ter em conta um conjunto de variáveis que o torna muito complexo. Desde logo a questão da gestão pública e a gestão privada do património.
Tal como referem Ivo Oosterbeek, Sílvia Marques e Rui Carvalho

"a gestão do património […] são práticas que resultam de processos nos quais interagem vários atores: investigadores […], gestores (gestores do património, gestores Turístico-Culturais), e profissionais de suporte […]. Estas práticas, vistas numa perspetiva totalizante, não podem ser postas em prática sem a criação de grupos de trabalho que contemplem uma gama de profissionais tão diferenciada." (Oosterbeek, 2010, pp. 215-216)

Reforçando este aspeto, importa referir que existe neste momento uma reflexão, sobre este assunto, à escala internacional. De destacar nesta matéria o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que para além de balizar a nossa reflexão, devem desde logo, orientar a nossa atitude.

Importa, contudo, ter em conta alguns conceitos e aspetos indispensáveis, na minha opinião, para que a gestão do património seja conseguida.
Preservar, iniciando desde logo por um ponto fundamental, a investigação. Sem investigação não sabemos como avançar, é este conhecimento resultante da investigação que nos permite tomar opções, tanto para a sua preservação como para a gestão.
Proteger, potenciar o património através da classificação e salvaguarda. Proteger implica assumi-lo especial, através de instrumentos regulamentares e legais, permite essencialmente definir um conjunto de regras sobre a usabilidade do elemento, de eventuais trabalhos de intervenção e conservação.
Promover, o que não é conhecido não existe. A promoção patrimonial é a par da conservação e salvaguarda e da sua dinamização dos aspetos mais relevantes para a sua gestão. É através da promoção que materializamos a sua importância, o seu valor, sem a sua promoção não se consegue passar o seu conhecimento o seu valor de memória a sua vida e acima de tudo a sua importância.
Dinamização, valorizar dinamizando é permitir a sua sustentabilidade é tornar o património útil. A usabilidade em primeiro lugar pela sua comunidade é justificar a sua existência e a sua manutenção, importa destacar neste aspeto o trabalho com o sentimento de pertença, o que é "meu" ou do "meu coletivo" tem o máximo de valor.
Acessibilidade, atualmente quando falamos de acessibilidade, falamos de um conceito muito alargado, é nessa mesma amplitude que importa trazer para este tema. Acessibilidade física, acessibilidade comunicacional, tecnológica, acessibilidade para as pessoas com mobilidade condicionada ou seja tentar desenvolver e caminhar para um Património para Todos…
Por fim Sustentabilidade, este é, sem dúvida, o aspeto onde mais barreiras se encontram. É necessário para que seja sustentável ter presente todos os aspetos anteriores mais um, os recursos económicos. É neste ponto que a gestão integrada, estruturada e, nomeadamente, planeada ganha a sua dimensão fulcral.

O caso da Rota do Românico - Uma experiência fundada na História

É em terras dos vales dos rios Sousa, Douro e Tâmega, no coração do Norte de Portugal, que se ergue vasto e importante número de elementos patrimoniais arquitetónicos de origem românica.
A sua riqueza e singularidade estiveram na génese do projeto da Rota do Românico, um itinerário estruturado que integra um conjunto de 58 elementos patrimoniais, desde mosteiros, igrejas, capelas, memoriais, castelos, torres e pontes, edificados sobretudo entre os séculos XII e XIV, intimamente ligados à fundação da nacionalidade portuguesa e testemunhos do papel relevante que este território outrora desempenhou na história da nobreza e das ordens religiosas em Portugal.
Desde o seu início em 1998, até aos dias de hoje, a Rota do Românico assume-se como um projeto público de cariz supramunicipal, que visa contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentado de toda a região, fomentando a competitividade, a coesão e a identidade territoriais, numa ótica de qualificação e de valorização de um conjunto de recursos endógenos distintivos;
– o denso e rico património edificado e intangível deste território. Ancorado num conjunto de monumentos de grande valor e de excecionais particularidades, pretende assumir um papel de excelência no âmbito do touring cultural, capaz de posicionar a região como um destino de referência do românico nacional.
- a melhoria da qualidade ambiental e da reestruturação física do território, protegendo-o e impulsionando o seu correto reordenamento, através do planeamento turístico dos recursos, das infraestruturas de suporte e das facilidades de apoio turísticas;
- o desenvolvimento de uma nova fileira produtiva, associada ao turismo e com forte potencial de dinamização de atividades conexas, passível de compensar a tradicional monodependência industrial desta região;
- a dinamização de cursos e ações de formação que contribuam para a formação dos profissionais da cultura, do turismo e de atividades associadas, que facilitem o aumento da empregabilidade qualificada;
- e, por último, a melhoria da imagem, interna e externa, da região onde se insere, reforçando a autoestima coletiva, constituem igualmente outros importantes objetivos da Rota do Românico.

Como nasce o projeto? Em 1998, foram selecionados 21 monumentos dos seis municípios (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) que compõem a VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa e, em 2003, no âmbito dos cofinanciamentos europeus, deu-se início ao desenvolvimento concreto deste projeto através das ações de conservação e valorização dos monumentos previamente selecionados.
Para além da componente infraestrutural, entendeu-se que o plano de ação da Rota do Românico deveria incluir uma componente imaterial, que permitisse elaborar materiais de informação e promoção do património românico da região.
Ainda antes da apresentação pública da Rota do Românico, que viria a ocorrer a 18 de abril de 2008, foi desenvolvido um conjunto de materiais de comunicação, entre eles uma publicação científica, um guia turístico, uma brochura, um vídeo promocional, um mapa de bolso, um sítio na internet (www.rotadoromanico.com) e uma linha de "merchandising".
Foram instalados painéis informativos bilingues com informação histórica, arquitetónica e geográfica em todos os monumentos da Rota do Românico, assim como o sistema de sinalização turística e cultural em toda a rede viária da região.
Perante o imperativo de cidadania de promover a mobilidade e a acessibilidade para todos, foi desenvolvido, desde 2008, o Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico, identificadas as necessidades de intervenção nos monumentos, nas suas envolventes e nos acessos aos transportes públicos. No âmbito da comunicação acessível e da infoacessibilidade, procedeu-se à produção de materiais de informação em escrita braille e de um vídeo promocional com legendagem e língua gestual, bem como à implementação de uma ferramenta que permite uma versão falada dos conteúdos do nosso sítio da internet em tempo real.
Em 2008, a Rota do Românico iniciou um processo de concertação entre os vários agentes económicos da região, tanto públicos como privados, com o objetivo de apresentar uma verdadeira estratégia de eficiência coletiva em torno de um objetivo comum – a dinamização da Rota do Românico.
Em março de 2010, os municípios de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende firmaram um protocolo de adesão à Rota do Românico. O processo de seleção do património de origem românica desses municípios culminou na integração de 34 elementos patrimoniais, localizados no Baixo Tâmega/Douro Sul, e de mais três, no Vale do Sousa, sendo a Rota do Românico atualmente composta por 58 monumentos.

Conservação e salvaguarda do património na Rota do Românico

No âmbito do alargamento da Rota do Românico e como consequência do diagnóstico prévio elaborado para todos os monumentos, definiu-se como princípio metodológico que as intervenções deveriam incidir prioritariamente na conservação do património edificado e no património móvel como parte integrante do conjunto.
Assim, os projetos dariam prioridade à salubridade dos edifícios e à sua estabilidade estrutural, bem como à conservação de coberturas, de madeiramentos, de alvenarias autoportantes e dos bens móveis que integram o edificado, tais como pintura mural, madeiras policromadas, azulejaria, entre outras.
Como exceção a um grande conjunto de monumentos em que a conservação é dominante, verificaram-se situações em que os bens patrimoniais acusam um profundo estado de

Figuras 1 - Imóveis Patrimoniais que integram a Rota do Românico antes das intervenções de conservação e salvaguarda.

Figuras 2 - Imóveis Patrimoniais que integram a Rota do Românico durante e depois das intervenções de conservação e salvaguarda.

ruína. Nestes casos, a decisão tem passado pela avaliação do significado do bem patrimonial nas suas relações afetivas e do imaginário das populações próximas, optando-se por integrar esses afetos na reabilitação dos bens, em detrimento da manutenção e conservação da ruína. Estas intervenções têm por normativa, no desenvolvimento do projeto, o recurso, sempre que possível, a materiais e técnicas tradicionais, não recusando a linguagem contemporânea do desenho arquitetónico.

Para a avaliação dos resultados atingidos, embora com as restrições financeiras inerentes ao projeto, há que ter em conta as relações afetivas e emocionais das populações locais perante o objeto patrimonial. Nesse sentido, o comportamento emocional destas foi e é francamente positivo, tendo contribuído para a sua autoestima e assumindo-se elas próprias como responsáveis pela sua manutenção e guarda.

Concretiza-se, assim, o princípio nuclear da salvaguarda dos bens patrimoniais como sendo os elementos constitutivos de identidade que dão sentido à vida, quer seja no plano local, regional ou nacional. Ora, conjugando esta mais-valia do envolvimento das populações locais, o objetivo estratégico é que este património seja vivido pelas comunidades como parte integrante das suas vivências e práticas quotidianas, fator fundamental para a sua manutenção.

Existe uma consciência de que os objetivos só serão atingidos caso o envolvimento da população se mantenha vivo, permanente e seja partilhado pelas gerações atuais e futuras.

Acresce a este parâmetro o contributo para a qualificação do território quando se atua salvaguardando os bens patrimoniais e a sua paisagem envolvente. A conjugação destes dois aspetos - o envolvimento da população e a qualificação do território - já tem impacto na tomada de decisão dos poderes públicos que gerem o território, bem como na interiorização de modelos de referências pelas populações locais.

A avaliação do valor da Rota do Românico nas políticas e práticas para a salvaguarda do património tem sido sustentada no entendimento de que este não é um objeto isolado para contemplação, mas um conjunto de bens patrimoniais associados e intrinsecamente interligados no território e às populações que o vivem e ao qual em primeira instância pertencem.

Acresce a isto o facto de a salvaguarda dos bens dever entender-se enquanto cruzamento do físico, o construído, com o significado que lhe está associado pelas gentes, o intangível. Foi este princípio que balizou e norteia as intervenções levadas a cabo no património da Rota do Românico, que obviamente tiveram sempre presente as recomendações espelhadas nas cartas e convenções internacionais.

A conservação, salvaguarda e valorização do património assume-se, desde a sua origem, como uma das prioridades máximas da Rota do Românico.

Embora a qualificação do património histórico e cultural seja fundamental para a Rota do Românico, desde 2004 têm vindo a ser desenvolvidas outras componentes consideradas cruciais para a sua dinamização.

Outras áreas de intervenção

Uma importante aposta da Rota do Românico tem passado pela divulgação do projeto junto da comunidade local, visando o crescente envolvimento da mesma no projeto, criando coesão e (re)construção de uma identidade coletiva. Deste modo, a dinamização de atividades lúdico-pedagógicas pelo Serviço Educativo junto da comunidade escolar, assume um caráter fundamental. Desde o ano letivo 2011/2012 que vários estabelecimentos de ensino do Tâmega e Sousa têm acolhido o projeto pedagógico, um número que tem vindo a crescer ano após ano.

Na lógica contínua assente na capacitação e no envolvimento da comunidade, ligada à dinamização cultural do projeto e do território, foi desenvolvido em 2014, um programa cultural, intitulado "Palcos do Românico", no qual os monumentos da Rota do Românico foram o palco principal, sem esquecer os equipamentos culturais do território. Ao longo dos 12 municípios da Rota do Românico foram realizados mais de 200

Figuras 3 - Serviço Educativo da Rota do Românico | Projeto Pedagógico.

Figuras 4 - "Palcos do Românico"

Figuras 5 - Visitas turísticas com interpretação do património.

eventos, entre teatro, música, dança, exposições, oficinas, etc., envolvendo mais de 50 agentes culturais profissionais nacionais e 12 da região, 1.800 participantes da comunidade local e mais de 20 mil espetadores.
Assumindo assim a importância da ligação à educação, do envolvimento das comunidades e trabalhando o sentido de dinâmica e de pertença. Citando Françoise Choy,

"à maneira de incitação, falarei somente de três frentes de luta a efetuar: primeira, a da educação e a da formação; seguidamente, a da utilização ética das nossas heranças edificadas (hoje comercializadas sob o vocábulo de "património"); e, finalmente, a da participação coletiva na produção de um património vivo." (Choay, 2011, p.50)

O compromisso com o conhecimento foi reforçado com a criação, em 2011, do Centro de Estudos do Românico e do Território, dinamizado pela Rota do Românico. Este Centro tem vindo a desempenhar um papel crucial na produção e disseminação de conhecimento, que se traduziu já na edição de diversas publicações dirigidas a um público cada vez mais abrangente. A par da linha editorial, o Centro de Estudos criou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian uma pequena biblioteca temática, bem como a Comissão Científica constituída por um conjunto de membros de reconhecimento nacional nas várias áreas do conhecimento que cruzam a Rota do Românico.
O reforço da vertente turística do produto, com a dinamização de programas de visita estruturados, dirigidos ao mercado nacional e internacional, e que se têm traduzido numa crescente procura por parte de visitantes e turistas, tem sido igualmente um dos focos do projeto.
Neste âmbito, a Rota do Românico tem potenciado as receitas realizadas nos tecidos turísticos locais, uma vez que tem permitido, de forma direta ou indireta, o aparecimento ou crescimento de um conjunto alargado de atividades e negócios, geradores de receitas, emprego e notoriedade para a região, com destaque para as unidades de alojamento de qualidade superior, de restauração, de empresas de animação turística, de roteiros turísticos temáticos e de unidades museológicas.
A adesão, em 2009, à TRANSROMANICA, a maior rede de locais e itinerários românicos da Europa, nomeada como um dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, é demonstrativa da aposta no trabalho em parceria e na internacionalização do projeto.

Conclusões

Na Rota do Românico, uma das únicas rotas turísticas europeias, estruturada nas várias dimensões, a importância da gestão é um dos seus aspetos cruciais. O modelo de gestão deve ter claro a noção de responsabilidade, ou seja se as responsabilidades trabalharem em parceria nas suas diferentes competências, a probabilidade de o modelo resultar é exponencialmente maior. O grande entrave é quando a confusão de responsabilidades persiste, agravada pela constante produção de erros, aí a memória não produz o seu efeito.
O objetivo é proteger o património, e assim protegemos a paisagem, mas fundamentalmente as suas gentes e as comunidades, estas não são partes diferenciadas e antagónicas, são sim fórmulas do mesmo todo, que só resultam como coletivo e para o coletivo, assim se constrói memória … assim se atenuam as probabilidades dos erros que os homens na história vão cometendo.

Referências Bibliográficas

CHOAY, F. (2011). As questões do património. Antalogia para um combate. Lisboa, Edições 70

MACHADO, R., (2015). A gestão pública do património. Coimbra, Rua Larga UC, nº43.

MACHADO, R., (2016). Da perenidade da pedra esculpida à construção do "nós" – o papel da Rota do Românico na (re)construção da identidade territorial. Braga, ICS – UM.

OOSTERBEEK, I., Marques, S., Carvalho, R., (2010). Gestão e Didáctica do Património Cultural: conceitos e conflitos. Tomar, Arkeos.

A Problemática da Classificação

Paula Araújo da Silva[1]
[1] Diretora-Geral do Património Cultural, Ministério da Cultura

Resumo

A realidade portuguesa sobre a Classificação do Património Imóvel vista a partir de um organismo central do Estado – a Direção Geral do Património Cultural, que tem por missão – "a execução das políticas nacionais das áreas do Património Cultural, arquitetónico e arqueológico, bem como da museologia e da conservação e restauro."

Porque classificamos?

Classificamos para preservar a memória e a identidade da nossa cultura, é como criar uma plataforma "estável" na nossa vivência quotidiana e desenvolver a capacidade criadora.

A classificação surge como um método para ordenar e catalogar o Património cultural. Está inerente ao processo de classificação do Património a preocupação pela sua preservação. Para tal, são definidas medidas de salvaguarda que têm como objetivo protegê-lo dos riscos a que possa vir a estar exposto. Em síntese, a classificação protege o Património cultural da "desordem" da sua envolvente e das ameaças à sua integridade.

Os sistemas de classificação, que ao longo dos tempos, o Estado tem vindo a implementar e que geram um conjunto de implicações para o Património cultural, não são só estruturas criadas para identificar e organizar o Património cultural revestindo-o de um caráter "oficial", mas são um discurso organizador de "memórias e legados", são estruturas de produção e manutenção do conhecimento, são, afinal, sistemas que transmitem a forma como entendemos a cada momento o passado e o presente num determinado contexto histórico e social.

Em Portugal, além da inventariação e classificação do Património cultural imóvel e móvel, temos o registo do Património cultural imaterial nacional. Mas detetamos que nem sempre, ou quase nunca, estes registos se cruzam no tempo. Por exemplo, quando se inicia um processo salvaguarda de um café, uma loja ou um moinho de inegável valor cultural, estes bens culturais ganham o estatuto de imóveis classificados, mas em inúmeros casos ficam por registar os elementos do Património móvel e imaterial inerentes a esses mesmos imóveis, o conteúdo e a função.

Assim, é necessário criar equipas multidisciplinares que abordem o bem cultural no seu todo, para que possamos conhecer a sua substância. Isto parece óbvio, mas não é, e ignorar essa abordagem global ao bem cultural, poderá resultar num conhecimento fragmentado e insuficiente.

Dado que os nossos sistemas classificatórios preveem a análise e a revisão de conteúdos, é importante dar início a

um trabalho de redescoberta e de redescrição que defina as relações existentes entre um imóvel e os bens culturais móveis e o imaterial que lhe estão associados.

Em conclusão, no universo da classificação do Património edificado urge registar os elementos do domínio do social, da antropologia, da economia e da ecologia. Este é um assunto da "ordem do dia".

Classificação do património imóvel

Dado que estamos num Fórum sobre Património com especialistas de Portugal e do Brasil, parece-me importante fazer uma breve descrição da realidade portuguesa, vista a partir de um organismo central do Estado Central – a Direção Geral do Património Cultural, que tem por missão – "a execução das políticas nacionais das áreas do Património Cultural, arquitetónico e arqueológico, bem como da museologia e da conservação e restauro."

De acordo com a Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001 de 8 de setembro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro), a proteção legal dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação, sendo estas competências da DGPC, sempre em articulação com as Direções Regionais de Cultura, de acordo com a sua respetiva área de atuação.

À DGPC compete propor ao Governo a classificação de bens imóveis de interesse nacional e de interesse público. Entende-se por classificação o ato final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural.

Na apreciação do valor do bem a classificar serão tidos em conta algum ou alguns dos seguintes critérios genéricos: o caráter matricial do bem; o génio do respetivo criador; o interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; o interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; o valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; a conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; a extensão do bem e o que nele se reflete do ponto de vista da memória coletiva; a importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; as circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

Consoante o seu valor relativo, os bens imóveis de interesse cultural podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal:

- Um bem considera-se de interesse nacional quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação, sendo que para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adotar-se-á a designação «monumento nacional». A classificação de bens culturais como de interesse nacional incumbe, nos termos da lei, ao Conselho de Ministros, revestindo a forma de decreto do Governo;
- Um bem considera-se de interesse público quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado. A classificação de bens culturais como de interesse público incumbe ao membro do Governo responsável pela área da cultura;
- Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um município. A classificação de bens culturais como de interesse municipal incumbe aos municípios, embora careça de prévio parecer favorável da DGPC.

Com uma legislação à parte (Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural – UNESCO, 1972), estão também inscritos na Lista do Património Mundial um conjunto de centros urbanos antigos: Angra do Heroísmo, nos Açores, e Porto, Guimarães e Évora, no Continente, além de uma região que corresponde à Bacia do Rio Douro, onde se produz o Vinho do Porto, a região vinhateira do Alto Douro, a paisagem cultural de Sintra, os sítios pré-históricos de arte rupestre do Côa e um conjunto de edifícios monumentais: a Universidade de Coimbra, o Forte de Elvas e os Mosteiros da Batalha, de Alcobaça e dos Jerónimos, a Torre de Belém, o Convento de Cristo, num total de 15 e ainda duas paisagens culturais: a vinha da ilha do Pico, nos Açores e a floresta de Laurissilva, na Madeira.

O Módulo "Itinerários e Inventários Temáticos", alojado no sítio da DGPC, reúne a síntese atualizada do conhecimento de sítios, conjuntos arquitetónicos e imóveis de inegável valor histórico que estão localizados em regiões de grande riqueza paisagística e patrimonial, dotadas de uma unidade histórica, antropológica e arqueológica inquestionável. São um convite à fruição e educação através do Património e peças catalisadoras de desenvolvimento local e regional que podem ajudar na reintegração social e económica de zonas desertificadas do interior.

No sistema de informação e documentação sobre o Património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português e de origem ou matriz portuguesas - SIPA - estão identificados mais de 30.000 imóveis. Esta informação está disponível para consulta online no site da DGPC, acompanhada de um pesquisa georreferenciada dos imóveis classificados e das respetivas áreas de proteção.

Estão classificados com o grau nacional cerca de 4000 imóveis (monumentos nacionais e de interesse público) e 360 em vias de classificação. Dos classificados, 577 são imóveis propriedade do Estado.

Os bens imóveis podem ainda pertencer às categorias de monumento, conjunto e sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional (Convenção de Granada). Os conjuntos são, por exemplo, os Centros Históricos e os sítios referem-se normalmente a estações arqueológicas.

Os bens imóveis classificados beneficiam de uma zona especial de proteção (ZEP), de 50 metros, contados a partir dos seus limites externos. A classificação alarga o seu âmbito estratégico através da constituição de zonas gerais e especiais de proteção, nas quais não podem ser concedidas licenças para obras de construção sem prévio parecer favorável da administração do Património cultural competente, e que podem incluir áreas onde é proibido qualquer tipo de construção (non aedificandi), destinadas à criação de tamponamentos que levem à minimização de impactos construtivos ou à salvaguarda de solos arqueológicos.

A zona especial de proteção assegura o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspetivas da sua contemplação, abrangendo os espaços verdes que sejam relevantes para a defesa do respetivo contexto.

Obrigações e incentivos

A classificação de um imóvel é o instrumento que cria as obrigações a ter quando se pretende intervir nesse edifício. Pressupõe um conjunto de restrições que passam pela obrigatoriedade de respeitar aquilo que de importante tem o bem classificado, e que constituiu a razão da sua classificação! Mas, por sua vez, o registo patrimonial de classificação abre aos proprietários dos bens culturais classificados o acesso aos regimes de apoio, incentivos, financiamentos e estipulação de acordos e outros contratos.

Os estudos e projetos para as obras de conservação, modificação ou restauro em bens classificados são obrigatoriamente elaborados e subscritos por técnicos de qualificação legalmente reconhecida. Estes estudos têm de integrar um relatório sobre a importância e a avaliação artística ou histórica da intervenção.

Os imóveis classificados estão isentos de IMI (imposto municipal sobre imóveis) e podem beneficiar de Fundos Europeus. Também o IVA, em vez de 23%, é de 6% quando se realizam obras.

O que classificamos - ontem e hoje

A realidade portuguesa tem uma particularidade que passa pela existência de um número elevado de Monumentos Nacionais que são propriedade do Estado. Esta nacionalização de bens decorreu em dois momentos distintos, o primeiro em 1834 com a extinção das Ordens Religiosas, tendo todos os bens destas Ordens passado para pertença do Estado, uma influência direta da legislação francesa e da sua Revolução; o segundo momento, que ocorreu já no século XX e ao longo de 30 anos, em que ao proceder-se à classificação de um bem, uma das suas consequências era a sua nacionalização, isto é, passar de imediato para a posse do Estado.

As primeiras classificações datam de 1910 (Decreto de 6 de Junho) e constam de uma listagem por tipologia (castelos e fortalezas, igrejas, etc.) num total de 128 imóveis. Desde essa data, até aos dias de hoje classificámos perto de 4000 imóveis.

A par com a restante legislação e também com as Cartas e Convenções Internacionais, as classificações muitas vezes constituem a única possibilidade de salvar um bem. Refletem as preocupações que, ao longo do século XX e já no século XXI, a sociedade vai tendo para com o seu Património. Para além da classificação do Monumento como objeto de interesse de memória histórica e da sociedade passámos, a partir de meados do século passado, a classificar conjuntos, nomeadamente os centros antigos das cidades. O interesse não se foca só no monumento, mas em toda a sua envolvente.

Também o Património vernacular, assim como o Património industrial, se encontram hoje em perigo e, muitas vezes, em irremediável perda.

A necessidade de proteger e estudar o Património industrial surgiu em Portugal no início da década de 80. A expressão arqueologia/património industrial começou a divulgar-se através de exposições ou dos primeiros estudos de carácter científico.

Também a arquitetura moderna, o Património arquitetónico do século XX, tem vindo a ser classificado, referindo a título de exemplo a Casa de Chá da Boa Nova e a Piscina das Marés, ambas em Matosinhos e cujo autor é o arquiteto Álvaro Siza; em Lisboa, a Fundação Calouste Gulbenkian, dos arquitetos Ruy Athouguia, Pedro Cid e Alberto Pessoa e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, do arquiteto Nuno Teotónio. Todos estes exemplos foram classificados de Monumento Nacional.

Mas há que inventariar para posteriormente classificar de uma forma organizada a arquitetura do século XX.

O Futuro

Temos a certeza que a Classificação do Património foi essencial para a sua preservação, durante o século XX, em que as tecnologias de construção se alteraram profundamente. O modo de construir, a pressão demográfica e o desenvolvimento económico levou a uma alteração radical da forma de viver.

O que está em causa é mantermos a integridade do Património que consideramos importante deixar para as gerações futuras. Porém, não podemos ter uma visão excessivamente conservadora defendendo que tudo tem de ser preservado.

O edificado, as cidades, são o acumular de intervenções. Sobreposições sucessivas e adaptações às exigências de conforto e higiene sustentáveis vão sucessivamente alterando as casas e as cidades. O território.

Estamos certos que, a partir da década de 80 do século passado, a classificação de inúmeros centros históricos e núcleos antigos das nossas cidades levou a que se tenha conseguido preservar a identidade, o "espírito do lugar" desses sítios que, se não fosse o caso, provavelmente teriam desaparecido.

É evidente e inegável que foi a preservação do Património que levou à atual procura e ao interesse, nomeadamente por parte do Turismo Cultural, pelas nossas cidades. Mas, paradoxalmente, é essa mesma pressão turística que, por vezes, tenta ultrapassar as condicionantes e as obrigações de preservação desse Património!

Se por um lado o Turismo tem sido o principal fator de desenvolvimento económico e, naturalmente, estamos muito satisfeitos com isso, pode ser, se não se tomarem as cautelas necessárias, fator de retrocesso.

As cidades são territórios complexos que agregam múltiplas funções, mas a habitação é essencial para que sejam sustentáveis não só do ponto de vista cultural, como social, económico e ambiental.

Brasil, 80 anos protegendo um patrimônio

Andrey Rosenthal Schlee[1]
Anna Elisa Finger[1]
[1] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Resumo
O artigo analisa os oitenta anos de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no sentido de identificar e proteger bens materiais que constituem o chamado Patrimônio Cultural Brasileiro.

Introdução

De janeiro de 1937 a janeiro de 2017, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) classificou, via tombamento, 1263 bens[1]. Estabeleceu, portanto, de forma unilateral e discricionária, o que se entendia como "patrimônio histórico e artístico nacional" ou o que se entende como "patrimônio cultural brasileiro".

Embora o Brasil tenha acompanhado a discussão internacional que levou à ampliação da noção de Patrimônio – com importante repercussão na Constituição Federal de 1988 – o principal documento legal aplicado para a proteção de bens materiais permanece sendo o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Foi ele que instituiu o "tombamento", o ato administrativo de inscrição ou tombo de um bem em livro apropriado, e definiu seus efeitos, as limitações ao exercício do direito de propriedade, do tipo non facere. Sendo assim, discutir temas relacionados à gestão do múltiplo patrimônio cultural brasileiro implica, primeiro, reconhecer o processo de ampliação e atualização dos conceitos aplicados ao campo e perceber como ele tem moldado as práticas institucionais.

Em 80 anos de atuação, o IPHAN evoluiu de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para Patrimônio Cultural; de bens com excepcional valor arqueológico para monumentos arqueológicos de qualquer natureza existentes no território nacional; de bens materiais com endereço fixo para bens imateriais com manifestação nacional; de edificações isoladas para conjuntos urbanos inteiros; de monumentos singulares para bens seriados; da vizinhança para a ambiência da coisa tombada; de paisagens com valores cênicos para paisagens culturais; do lote ao território, do proprietário à comunidade.

É possível afirmar que o IPHAN atua, cada vez mais, em áreas que conhece menos. E que tem considerado "um amplo espectro de bens e significados, de culturas cada vez mais variadas, de um passado cada vez mais próximo, num território cada vez mais superposto e extenso"[2]. Por outro lado, a sociedade em geral, e os detentores em particular, tem exigido participar de forma ativa dos processos de identificação, reconhecimento, normatização, fiscalização e monitoramento, salvaguarda e conservação de seus bens culturais.

[1] 1188 bens inscritos, 52 aguardando homologação do ministro da cultura e 23 notificados e aguardando reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Fonte: DEPAM/IPHAN. Dados levantados por Anna Elisa Finger e Cláudia Bastos do Nascimento.
[2] FIGUEIREDO, Vanessa. Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo, USP, São Paulo, 2014.

Frente a tal contexto, cabem as seguintes perguntas: o modelo de gestão que o IPHAN construiu ao longo dos últimos 80 anos segue válido? A cultura institucional consolidada será capaz de dar conta dos desafios que se colocam para os próximos 80 anos?

Identificando e protegendo um Patrimônio

A partir de 1936, e ao assumir formalmente a direção do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, o advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade estabeleceu uma rede de amigos-colaboradores que, atuando em suas respectivas regiões, foi capaz de indicar os primeiros bens a serem protegidos e os nomes dos primeiros assistentes técnicos a serem contratados. Entre outros, a rede contou com a participação do escritor Mário de Andrade em São Paulo, do sociólogo Gilberto Freyre em Pernambuco, do historiador Godofredo de Figueiredo Filho na Bahia, do historiador Salomão Vasconcellos em Minas Gerais, do escritor Augusto Meyer no Rio Grande do Sul. No Rio Janeiro, o grupo era maior, mas não menos significativo, a exemplo do poeta Manuel Bandeira, do arquiteto Carlos Leão e da antropóloga Heloísa Alberto Torres.

Tais intelectuais montaram propostas ou listas contendo edificações, ruínas, jardins, paisagens, coleções e acervos a serem acautelados. O modus operandi gerou efeito imediato. Logo em 1938 foram indicados 328 bens, resultando em 313 tombamentos[3] e em apenas 15 indeferimentos. Entre os bens protegidos, destacam-se ainda hoje, pela importância e abrangência, os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos mineiros de Diamantina, Serro, Tiradentes, São João del Rei, Mariana e Ouro Preto. De onde se depreende que, mesmo contando com um corpo técnico absolutamente reduzido, o IPHAN, desde o primeiro momento, atuou na quase totalidade de seis cidades ditas "históricas".

Cabe perceber que o Decreto-Lei nº 25 organizou a proteção do patrimônio baseado na existência dos quatro "Livros do Tombo" e não na indicação das tipologias de bens que poderiam ser protegidas. Desta maneira, um determinado bem só é considerado acautelado quando identificado(s) o(s) seu(s) valor(es) e após a sua inscrição em pelo menos um dos livros: do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; do Tombo Histórico; do Tombo das Belas Artes; ou do Tombo das Artes Aplicadas.

Foi a opção pelo jogo dos livros que garantiu a longa permanência e a atualidade do Decreto-Lei nº 25, mesmo frente ao processo de ampliação dos conceitos ou da incorporação de novos bens ao rol do patrimônio protegido.

Considerando a amplitude e a diversidade da produção cultural brasileira – e baseado nos conceitos de "tradição" e "civilização" – Rodrigo estabeleceu recortes temáticos e temporais bastante claros, que permitiram uma atuação segura da Repartição[4]. Para tanto, simultaneamente, lançou mão das seguintes estratégias: I - da definição de uma narrativa histórica única e linear capaz de legitimar as ações do Iphan (elaborada pelo próprio Rodrigo e pelo arquiteto Lucio Costa); II - da qualificação do quadro de servidores por meio de cursos institucionais ministrados por não arquitetos (como os de Hanna Levy, Heloísa Alberto Torres ou Afonso Arinos de Melo Franco); III - da promoção de pesquisas em arquivos de todo o país, de maneira a confirmar a narrativa histórica adotada (como as conduzidas por Dom Clemente Silva Nigra, Judite Martins ou Manoel José de Paiva Jr.); IV - da colaboração com historiadores internacionais que validaram o caminho adotado (como o americano Robert Smith, o francês Germain Bazin, o inglês John Bury e o português Mário Chicó); e V - da divulgação dos resultados obtidos (principalmente por meio da Revista ou da coleção de Publicações do Serviço do Patrimônio).

[3] Sendo 243 bens tombados em 1938.
[4] Maneira carinhosa como Rodrigo Melo Franco se referia ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em linhas gerais, o IPHAN "deveria tratar das coisas móveis e imóveis com valor excepcional", o que não incluía "uma vasta quantidade de bens culturais cuja preservação, embora de manifesta conveniência pública, escapa à alçada do serviço mantido pela União"[5]. Rodrigo chegou a citar algumas categorias de bens que, na sua opinião, não deveriam ser consideradas pelo IPHAN: os documentos históricos; parcelas apreciáveis do espólio de obras de arte antiga e de artesanato tradicional; sítios urbanos e rurais em que predominam os traços de ancianidade, de pitoresco ou de beleza de paisagem; edificações que, conquanto não assumam a importância de monumentos nacionais são, contudo, produções genuínas de arquitetura brasileira, popular ou o seu tanto eruditas; coleções de peças a reclamar proteção desvelada (depositadas em sedes de institutos históricos, museus regionais e lojas maçônicas)[6].

Concebido e estruturado por intelectuais, em um primeiro momento, o IPHAN voltou sua atuação, principalmente, para a proteção de bens relacionados ao período colonial em todo o Brasil, com destaque para Minas Gerais e para o "barroco mineiro", onde se teria produzido uma arquitetura e uma arte "autenticamente brasileiras". Nesse sentido, foi tombado um grande número de monumentos religiosos (capelas, matrizes e mosteiros), militares (fortificações), administrativos (palácios e casas de câmara e cadeia), conjuntos urbanos, obras de arte (com destaque para peças sacras), além de alguns monumentos naturais (que representariam as belezas do país). A esses bens, foram atribuídos prioritariamente valores artísticos, como se observa pelo predomínio das inscrições no Livro do Tombo das Belas Artes e, em segundo lugar, no Histórico (sendo uma grande parte dos bens inscrita nos dois livros). Fácil é constatar que, no dia a dia da Instituição, ocorreu uma hierarquização dos livros do tombo e uma direcionada "falta de rigor" na determinação das inscrições. Bens indicados com claro valor histórico, foram inscritos apenas no Livro do Tombo das Belas Artes, a exemplo da ruínas jesuíticas-guarani de São Miguel das Missões/RS (1938), o que reforça a percepção de que a perspectiva estética predominou nesses primeiros anos.

Poucos foram os tombamentos de bens "não tradicionais" ou que fugiam à regra do valor estético. Destacam-se, dentre eles, o tombamento do acervo do denominado "Museu da Magia Negra", Rio de Janeiro/RJ, em função do seu valor etnográfico e, portanto, inscrito apenas no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Marcos, em Rio Claro/RJ, tombado por solicitação externa para evitar sua destruição devido à construção de uma usina hidrelétrica, mas inscrito apenas no Livro do Tombo Histórico[7].

Salvo as solicitações externas, de um modo geral, os processos de tombamento eram bastante sucintos, muitas vezes não demonstrando com clareza a motivação do acautelamento proposto. Isso permitiu a celeridade dos trabalhos, sendo que um expressivo número de bens foi tombado em um curto espaço de tempo. Assim, nas duas primeiras décadas de atuação, o IPHAN protegeu o equivalente a 50% do patrimônio tombado até hoje.

Do ponto de vista da identificação e do acautelamento de bens culturais, é necessário destacar a publicação da segunda lei brasileira voltada à proteção do patrimônio cultural: a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispôs sobre

[5] ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. Âmbito do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In. Revista Cultura, Rio de Janeiro, n.7, p.32-35, 1968.
[6] Idem.
[7] Em 1940 o conjunto foi "destombado" para permitir a execução da obra, e após ter sido evacuado, o conjunto acabou não sendo submerso pela barragem, como se esperava, e em 1988 foi aberto um novo processo de tombamento para tratar de suas ruínas.

monumentos arqueológicos e pré-históricos. Até a sua edição, o Decreto-Lei nº 25 protegia, via tombamento, os bens com valor arqueológico. O IPHAN havia tombado três sítios e cinco coleções. Após a publicação da Lei, por mais de 30 anos, a Instituição não tombou novos bens arqueológicos, que passaram a ser geridos por outra lógica, e os poucos processos abertos foram indeferidos. Entretanto, a partir de 1985 nota-se um ligeiro aumento do número de processos abertos (a maioria arquivado), sendo tombados o Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato/PI (1992), e a Ilha do Campeche, em Florianópolis/SC (1998), além de uma coleção de artefatos, também em Florianópolis/SC (1986).

Por força da Lei nº 3.924, os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram estão sob a guarda e proteção do Poder Publico. O Centro Nacional de Arqueologia (CNA) do IPHAN é o responsável pela gestão do patrimônio arqueológico que, atualmente, conta com cerca de 24 mil sítios cadastrados, envolve 400 instituições de pesquisa e guarda e acompanha aproximadamente 10 mil projetos de pesquisa autorizados.

Rodrigo manteve-se na presidência do IPHAN até 1967, sendo substituído pelo arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro, que dirigiu a Instituição por mais 12 anos. Foi quando teve início uma primeira revisão ou redefinição da política institucional. Em virtude da crescente expansão urbana pelo qual passava o país e do consequente aumento da demanda por áreas urbanizadas – impactando fortemente nos conjuntos protegidos e na ambiência dos monumentos isolados – observou-se uma forte preocupação com o entorno desses bens. Por outro lado, ocorreu um aumento nas solicitações externas de tombamento, demonstrando maior interesse da sociedade. Tais processos levaram o IPHAN a refletir sobre a sua capacidade de, isoladamente, continuar a promover a preservação do patrimônio cultural no país.

Buscando enfrentar o novo contexto, Soeiro reescreveu as estratégias de Rodrigo em outros termos: I – a manutenção da narrativa histórica única e linear, admitindo a existência de bens com importância estadual ou municipal; II - da organização de cursos para a formação de técnicos aptos a atuar nos diferentes órgãos de Patrimônio (como os cursos ofertados em São Paulo/1974, Recife/1976, Minas Gerais/1978 e Salvador/1980); III - da articulação do IPHAN com outros ministérios para a construção de políticas e programas voltados, principalmente, para a preservação dos conjuntos monumentais e para o fomento ao turismo; IV - da colaboração com consultores internacionais indicados pela UNESCO (como Graeme Shankland, Paul Coremans, Michel Parent, Frédéric Limburg de Stirum e Evandro Evangelista Viana de Lima).

Em 1970 e 1971 o Ministério da Educação e Cultura promoveu dois "Encontros de Governadores", propondo aos estados e municípios o compartilhamento e a descentralização da responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural. Em 1973 foi instituído o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), provavelmente a primeira experiência brasileira a buscar enfrentar a difícil tarefa de promover a preservação de modo economicamente sustentável.

Em outro sentido, observou-se um estímulo à participação social, com mudanças na relação entre Estado e Sociedade. As discussões sobre democratização do país, que ultrapassavam o âmbito político, influenciaram também o campo da preservação, fazendo críticas ao modo de seleção de bens, prioritariamente a partir de valores estéticos e eruditos, associados a uma elite política e às classes dominantes. Nesse sentido, as discussões levadas no âmbito do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)[8] influenciaram as ações do IPHAN, notadamente na questão da atribuição de valor e da seleção de bens a serem protegidos.

A noção de "identidade nacional" foi progressivamente abrindo espaço para a "diversidade" e "representatividade social", e a política de preservação começou a voltar seus olhos para bens representativos de grupos até então excluídos das ações patrimoniais. Entretanto, devido a um maior rigor técnico na instrução dos processos, o número de tombamentos caiu significativamente, fazendo com que os resultados desse movimento, iniciado ainda no final dos anos 70, só fossem efetivamente percebidos na década seguinte.

Em 1979, o designer Aloísio Magalhães assumiu como diretor-geral do IPHAN. Realizado, até 1982, um conjunto de transformações estruturais na Instituição. Foi ele quem "substituiu o patrimônio histórico e artístico de Rodrigo, pela noção de bens culturais"[9]. Se, até então, o Patrimônio trabalhava com os conceitos de Civilização e Tradição, passou a considerar as ideias de Desenvolvimento e Diversidade Cultural.

Apesar de permitirem significativos avanços nas discussões relativas à temas como cultura popular, identidade cultural e valorização das referências de grupos excluídos, tanto o CNPC quanto, mais tarde, a Fundação pró-Memória (FNpM), não conseguiram produzir novos instrumentos de acautelamento. Mesmo assim, a partir de 1980 observou-se a ampliação do leque de bens que passaram a fazer parte do patrimônio nacional, incluindo o aumento significativo do tombamento de bens relacionados à minorias ou a grupos até então não reconhecidos (como imigrantes, quilombolas, religiões de matriz africana). Também foram acautelados bens não monumentais; edifícios ecléticos; e testemunhos da ocupação do território, da história urbana, dos diferentes grupos étnicos, da história da ciência e da tecnologia. Igualmente foram ampliadas as discussões relativas à proteção do patrimônio natural e do arqueológico.

Essas mudanças, não por acaso, coincidiram com o período de redemocratização do Brasil, quando a representatividade social foi oficialmente assumida pela Constituição de 1988. Carta que, em seus artigos 215 e 216, consagrou a obrigação do Estado na proteção do exercício dos direitos culturais e da proteção das "manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional."[10]

Como exemplos desse processo, merecem destaque os tombamentos da Fundação Osvaldo Cruz (1981), do Hospital São Francisco de Assis (1983) e da Escola de Enfermagem Ana Neri (1986), todos no Rio de Janeiro/RJ, bem como da Casa de Saúde Carlos Chagas, em Lassance/MG (1985), como testemunhos da história da ciência e da tecnologia; da Fábrica de Vinho Tito Silva (1984), como modelo de saberes tradicionais; da Casa da Dona Neni, em Antônio Prado/RS (1985) e, na sequência, de diversos outros bens no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, representativos da imigração alemã e italiana no sul do Brasil; do Centro Histórico de Laguna/SC (1985), primeiro centro histórico tombado na Região Sul do Brasil por sua importância como um documento para a história urbana do país; da Estação Ferroviária de Lassance/MG (1985), relacionada ao

[8] Criado em Brasília, em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC era formado por profissionais de perfis distintos dos arquitetos de até então, como cientista sociais, críticos literários, biblioteconomistas, técnicos em educação e informática, entre outros, e buscava refletir sobre a cultura brasileira contemporânea, estabelecendo um sistema de referências para a análise da dinâmica cultural, sendo considerado como um dos predecessores dos debates que levaram à criação, décadas mais tarde, do Departamento de Patrimônio Imaterial, no âmbito do IPHAN. Funcionou até 1979, quando foi unido ao IPHAN e ao PCH para formar a SPHAN (que deu continuidade ao trabalho do IPHAN e PCH) e a Fundação Nacional pró-Memória (que assumiu o trabalho desenvolvido pelo CNPC), ambos sob o comando de Aloísio Magalhães.

[9] PORTA, Paula. Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Brasília: IPHAN, 2012.

[10] Conforme Constituição Federal de 1988: Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

BENS TOMBADOS PELO IPHAN ATÉ JANEIRO DE 2017 – Fonte: DEPAM/IPHAN				
Tipologias	Bens inscritos em livros do tombo	Tombamentos Aprovados (aguardando inscrição)	Tombamentos Provisórios (aguardando apreciação)	Total Geral
Bens paleontológicos	1	0	0	1
Conjuntos arquitetônicos	76	4	1	81
Conjuntos rurais	33	0	0	33
Conjuntos urbanos	82	1	4	87
Edificações isoladas	414	31	2	447
Edificações com acervo	382	7	5	394
Jardins históricos	12	1	0	13
Quilombos	1	0	0	1
Ruínas	26	4	0	30
Sítios arqueológicos	5	0	0	5
Terreiros	8	1	0	9
Bens naturais	21	1	2	24
Coleções ou acervos isolados	26	1	3	30
Bens móveis ou integrados	56	1	6	63
Equipamentos urbanos	45	0	0	45
Total Geral	1188	52	23	1263

patrimônio industrial; do Terreiro da Casa Branca, em Salvador/BA (1986), primeiro templo religioso não católico protegido e representativo das comunidades afro-brasileiras.

Se até então predominava o olhar "estético" – ou, quando não se identificava um premente valor artístico, o olhar "histórico" – a partir dos anos 80 houve uma ampliação das inscrições no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico para diversas categorias de bens, notadamente os conjuntos urbanos.

Em 1985, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural estendeu a proteção dada aos templos religiosos à seus acervos de bens móveis e integrados, com efeitos retroativos sobre 385 monumentos. Fato que, por um lado, garantiu coerência a preservação dos valores atribuídos aos edifícios, por outro lado, trouxe um problema de grandes dimensões para o IPHAN: o da identificação e o da documentação desse acervo. Problema ainda hoje não solucionado.

Os anos 80 também foram marcados pela preocupação com o rigor técnico na instrução dos processos de tombamento. Repercutindo na publicação da Portaria IPHAN nº 11, em 1986, e na abertura de uma série processos voltados à delimitação de áreas de entorno de bens protegidos, de maneira independente dos respectivos processos de tombamento.

Ao final da década, porém, o Presidente da República Fernando Collor de Mello paralisou a atuação do Estado e das instituições culturais federais. Em 1990, o Ministério da Cultura foi extinto e as atividades do IPHAN e da FNpM foram entorpecidas com a dissolução do Conselho Consultivo. Entretanto, dadas as suas atribuições legais e o grande apoio da sociedade, em 1992, foi criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), reconvertido para IPHAN em 1994.

Foi só nos anos 2000 que o IPHAN se reestruturou[11]. Nas décadas subsequentes, nota-se uma continuidade na busca pela diversidade cultural: decresceu o número de bens "tradicionais" protegidos, a exemplo da arquitetura religiosa católica, fortificações, palácios, e buscou-se ampliar a diversidade de representação, para bens pouco ou nada considerados. Destaca-se, nesse sentido, o tombamento do primeiro bem representativo da cultura indígena, os "Lugares indígenas sagrados denominados Kamukuwaká e Sagihenku - Alto Xingu", no Estado do Mato Grosso (2010). Também buscou-se ampliar a participação de estados e regiões ainda pouco presentes no panorama dos bens tombados no país, destacando-se a região Norte, com os centros históricos de Belém/PA, Manaus/AM e Vila Serra do Navio/AP; o Piauí, onde foram tombados três centros históricos (Parnaíba, Oeiras e Piracuruca) e outros bens isolados reconhecidos como testemunhos da ocupação do interior do Brasil durante o período colonial; o Paraná, com os tombamentos de Antonina e Paranaguá, associados ao primeiro ciclo de exploração do ouro no Brasil, antes das Minas Gerais. Mais recentemente, como fruto de um trabalho específico,[12] foram ampliados os tombamentos de terreiros de religiões de matriz africana, que conta atualmente com nove bens protegidos.

Observou-se também a ampliação efetiva dos instrumentos de acautelamento. Em 2000 foi publicado o Decreto nº 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, concretizando finalmente as reivindicações iniciadas na década de 1970, quando da criação do CNPC, por um instrumento adequado para o acautelamento de bens culturais intangíveis. Em 2009, a Portaria IPHAN nº 127/2009 buscou avançar em outra frente, instituindo a "Chancela da Paisagem Cultural" como um novo instrumento de reconhecimento. Entretanto, dificuldades encontradas para a conclusão da instrução técnica

[11] Em 2005 foi realizado o primeiro concurso da história do IPHAN, com a entrada de 222 novos profissionais, seguido por outro em 2009, acompanhado por um aumento salarial que revigorou os quadros técnicos.

[12] Em 2013 foi criado o Grupo de Trabalho Interdepartamental para Preservação do Patrimônio Cultural de Terreiros (GTIT).

RELAÇÃO ENTRE BENS TOMBADOS E A HISTÓRIA INSTITUCIONAL					
Periodização do IPHAN	Presidente do IPHAN	Momento Nacional	Bens tombados[13]	Normas de preservação publicadas	
Primeiro Período (1937-1964)	Rodrigo Melo Franco de Andrade	Ditadura do Estado Novo (1937-1945) República Nova (1945-1964)	741	0	
Segundo Período (1964-1985)	Primeira Fase (1967-1979)	Renato Soeiro (1967-1979)	Ditadura Militar (1964-1985)	128	2
	Segunda Fase (1979-1985)	Aloísio Magalhães (1979-1982)		28	2
		Marcos Vilaça (1982-1985)		32	0
Terceiro Período (1985-2003)	Primeira Fase (1985-1995)	Ângelo Oswaldo (1985-1987)	Governo Sarney (1985–1990)	17	4
		Oswaldo José de Campos Mello (1987-1988)		10	0
		Augusto da Silva Telles (1988-1989)		8	0
		Ítalo Campofioritto (1989-1990)		1	0
		Carlos Alberto Xavier (1990)	Governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995)	6	1
		Lélia Gontijo (1991)		0	0
		Jaime Zettel (1992)		0	4
		Francisco Manoel de Mello Franco (1993)		5	0
	Segunda Fase (1995-2003)	Glauco Campello (1994-1998)	Governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2003)	19	0
		Carlos Heck (1999-2003)		23	2
Quarto Período (2003-2016)		Maria Elisa Costa (2003-2004)	Governo Lula (2003-2011) e Governo Dilma (2011-2016)	7	0
		Antônio Augusto Arantes (2004-2005)		6	0
		Luiz Fernando de Almeida (2006-2013)		60	11
		Jurema Machado (2013-2016)		132	8
Atual (2016...)		Kátia Bogéa (2016...)	Governo Temer	4	1

[13] Considerados os bens inscritos e os aprovados pelo Conselho Consultivo no ano.

dos processos demonstraram a necessidade de revisão do instrumento, em curso atualmente.

Observando a trajetória institucional e, particularmente, a política de tombamentos levada a cabo pelo IPHAN, percebemos diversas mudanças ao longo do tempo no que tange à atribuição de valores, própria da dinâmica cultural, e observa-se que os tombamentos acompanharam, em maior ou menor grau, essas mudanças, havendo uma diferença significativa entre os bens selecionados para preservação no início da atuação do IPHAN, dos bens tombados nas décadas mais recentes.

A tabela apresentada na página anterior traz o número de bens tombados em cada período institucional, destacando-se a atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em cujos 30 anos de gestão foram tombados mais da metade dos bens hoje acautelados pela Instituição, numa média de 25 bens tombados por ano. Mais recentemente, durante a gestão dos arquitetos Luiz Fernando de Almeida e Jurema Machado, o número de bens tombados também foi expressivo, decorrente da reestruturação e fortalecimento do IPHAN.

Conclusão

A "vida" de um bem material, o período de sua existência, de uma maneira didática, pode ser dividida em três momentos. O primeiro, corresponde à sua concepção, elaboração, execução ou feitura. A ele está associado o processo cultural de produção do bem. É quando, fruto do saber fazer de um grupo social determinado, "nasce" um bem cultural e tem início a sua história tradicional. A história ao alcance do indivíduo, como nos ensinou Fernand Braudel.

O segundo momento só existe para um grupo reduzido de bens. Implica no exercício de práticas sociais, de filtragens e escolhas, que elegem – do universo de bens culturais – aqueles que serão considerados e preservados como patrimônio cultural. A ele está associado o processo cultural de valoração do bem. No Brasil, desde 1937, o IPHAN foi legitimado para identificar bens e reconhecer seus valores excepcionais, dignos de proteção enquanto pertencentes à noção de patrimônio cultural brasileiro. Na década de 1980, a partir da reorganização reivindicatória da sociedade nacional e, principalmente, com as discussões em torno da noção de referências culturais, a Instituição passou a construir meios de diálogo com as populações locais, de maneira a buscar maior representatividade em suas filtragens e escolhas. Decorre que – ao longo de oitenta anos –, de maneira menos ou mais autoritária, menos ou mais participativa, menos ou mais elitista, o IPHAN acautelou, via instrumento do tombamento, 1263 bens. Resultado da mais alta relevância para a cultura brasileira. Resultado ampliado em sua abrangência e importância, quando percebemos que, dos bens culturais reconhecidos como patrimônio cultural, 87 correspondem a conjuntos urbanos.

Finalmente, para um grupo ainda mais reduzido de bens, uma vez reconhecidos e protegidos como patrimônio cultural, deve ter início um terceiro momento, quando se aprofunda ou radicaliza o processo cultural de preservação (já que ele se estabelece no momento anterior). É a hora do desenvolvimento de ações de conservação no bem propriamente dito ou no contexto de sua influência. No nosso entendimento, tais ações sempre implicam em agregar novos valores ao bem já patrimonializado. Caso contrário, estaríamos caminhando para o seu "congelamento" ou arruinamento.

Pensar no futuro do IPHAN, ou mesmo no futuro da noção de Patrimônio Nacional, implica em perceber que o acautelamento de bens não pode significar um "fim em si mesmo". Ao contrário, reconhecer a importância de um "monumento" exige o diálogo com a sociedade, de maneira que ela assuma, direta e conscientemente, a preservação daqueles bens que legitimamente escolha como representativos de suas referências culturais.

Considerações atuais sobre a preservação de bens privados no Brasil

Maria Rita S. de Paula Amoroso[1]
[1]Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB (núcleo - Campinas - SP)

Resumo

O artigo apresenta considerações sobre a preservação de bens privados no Brasil por meio da análise das recentes transformações na política de preservação patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sobretudo nos exemplos de seus programas Monumenta e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Refletindo sobre alguns estudos de caso de restauro de imóveis privados realizados em cidades brasileiras, busca-se discutir a problemática da classificação destes bens, a qual envolve estratégias públicas e privadas de atuação.

Sabemos que desde a Constituição Federal de 1988 a noção de patrimônio cultural, no Brasil, foi ampliada com o reconhecimento da existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Em relação ao patrimônio material, passa a ter outras formas de preservação, como o Registro e o Inventário, adotadas como coadjuvantes do Tombamento (importante instrumento da política patrimonial) no que se refere à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

O patrimônio material brasileiro atualmente protegido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), composto por um conjunto de bens culturais classificados através de sua natureza – paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e artes aplicadas – é constituído por uma enorme variedade de bens tombados de natureza material, sejam eles bens imóveis (cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos, bens individuais) ou móveis (coleções arqueológicas, museológicas, documentais, etc.). Concentrando nossas reflexões no primeiro caso, isto é, nos bens imóveis, buscaremos discutir a problemática contemporânea da preservação dos bens privados brasileiros através das (1) políticas de preservação patrimoniais do IPHAN e suas estratégias de atuação, especificamente por meio do Programa Monumenta e do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, juntamente ao de (2) alguns estudos de caso de restauro de imóveis privados realizados ou não em parceria com o IPHAN.

Inicialmente, podemos abordar esta questão observando as ações encontradas, justamente, neste conjunto de bens culturais em sua natureza plural e diversificada, certamente atualizada com as demandas de nosso tempo, mas, sobretudo, em sintonia com as especificidades brasileiras – a começar por aquela de seu território. A grandeza do território brasileiro remete a novas discussões e tensões, comuns ou exclusivas, de ordem as mais diversas (política, social, econômica, cultural, sustentável, ecológica, mercadológica, etc.), e que envolvem o estreito relacionamento entre os diferentes níveis de governo – união, estados e municípios – e as instâncias ou "iniciativas" privadas, num diálogo estreito

que se efetua não sem contradições, ainda que aponte para singulares soluções.

É assim que os estudos de caso, selecionados aqui a partir de importantes cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Santos, Salvador), são trazidos a fim de representarem a própria possibilidade de entendimento de tais problemáticas relacionadas aos bens privados, de acordo com a particularidade de cada caso. Recorrendo ao conhecimento e à reflexão sobre as atuações voltadas para a proteção do patrimônio material no Brasil, será possível conhecer melhor a postura específica do IPHAN em relação aos bens privados, mediante as novas diretrizes constituintes desde o fim do século passado. Neste contexto urbano, vale lembrar da atuação do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) que visa, ao lado dos departamentos estaduais, recolocar em pauta temas essenciais ao arquiteto, à cultura arquitetônica e à própria sociedade.[1]

Sendo uma das finalidades do IPHAN fomentar a cultura da conservação do patrimônio cultural edificado, por meio de uma relação público-privada compromissada e sustentável, primeiramente vale ressaltar que muitos bens privados no Brasil podem se encontrar em situação de "não tombamento", uma vez que vários deles, ainda que inventariados e/ou classificados, não se apresentam efetivamente tombados. Enquanto o Tombamento é o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo IPHAN (instituído pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937), o sistema de preservação patrimonial brasileiro, quase exclusivamente estatal, é altamente burocratizado, o que evidencia uma realidade maior:

"Ainda não temos associações civis que atuem em campanhas pela preservação do patrimônio, especialmente o não protegido, mas que façam também a revisão crítica das políticas públicas patrimoniais, nem mesmo associações de proprietários de imóveis tombados, comuns nos países anglo-saxões, que lutam por compensações, como subsídios, isenções e facilidades de financiamento e, desta maneira, dividam com o Estado a responsabilidade da preservação do patrimônio privado. Existem, na Europa, associações como Italia Nostra e a Asociación de Vecinos del Casc Antic y de Vecinos en defensa de la Barcelona Vella, que ajudam o Estado no cumprimento de suas atribuições, mas, ao mesmo tempo, cumprem uma função de controle social das políticas de preservação." (ORMINDO e al., 2013: 11)

Se durante a década de 1970 (momento de grande riqueza de políticas patrimoniais, especialmente no Nordeste) foram criados no Brasil muitos órgãos estaduais de preservação com o apoio do Programa das Cidades Históricas (PCH), a partir da década seguinte, já sem o apoio do órgão federal, muitas dessas fundações estaduais perderam força. Ainda assim, outras continuaram exercendo o seu papel com recursos próprios ou de projetos federais, como o Programa Monumenta, sucedido pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas. O Programa Monumenta (encerrado no final de 2012, após mais de uma década de atuação em 26 cidades brasileiras) teve início em 1999 com a assinatura de um acordo de empréstimo entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, contando sempre com o apoio técnico da Unesco. Uma das principais contribuições do Monumenta na preservação do patrimônio cultural brasileiro, segundo Érica Diogo (2009: 29), foi o financiamento para a recuperação de imóveis privados, inovação que permitiu aos moradores e usuários de centros históricos conservarem os edifícios que compõem o conjunto urbano protegido.

Ao dar continuidade ao Monumenta através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que é uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento, o IPHAN teria buscado, "por meio do financiamento para recuperação de imóveis privados, contribuir para a requalificação urbana das áreas protegidas pelo governo federal como patrimônio cultural brasileiro".[2] Tendo por objetivos a melhoria e adequação das condições de habitabilidade e de uso das edificações existentes, a manutenção da população residente e dos usos tradicionais, e a viabilização de geração de renda a partir da adaptação física do imóvel para o comércio, tais objetivos seriam perseguidos de maneira a preservar os valores expressos nos processos de tombamento.

Iniciado em 2007 (e entrando em uma segunda fase em 2011), o PAC promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Em 2013, de forma inédita na história das políticas de preservação, pondo em prática uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, dando origem ao PAC Cidades Históricas, que está sendo implantado em 44 cidades de 20 estados da federação por meio de 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos. Contudo, mesmo com o apoio de órgãos federais, as ações do poder público não conseguem acompanhar o acelerado processo de arruinamento físico e deterioração social de muitos conjuntos urbanos de interesse patrimonial. As explicações são muitas: insensibilidade das autoridades estaduais e municipais, razões de caráter ideológico, extensão do universo a preservar e a frequente falta de recursos. (ORMINDO et al., 2013).

A questão do restauro de bens privados na cidade do Rio de Janeiro, neste caso, é exemplar. Grandes áreas são preservadas por decretos que criam as Áreas de Preservação do Ambiente Cultural (APAC), contexto este em que surgem novos atores na preservação dos patrimônios. Em bairros com edificações de grande diversidade arquitetônica, porém, essa política de preservação cultural pode não ficar clara ao povo. De acordo com Olinio Gomes Paschoal Coelho,

"falta a integração dos grupos com os órgãos públicos, para que tais procedimentos reflitam realmente uma vontade coletiva. A política de preservação não é discutida com os moradores dos sítios em que tal preservação é imposta, não obstante serem eles os atores principais do processo de preservação de seus valores culturais. "(COELHO, 2013: 57)

Por outro lado, muitos proprietários de prédios da cidade não têm recursos para restaurar os edifícios, assim como o próprio poder público, quando não vítima de sua própria política de recuperação de centros históricos. O acesso a este tipo de financiamento está ligado, em última instância, à responsabilidade da análise técnica que exige a aprovação do projeto pelo IPHAN. Segundo Nabil Bonduki (2010):

"Depois de uma grande morosidade e de muitas mudanças operacionais, as regras adotadas pelo programa facilitaram a obtenção do financiamento e criaram as condições para uma política sustentável de preservação, com uma fonte de alimentação dos fundos de preservação. Abriu-se, assim, uma enorme frente para uma intervenção massiva nos centros históricos, cujo impacto poderá ter grande repercussão, sobretudo se houver articulação com outras políticas voltadas para o enfrentamento dos mais graves problemas urbanos deste início de século. No entanto, perante a expectativa de um alcance mais amplo para esse tipo de ação, o número total de financiamentos ainda foi muito baixo e o tempo requerido para a análise excessivamente longo."

[1] Cf. informações no site do IAB. Disponível em http://www.iab.org.br/historia. (Acesso em 25.03.2017).

[2] In: http://portal.iphan.gov.br/ (acesso em 22.03.2017).

Figura 1. Edifício Galeria (externo e interior). Fonte: IPHAN e Tishman Speyer (sites).

Figura 2. Palácio da Construtora Phoenix em Santos-SP (externo e interior). Fonte: Prefeitura Municipal de Santos e Construtora Phoenix (sites).

Neste contexto, cada vez mais empresas se especializam no restauro de edifícios patrimoniais, sendo o retrofit de prédios considerado hoje em dia, por muitos arquitetos, como um dos meios mais eficazes de se resgatar a arquitetura histórica nos grandes centros urbanos. O projeto de retrofit do Edifício Galeria (antiga sede da Companhia Sul América de Seguros), na Rua da Quitanda, no centro da cidade do Rio de Janeiro, foi executado pela Tishman Speyer no Brasil com o objetivo de manter o equilíbrio entre a herança cultural dessa construção e a modernização do espaço físico e das instalações. Completamente modernizado sem que fossem perdidas as características arquitetônicas da fachada, o resultado é um edifício de escritórios de altíssimo padrão, totalmente integrado ao processo de revitalização do centro da cidade.[3]

Os discursos do patrimônio cultural no Brasil, por várias décadas, pautaram-se por uma assumida recusa do mercado, uma vez que este era necessariamente associado ao "inautêntico" devido estarem indiretamente associados à indústria turística, como nos lembra José Reginaldo Santos Gonçalves em seu artigo "Os limites do patrimônio". Um prédio tombado como "patrimônio cultural" existe na medida em que se inibe ou se limita sua condição de mercadoria: não pode ser vendido ou não pode sofrer alterações. No entanto, essa sua condição de mercadoria está presente não apenas na possibilidade de ser alienado, mas efetivamente na sua condição de objeto de consumo turístico, portanto enquanto suporte de uma determinada imagem que é consumida: o passado nacional, a cultura popular ou antigos bairros de uma cidade, como é o caso, segundo Gonçalves (2007), das APACS no Rio de Janeiro. Vale lembrar que existe uma extensa rede de mercado intimamente associada aos discursos do patrimônio: companhias de transporte, redes de hotéis e de restaurantes, visitações turísticas, festivais, comércio de souvenirs, edição e circulação de jornais, revistas, livros. Um dos avanços na gestão do patrimônio cultural brasileiro ocorreu em 2009, no Fórum Nacional sobre Patrimônio Cultural, onde foram definidas novas diretrizes e estratégias de atuação dos gestores culturais relacionadas às políticas econômicas (PESTANA, 2015).

Ainda de acordo com Gonçalves (2007), a tendência é sempre olhar para os patrimônios nos limites das políticas estatais de preservação, excluindo o papel desempenhado por diversas agências do mercado. Neste sentido, outro exemplo de preservação de bens privados está na cidade de Santos (SP), no restauro da Construtora Phoenix que recuperou, em 2015, o Antigo Palácio da Banca Italiana Di Sconto (banco italiano da época), construído em 1920 no Centro Histórico de Santos. Homenageado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa), é o único na cidade e região que tem o estilo Florentino. Aberto ao público, o salão de mármore com lustre, vitrais e arquitetura da época, mas também a fachada do local, conservam sua forma original, porém restaurada. Três mil folhas de ouro e 18 litros de goma-laca (resina da Índia e Tailândia) foram aplicadas no revestimento das 24 molduras de brasões no salão, representando as províncias da Itália. O restante do prédio, onde fica o escritório, foi reformado e modernizado, adaptando-se às necessidades da empresa.

(Bahia), encontraremos também contradições entre as normas de proteção estabelecidas por parte do IPHAN (e seus Programa em questão) e as ações de preservação de bens privados enquanto condição de "mercadoria" associada aos discursos do patrimônio. Aqui, o exemplo poderia ser o casarão reabilitado para uso habitacional no bairro de São Dâmaso, no centro histórico de Salvador (UNESCO, 2010).

Laços de identidade entre o ambiente urbano e o tecido social são mantidos, com ganhos positivos em vários sentidos, pois

[3] In: http://portal.iphan.gov.br/ (acesso em 23.03.2017).

Figura 3. Casarão de São Dâmaso (Salvador/BA): Fonte: Património de Influência Portuguesa (site)

a mudança radical do perfil socioeconômico dos moradores e usuários tende a originar transformações indesejáveis nos imóveis e nas formas de ocupação dos centros históricos. Ormindo (apud Bonduki, 2010) ressalta que "as tipologias arquitetônicas dos centros históricos são basicamente habitacionais ou mistas; (...) a eliminação progressiva dessa função significa não somente sua descaracterização funcional como também arquitetônico-patrimonial."
O Programa Monumenta, ainda que de modo tímido, teria buscado viabilizar algumas propostas de reabilitação dos núcleos históricos visando garantir a permanência da população de baixa renda que vive nesses sítios. Insere-se, nessa perspectiva, a criação de condições especiais de financiamento a imóveis privados para famílias com renda inferior a três salários mínimos, a partir de 2006. Com isso, o programa contribuiu, limitadamente, para o rompimento de uma prática recorrente no Brasil, que tem associado a reabilitação de centros urbanos à gentrificação, segregação e glamorização. O exemplo paradigmático dessa prática é a intervenção no centro histórico de Salvador, na área do Pelourinho/Maciel, promovida a partir de 1993 pelo governo do estado da Bahia. Sobre o centro histórico de Salvador, Marcia Sant'Anna (2013) esclarece que

Durante a maior parte deste período, ou seja, até 1983, vigorou a seguinte situação: de um lado, as normas urbanísticas e edilícias municipais resultavam inaplicáveis por estarem em desacordo com os princípios da preservação; de outro, inexistiam normas de proteção específicas estabelecidas por parte do IPHAN central ou local. Cabe observar, contudo, que esta não é, nem jamais foi, uma situação exclusiva da cidade de Salvador. A grande maioria dos conjuntos urbanos e cidades tombadas pelo governo federal não possui normatização específica de uso e ocupação do solo ou critérios para preservação explicitados, persistindo uma prática de análise e avaliação de intervenções caso a caso.

Se este último aspecto, por vezes, facilita o trabalho do IPHAN quando do exame de situações excepcionais para o funcionamento do PAC, por outro lado, de acordo com Sant'anna (2013), implica também em insegurança para os que planejam, desejam ou necessitam intervir nessas áreas. Isso possibilita situações de abuso de poder e, principalmente, abre um enorme espaço para que projetos francamente inadequados do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural prosperem nessas áreas, favorecendo contradições e posições técnicas pessoais (como é o caso atual do centro histórico de Salvador). Ainda no contexto da Bahia, a outra face da política do IPHAN, ainda durante o Programa Monumenta está na recuperação de um casario privado reformado na cidade de Cachoeira, transformado em hotel.
Em síntese, a preservação do patrimônio cultural, bem como do meio ambiente, deve se alinhar ao desenvolvimento pretendido para o território, e o instrumento de tombamento parece não ser suficiente para dar conta das demandas relacionadas aos bens privados. De fato, esta ferramenta deve ser articulada a outras iniciativas, enquanto se revê procedimentos e se formula diretrizes e propostas de uso e ocupação adequadas ao potencial cultural de cada município envolvido, em consonância com o direito de todos de usufruir de sua comunidade, como de sua própria história (AMOROSO, 2016). O IPHAN é encarregado de definir não apenas o que vem a ser o patrimônio brasileiro, mas também de classificá-lo, salvaguardá-lo e geri-lo, criando-se também símbolos e práticas de manutenção que dizem bastante sobre a concretude nacional brasileira. Como aponta Ribeiro (2013), esta relação entre patrimônio e nação aparece como uma possibilidade de diálogo entre a construção da cidadania e a produção do espaço.

Figura 4. Casario de Cachoeira (BA) Fonte: BONDUKI (2010).

Portanto, não apenas as justificativas classificatórias que escolheram determinados espaços para serem os representantes de um caráter nacional, mas, principalmente, a prática referente à apropriação desses espaços como símbolos é que vai denotar ou evidenciar o caráter nacional concreto que surge na relação entre o Estado e seus "cidadãos". Os conflitos advindos dessa relação entre habitar um espaço e apropriá-lo e, concomitantemente, mantê-lo como símbolo nacional tutelado pelo Estado, então, remete à possibilidade de compreensão de práticas que poderão, no futuro, auxiliar nas soluções do conflito entre a nação e a própria sociedade.

Referências Bibliográficas

AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. "Entre o rural e o urbano: os limites e as potencialidades de preservação da paisagem cultural das regiões norte e leste de Campinas (SP)". Tese de Doutorado. FEC-UNICAMP, 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/305375.

BONDUKI, Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos. Nabil Bonduki. Brasília-DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

DIOGO, Érica (Org.). Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos. Brasília-DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. "Os limites do patrimônio". In: Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos. Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert (Orgs.). Blumenau: Nova Letra, 2007.

IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil). Site. Disponível em: http://www.iab.org.br.

IPHAN. Patrimônio: Atualizando o Debate. Organização: Victor Hugo Mori, Marise Campos de Souza, Rossano Lopes Bastos e Haroldo Gallo. São Paulo: 9ª SR/ IPHAN, 2006a.

______. Site. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/.

ORMINDO, P.; AZEVEDO, David de; CORRÊA, Elyane Lins (org.). Estado e sociedade na preservação do patrimônio. Salvador: EDUFBA/IAB, 2013. 260 p. (Coleção Arquimemória; v. 2). Trabalhos apresentados durante o ArquiMemória - III Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, realizado em Salvador no ano de 2008.

PESTANA, Til. "Sobre o Tema da Gestão do Patrimônio Cultural". IPHAN (site), 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. "Patrimônio e cidadania contradições conceituais do espaço cordial". In: Estado e sociedade na preservação do patrimônio. Ormindo e al. (org.). Salvador: EDUFBA: IAB, 2013.

SANT'ANNA, M. "Centro histórico de Salvador: vazio legal e oportunismo". Coleção Arquimemória 4 ("Sobre Preservação do Patrimônio Edificado"). Salvador (BA), 2013.

UNESCO. "Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo". Salvador: Secretaria da Cultura: Fundação Pedro Calmon, 2010.

A propósito de Património (*lato sensu*): do que era, o que ficou. A práxis no Município de Lousada.

Manuel Nunes[1]

[1]Câmara Municipal de Lousada

Resumo

Tendo em vista a salvaguarda e valorização da herança patrimonial concelhia, mas sobretudo a criação de instrumentos que permitam o seu enquadramento nos processos de ordenamento e planeamento integrado do território, o Município de Lousada impulsionou um conjunto de projetos de investigação cuja divulgação na comunidade se traduz num crescente e reiterado envolvimento cívico e, por essa via, no suporte declarado às ações de valorização e conservação propostas nas mais diversas áreas patrimoniais: arqueológico, arquitetónico, geológico e natural.

Palavras-chave: Lousada, património, divulgação, gestão, território.

1. Introdução

Após décadas de modernização, quase sempre alheadas de quaisquer preocupações de sustentabilidade e preservação (tampouco de valorização) dos valores intrínsecos da paisagem (paisagem aqui entendida como o elemento identitário e de suporte do património, seja ele de origem antrópica ou natural), os territórios – neles se incluindo as gentes, mas sobretudo os agentes – aperceberam-se da importância de se definir enquanto espaços de vivência distintos: a minha terra. Não tanto (ou apenas) pelos quadros e realidades históricas associadas, mas sobretudo pela herança material que congrega nas suas fronteiras e que, como contrapeso à crescente padronização cultural, se constitui, já em pleno século XXI, como corrente de ação: a identidade coletiva assume-se em função da entidade de suporte, o território. Na verdade, não sendo nova, esta perspetiva radica, em muitos aspetos, na emergência (e posterior sedimentação) de preocupações de caráter ambiental, forçosamente centradas na relação, tantas vezes dicotómica, Homem/Natureza, em que o Antropoceno (Crutzen e Stoermer, 200:17-18) tem sido assaz fértil. Todavia, são evidentes as mudanças de paradigma nesta conexão, e o património (como o território), entendido durante muito tempo como elemento exclusivo de contemplação e adorno ou de promoção da autoestima local, tornou-se fator de valorização, cada vez mais coerente com as lógicas de desenvolvimento centradas nas preocupações de caráter ambiental, económico e social.

Não sendo Lousada exemplo sobranceiro desta prática (ou desta perspetiva), é exemplo de sobra para desta praxis fazer nota no quadro local e regional, como adiante se procura demonstrar.

2. Património e mutualismo

Em meados da primeira década do século XX, a necessidade de proceder à revisão do Plano Diretor Municipal do Concelho

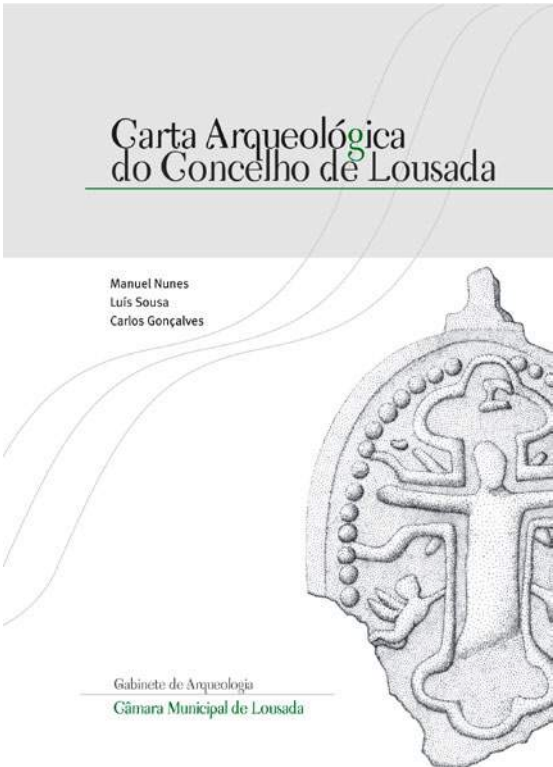



Figura 1 - Capa da obra Carta Arqueológica do Concelho de Lousada editada pela Câmara Municipal de Lousada em 2008.

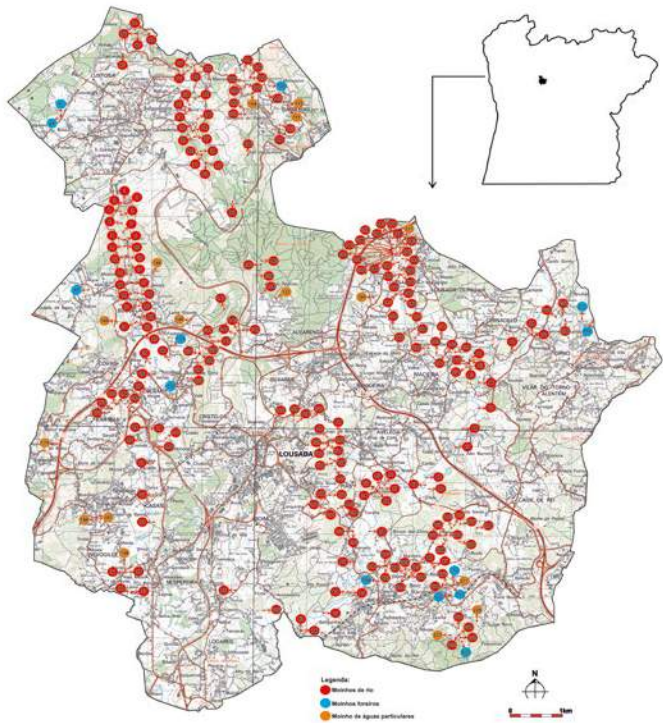



Figura 2 - Mapeamento das moagens hidráulicas tradicionais inventariadas no concelho de Lousada no âmbito do Projeto MUNHOS (Nunes e Lemos, 2016:245).

de Lousada, converteu-se numa oportunidade de reformar a estratégia do município em matéria de políticas de gestão do património. A necessidade de arrolar antes de conservar, determinou a prossecução de um itinerário investigativo que cruzou diversas áreas do saber: arqueologia, história, geologia e biologia. As diferentes abordagens científicas, centradas no mesmo território, cruzaram informação, sobrepuseram conhecimento e determinaram modelos de atuação alicerçados num mesmo e generalista princípio amplamente difundido, mas nem sempre concretizado à letra: apenas se protege e valoriza o que efetivamente se conhece.

À data (2005), a realidade socioeconómica do concelho traçava-se de mutações profundas em termos de ocupação do espaço. Constatava-se o incremento da atividade florestal de caráter extensivo, a progressiva transformação da atividade agrícola tradicional em benefício de novas culturas e diferentes práticas agrárias intensamente mecanizadas, e ainda a propagação exponencial das áreas urbanas e o consequente aumento das estruturas viárias. Foi neste quadro que se concretizaram dois dos primeiros projetos de estudo que haveriam de ser vertidos para o Plano de Ordenamento e Condicionantes do Plano Diretor Municipal de Lousada, publicado pelo Aviso n.º 1746/2012 de 3 de fevereiro: a Carta Arqueológica (Nunes et al, 2008) e a Carta de Património (Cardoso, 2010). (Fig.1)

Se o primeiro, tendo em conta que as balizas cronológicas da ciência arqueológica se estendem desde a Pré-História à Contemporaneidade, abarcando todas as manifestações materiais da Humanidade, elencou 212 sítios de interesse arqueológico, repartidos por 27 tipologias, conferindo-lhe, de então em diante, proteção legal, o segundo concretizou 58 sítios, a maioria dos quais enquadrados na aceção mais comum de construções de valor arquitetónico e/ou de estilo (igrejas, capelas, pontes, casas e solares). Pouco depois, em 2011, tinha início o trabalho de campo para a concretização da Carta Molinológica do Concelho de Lousada, designado: Projeto MUNHOS. À semelhança da Carta Arqueológica e de Património, tratava-se de um documento de inventário que visava a identificação, localização e caracterização de todas as estruturas hidráulicas de moagem de cereais (moinhos e azenhas) existentes no território concelhio, com vista à criação de um plano de gestão integrado que permitisse determinar as áreas de zonamento e proteção das moagens tradicionais, em consonância com os normativos legais vigentes. Pretendia-se, ainda, que este documento possibilitasse respostas imediatas às solicitações, quer de investigadores e especialistas em molinologia, quer dos munícipes e das comunidades, sobretudo no que respeita a procedimentos técnicos e legais destinados à conservação e/ou recuperação/reconversão destas estruturas. O projeto foi concluído em 2016 e permitiu arrolar 238 estruturas tradicionais de moagem hidráulica (Nunes e Lemos, 2016:241-286), dados complementados com a recolha de todo o acervo documental existente sobre Lousada, no Arquivo Histórico dos Serviços Hidráulicos (Costa et al, 2015:119-134). (Fig.2)

Mas se o património Arqueológico e Arquitetónico (incluindo o património vernáculo) vale per si, não se basta para um cabal entendimento da realidade que representa. Falta-lhe perspetiva holística para que se consubstanciem e fundamentem verosímeis aproximações ao paleopovoamento que, em última instância, o determinou. Não é que a tradição editorial do Município de Lousada se tenha olvidado destas achegas, veja-se o caso da Oppidum, Revista de Arqueologia e Património do Município de Lousada, publicação anual ininterruptamente editada desde 2006 (http://www.cm-lousada.pt/pt/oppidum), ou o caso das dezenas de Suplementos de Arqueologia e Património da Revista Municipal (http://www.cm-lousada.pt/pt/suplementos), dedicados, em exclusivo, ao

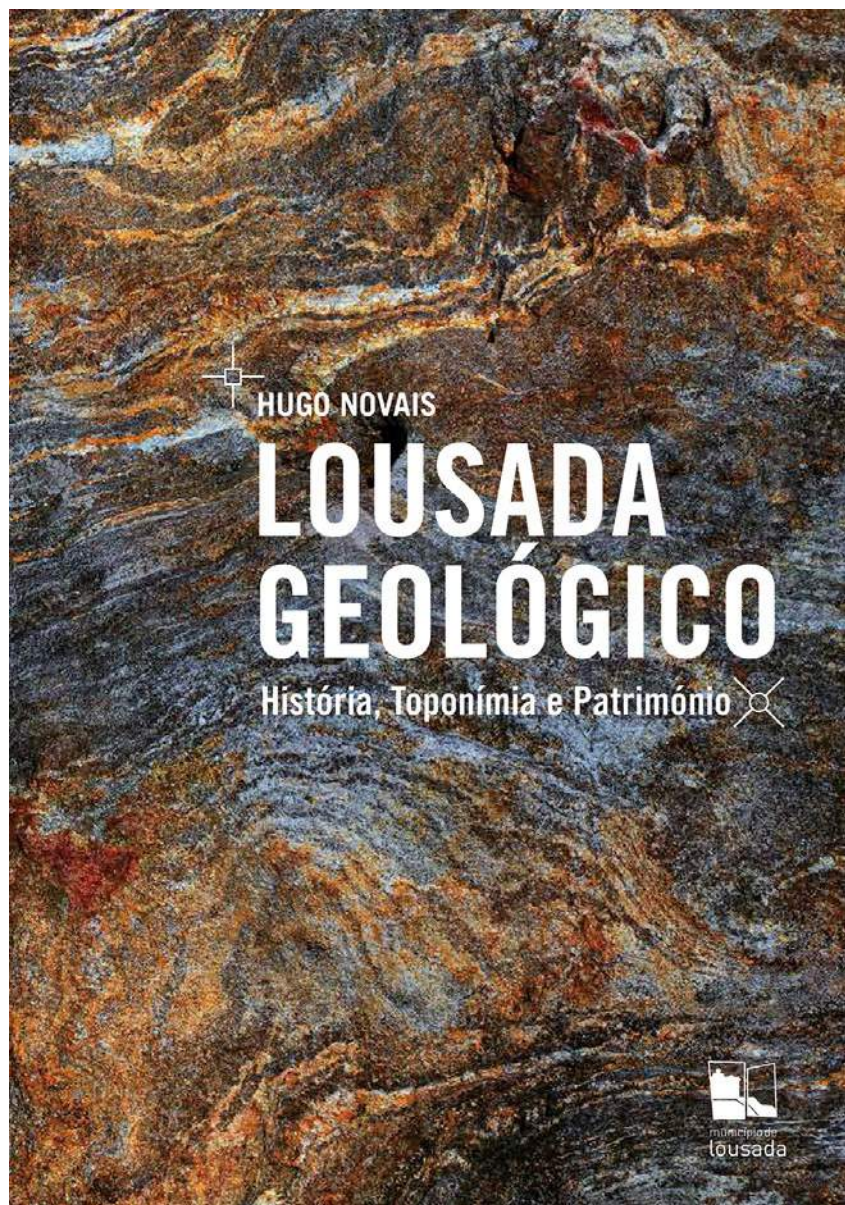



Figura 3 - Capa da obra Lousada Geológico: História, Toponímia e Património editada pela Câmara Municipal de Lousada em 2016.

território de Lousada e publicados mensalmente desde 2006. É neste contexto de observância do todo que, entre 2011 e 2013, têm início dois outros projetos científicos orientados para o património natural: a produção da Carta Geológica (Novais, 2016) e a produção da Carta Ambiental do Concelho de Lousada. Se a Carta Geológica foi granjeando subsídios vários desde 2010 (Novais et al, 2010:9-36; Nunes et al, 2011:61-84) até à sua concretização em 2016 (Fig.3), permitindo o reconhecimento e caracterização de 27 geosítios, a Carta Ambiental, iniciada em 2014 e concluída em 2017, teve por base uma parceria institucional com a Unidade de Vida Selvagem do Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro, ao abrigo do Projeto IMPRINT+, financiado pela Comissão Europeia através do programa Erasmus+, propôs-se radiografar a realidade ambiental concelhia, tanto em termos de património natural (inventário de fauna, flora, habitats e paisagens) como em matéria de problemas ambientais (Couto et al, 2017; Marques et al, 2017). Para além da componente técnica, a Carta Ambiental pretende converter-se numa ferramenta de ordenamento e valorização do território, nomeadamente através da delimitação de áreas prioritárias para a Conservação da Natureza, onde se pretende a conjugação de ações de Educação Ambiental com projetos de recuperação de espaços ambientalmente degradados. Até ao momento, o trabalho de campo possibilitou, além de um assinalável elenco de espécies de fauna e flora, muitas das quais ameaçadas e prioritárias em termos de conservação ao abrigo de diretivas nacionais e comunitárias, identificar duas dezenas de hotspots considerados importantes para a conservação da biodiversidade local, bem como uma área natural de elevado valor paisagístico (troço superior do rio Sousa).

A informação de base, compilada e vertida para os diferentes suportes cartográficos, permitiu validar localmente, e independentemente da tipologia dos bens patrimoniais em causa (arqueológicos, arquitetónicos, geológicos ou biológicos), um certo princípio de mutualismo, isto é: a contribuição para a salvaguarda de um elemento patrimonial acarreta benefícios semelhantes para outros elementos patrimoniais, embora de natureza distinta[1].

Sendo a conjugação multidisciplinar das abordagens ao património cada vez mais regra do que exceção, importa, do mesmo modo, que a definição das malhas de proteção e a natureza das classificações se efetive de forma integrada, independentemente dos modelos de gestão a aplicar ante a diversidade patrimonial em causa. Na verdade, existindo diversas figuras para a classificação local (e.g. municipal) do património, lato sensu, falta, todavia, e as mais das vezes, a perceção do princípio mutualista que poderá, e deverá, presidir à delimitação das áreas de classificação.

3. Conclusão

No concelho de Lousada, a prática demonstra, antes de tudo, a importância da informação no processo de conservação do(s) património(s). Os sabedores são os protetores, sejam eles agentes públicos ou sociedade civil. Sobrepondo matrizes diferentes alcançam-se propósitos comuns no que à conservação diz respeito: a herança cultural e natural como fator catalisador de processos classificativos e de valorização da identidade patrimonial coletiva. Dir-se-ia que urge proteger enquanto há matéria!

Muito embora no concelho de Lousada o património

[1] Veja-se, a título meramente exemplificativo, o caso do troço do rio Sousa, entre a ponte de Vilela (freguesia de Aveleda) e o núcleo de moinhos de Pias (freguesia de Pias), em Lousada, onde ao longo de cerca de 500 metros de leito foi elencado Património Arqueológico (Serração de Pias e Pedreira de produção de mós), Arquitetónico (Ponte de Vilela e Ponte de Padieiras de Pias), Molinolígico (conjunto de sete moinhos de água de rodízio), Geológico (Falha da Ponte de Pias) e Biológico (área importante para diversas espécies de mamofauna e avifauna aquática e ripícola, bem como espécies de flora associadas a galerias ripícolas).

CARTA GEOLÓGICA DO CONCELHO DE LOUSADA

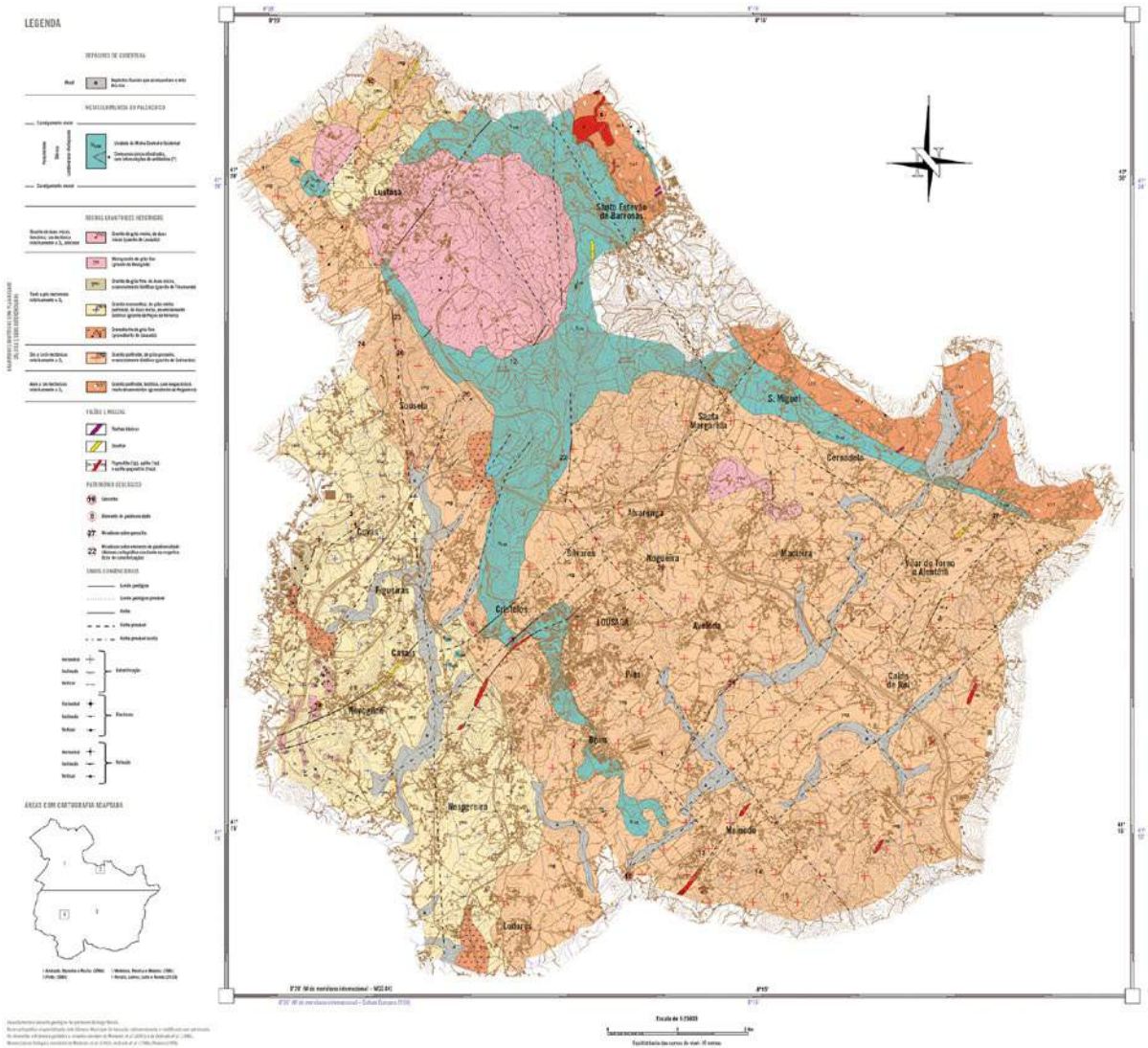



Figura 4 - Carta Geológica do Concelho de Lousada à escala 1:25 000. (Novais, 2016).

arqueológico e arquitetónico arrolado na Carta Arqueológica e Carta Patrimonial goze de proteção legal por força da sua inclusão na Carta de Ordenamento e Condicionantes do Plano Diretor Municipal de Lousada; a verdade é que são em número reduzido (apenas nove) os sítios com estatuto de classificação. Os contributos recentes da Molinologia, da Geologia e da Biologia elevam, consideravelmente, a matéria a proteger. Em marcha estão, por isso, processos articulados e integrados de criação de áreas protegidas, sejam elas adstritas a circuitos de moinhos de água a requalificar, a redes de geosítios a valorizar, a redes de micro-reservas para a biodiversidade ou, como se preconiza para o rio Sousa, à criação da Área de Paisagem Protegida do Sousa Superior. Em todo o caso, comum a cada uma destas estruturas de proteção, é a diversidade de elementos/valores patrimoniais a conservar em cada área, sobrepondo paleopovoamentos, geomorfologias e realidades zoo-botânicas sempre com o propósito último de vencer, à escala local, o desafio de legar às futuras gerações a maior de todos as benfeitorias públicas: a coexistência sustentável entre o progresso económico e a qualidade do património paisagístico que as suporta.

Referências Bibliográficas

Aviso n.º 1746/2012, Diário da República n.º 25, Parte H, Série II de 2012.02.03

CARDOSO, C. (2010). Carta de Património do Concelho de Lousada (Policopiado). Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

COSTA, F.; CORDEIRO, J.; VIEIRA, A. e SILVA, C. (2015). Roteiro metodológico para o estudo dos moinhos e aproveitamentos hidráulicos no concelho de Lousada. OPPIDUM - Revista de Arqueologia, História e Património. Nº 8. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, p.119-134.

COUTO, A.; MATOS, M. e FONSECA, C. (2017). Inventário da fauna de vertebrados do concelho de Lousada. Relatório Final. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

CRUTZEN, P.J., and STOERMER, E.F. (2000). "The Anthropocene". Global Change Newsletter. 41: 17-18.

MARQUES, R.; PINHO, R.; MATOS, M. e FONSECA, C. (2017). Inventário florístico do concelho de Lousada. Relatório Final. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

NOVAIS, H.; LEITE, J.; LEMOS, P. e NUNES, M. (2010). Os penedos com gravuras rupestres da Serra dos Campelos: uma abordagem, geoarqueológica. OPPIDUM - Revista de Arqueologia, História e Património. Nº 4. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, p.9-36.

NOVAIS, H. (2016). Lousada Geológico. História, Toponímia e Património. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

NUNES, M; SOUSA, L. E GONÇALVES, C. (2008). Carta Arqueológica do Concelho de Lousada. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

NUNES, M.; LEMOS, P; LEITE, J.; NOVAIS, H.; OLIVEIRA, A. (2011). Estruturas negativas da "Casa Romana" do Castro de São Domingos (Lousada): as fossas escavadas no saibro. OPPIDUM - Revista de Arqueologia, História e Património. Nº 5. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, p.179-194.

NUNES, M. e LEMOS, P. (2016). Projeto MUNHOS: síntese dos resultados finais do inventário das moagens hidráulicas tradicionais do concelho de Lousada. OPPIDUM - Revista de Arqueologia, História e Património. Nº 9. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, p.241-286.

El valor del patrimonio en la sociedad actual

Enrique Saiz Martín[1]

[1]Director General de Património Cultural, Junta de Castilla y Léon, Espanha

Monasterio de Pombeiro. Mayo 2017

El patrimonio cultural ha tenido una percepción y un valor cambiante a lo largo del tiempo que se puede sintetizar en tres aspectos:

- El cualitativo y dimensional. Al principio considerado como objeto singular de interés histórico o artístico, y en la actualidad comprendiendo a los bienes extensos y complejos: conjuntos, ciudades enteras, territorios lineales o extensos, paisajes.

- El tipológico: con un creciente interés, tanto profesional como social, por el patrimonio arqueológico, etnográfico y popular, industrial,...

- El conceptual, con la inclusión del patrimonio natural y el patrimonio inmaterial, lo que ha supuesto una renovación no solo del concepto sino de los criterios de conservación, intervención y gestión.

Una visión actual implica, necesariamente, tener en cuenta los aspectos sociales. Las comunidades locales, que han heredado o creado los bienes culturales, lo mantienen o lo hacen posible, lo sienten como propio o se sienten identificadas con ellos, formando parte de su experiencia vital personal y colectiva, son las verdaderas protagonistas y las que usan y conviven con los elementos integrantes del patrimonio cultural, tanto desde un punto de vista simbólico como funcional. Consecuentemente, la moderna gestión y la búsqueda de eficiencia y sostenibilidad, tal y como se manifiesta en la Carta de Bruselas (2009), debe tener en cuenta:

- la gestión del patrimonio como servicio a la sociedad y a las personas, y no solo como cuidado de las creaciones artísticas, de los bienes materiales o de los elementos incorporados a una cultura.

- la vinculación de la conservación, gestión y difusión del patrimonio como activo para el desarrollo armonizado de las ciudades y los territorios; para el progreso y cohesión social, para la creación de empleo y para la incentivación de las políticas de innovación y desarrollo. En definitiva, la consideración del patrimonio cultural como un recurso viable y sostenible y no como una carga que limite.

Debemos tener en cuenta, además, el nuevo papel que el patrimonio cultural ha venido ejerciendo en la evolución social delas últimas décadas y del presente siglo: su valorización desde nuevas actividades como el cine o las redes sociales representan nuevas oportunidades de conocimiento, uso y disfrute.

Por otra parte, siempre hemos de vincular el patrimonio cultural a una visión de futuro, desde su propio dinamismo interno, pero también desde la necesaria sensibilización hacia los más jóvenes de nuestra sociedad. Ello contribuirá a proporcionar una educación de mayor calidad basada en el respeto por el entorno humano y cultural, por los valores recibidos y por el aprecio y responsabilidad de transmisión hacia generaciones futuras.

En la exposición se enumeran y analizan alguno de estos términos, valores, perspectivas y desplazamientos en el concepto y visión del patrimonio cultural. De forma que se confrontan un decálogo de vocablos que nos proporcionan las claves de un debate constructivo y posibilista. Frente a la consideración de carga la constatación del patrimonio cultural como recurso; frente a la presunción como problema la valoración como oportunidad; frente a la vinculación con el pasado la proyección de futuro; frente a la interpretación y concepto individualizado y aislado de las creaciones y los monumentos la planificación y visión de los asentamientos urbanos, de los paisajes y de los territorios; frente a los bienes materiales la valoración de las formas de vida, de los testimonios, de las personas.

El patrimonio cultural, por tanto, no solo es sólo la manifestación de las identidades locales sino la clave para comprender la diversidad de las culturas, y para promover su respeto y la convivencia, en los derechos humanos, de las expresiones y creaciones singulares y representativas de los grupos sociales; y siempre, una oportunidad para su desarrollo personal y colectivo.

O valor cultural e patrimonial em risco em Portugal

Alice Tavares[1]

[1] RISCO, Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Aveiro

Resumo

O valor cultural e patrimonial reconhecido como fundamental na leitura do Património edificado encontra-se no presente em risco através da prática corrente do fachadismo. Esta é no entanto a ponta do iceberg de três vetores que precisam ter uma visão integrada para se reposicionar estes valores no contexto das pressões imobiliárias, não se subjugando a estas. Os três vetores analisados neste artigo são a Educação, os Municípios e o Turismo. Conclui-se que a ensino obrigatório apresenta défice de transmissão de conhecimento sobre o Património edificado, que os municípios necessitam de forma urgente de (re)instalar Comissões Consultivas de proteção do Património e melhorar práticas de controlo dos licenciamentos afetos ao turismo, antecipando os efeitos negativos que estes podem ter, sobretudo em Lisboa e Porto onde a pressão turística se está a fazer de forma muito significativa.

Palavras-chave: Valor Cultural e Patrimonial, Educação, Municípios, Turismo, Reabilitação Urbana.

1. Introdução

O valor cultural e patrimonial decorre do reconhecimento de uma Cultura, por uma comunidade ou agentes que sobre ela atuam. Tendo presente que uma Cultura "viva" depende dessa comunidade mais ou menos alargada que a conheça, suporte e que promova ativamente a sua sustentabilidade.

No presente, em Portugal está a instalar-se rapidamente entre agentes políticos e investidores que, o que se entende por Cultura é algo mutável. Que sempre terá sido amplamente transformado em todas as épocas da História e por isso não devem ser considerados obstáculos a proteções a valores culturais e patrimoniais. Esta é a atitude que parece estar na base da aceitação por muitos municípios das demolições massivas do Património Edificado da sua região, que se observam por todo o país, incluindo os centros históricos de Lisboa e Porto, ambos com áreas classificadas pela UNESCO. Sendo evidente a instalação do "fachadismo" como prática corrente, aceitável ou promovida por estes municípios.

A grande causa apontada por investigadores, líderes de opinião nacional ou local (expressas em jornais) e outros especialistas é a de que tal prática se deve à sobreposição dos interesses imobiliários e do turismo sobre os valores culturais. Assumir esta situação, como um facto, seria reconhecer que o país se encontra incapaz perante forças externas e internas de atuar de forma crítica na defesa da sua Cultura. Para além disso seria igualmente aceitar que as comunidades não reconhecem mais os seus bens culturais, ou manifestam-se sem conseguir gerar as necessárias consequências das suas ações. É assim comum

ler que o fachadismo e a destruição deliberada do Património edificado é uma "questão cultural" do país baseada na inércia de um "povo de brandos costumes". Efetivamente no presente, a última proposta levemente anunciada por membros do governo, em debate não alargado, de uma suposta regionalização que implicará o desmantelamento das estruturas da Direção-Geral do Património Cultural e das várias Direções Regionais de Cultura viria de encontro à noção de que o poder político considera que estão finalmente criadas as condições para o "silenciamento" da Cultura do país, subalternizando-o a interesses económicos. O que se apresenta como as consequências diretas e indiretas dessa iniciativa decorre da ideia de que, deixando de existir as entidades que possuem a experiência acumulada de proteção, conhecimento e promoção do património cultural edificado, independentemente do acordo ou não em relação a todas as decisões tomadas por estas, esse Património poderia finalmente e quase sem obstáculos ser entendido como um mero e substancial recurso económico, eventualmente alienado, para os novos investimentos sobretudo estrangeiros, delapidando-se o edificado antigo em menos de uma geração. Considerando isto como um cenário e, o fachadismo como um facto da prática corrente, procurou-se perceber que mecanismos nos fizeram chegar a este ponto, a um chamado "problema cultural" e verificar se estão criadas as condições para reverter isso, num eventual quadro de regionalização, é o motivo deste artigo. De forma simplificada, já que existem muitas outras variantes a analisar num enquadramento mais amplo e análise mais detalhada, serão apresentados dados ligados à Educação, aos municípios e ao turismo e apontadas linhas de reflexão consideradas cruciais para o futuro.

2. A Educação para o Património

A apresentação de um argumento como o de "problema cultural" deve ser visto em primeiro lugar na base da sua construção, ou seja, ao nível da Educação. O Ensino e as Escolas são um veículo essencial e insubstituível de uma Educação para o Património, contextualizado dentro de uma Educação para a cidadania, que contempla a compreensão de valores culturais e patrimoniais. Sendo assim, é fundamental gerir as orientações curriculares do ensino obrigatório para que o cidadão atinja a maioridade com pleno conhecimento sobre a Cultura do seu país, ao fim dos 13 anos de aprendizagem. Sendo esta uma premissa, foram analisados os currículos e as orientações do Ministério da Educação, desde o pré-escolar ao Secundário, procurando sobretudo as referências aos objetivos sobre o conhecimento do Património edificado.

Considerando um percurso normal, o cidadão completará o Pré-escolar aos 5 anos, dos 6 aos 9 anos frequentará o ensino básico do 1º ciclo, dos 10 aos 11 anos decorrerá o ensino básico do 2º ciclo, completará os 3 anos do 3º ciclo aos 14 anos e finalmente, dos 15 aos 18 anos frequentará o Ensino Secundário.

Nas orientações previstas no documento Orientações curriculares para a Educação Pré-escolar (2016) do Ministério da Educação / Direção-Geral da Educação a ação centra-se sobretudo sobre o autoconhecimento, a exploração das capacidades individuais em diversas vertentes e a interação com o grupo restrito, alargado, familiar. Incluindo já uma abordagem da valorização da diversidade e da inclusão, num contexto de reconhecimento de que a criança vive num meio cultural e familiar que deve ser considerado na ação educativa. Contudo, numa análise mais aprofundada verificamos que nomeadamente nos domínios da Educação Artística e da Formação Pessoal e Social, não existem referências diretas ao conhecimento do Património Edificado. O que se verifica é uma preocupação sobre a transmissão de valores sobretudo respeitantes à proteção do Património natural e de manifestações associadas ao Património imaterial, que surge em algumas partes do documento. Sendo assim, fica dependente do Projeto Educativo e da formação do Educador, o desenvolvimento de ações concretas para a Educação para o Património edificado.

No contexto do Ensino básico do 1º Ciclo as áreas curriculares que poderiam ter associação ao Património Edificado são as Expressões Artísticas e físico-motoras e a Expressão e Educação Plástica, que não apresentam nenhuma ligação direta sobre o Património, estando sobretudo dirigidas novamente para o desenvolvimento de capacidades individuais de expressão. A única aproximação ao contexto do Património edificado é feita na área curricular de Estudo do Meio, considerando que os monumentos podem ser uma fonte de informação, que importa reconhecer e valorizar o património histórico e cultural, o respeito por outros povos e o interesse em conhecer os vestígios do passado do meio local, fazendo referência à Etnografia. Verifica-se novamente ao nível do 1º Ciclo que a preponderância é sobre o Património imaterial, ficando novamente dependente do Projeto Educativo e do docente uma abordagem mais articulada com vista a uma Educação para o Património Edificado.

Nas orientações para o 2º Ciclo a área curricular mais associada ao Património seria a de Educação Visual e Tecnológica. No entanto, esta centra-se sobretudo no desenvolvimento de capacidades individuais associadas à motricidade fina e à introdução de tecnologias. É no entanto de destacar a nota pontual de que uma das finalidades apontadas para ser desenvolvida no contexto de Sentido Social é a de apreciar os produtos de expressão e de tecnologias de outras civilizações (onde pode eventualmente estar incluída a arquitetura), sendo feita a menção na abordagem do desenvolvimento da capacidade de intervenção, o saber identificar indicadores visuais e tecnológicos de qualidade de vida no âmbito do património cultural (erudito e popular). No entanto, a ligação direta ao conhecimento do Património edificado é muito ténue, não estando refletida nos conteúdos da área curricular.

O 3º Ciclo tem ainda menos referências à abordagem obrigatória do Património Edificado, que é omisso nos conteúdos no conjunto dos 3 anos da disciplina de Educação Visual, a que deveria ter uma ligação mais direta a este assunto. Sendo que esta disciplina se foca sobretudo na perceção visual, na expressão livre em áreas do desenho, pintura e eventualmente escultura, passando por uma introdução ao design, mais uma vez centrada no individuo e na exploração das suas capacidades. Ao nível deste Ciclo a área curricular de História faz referências à arquitetura grega e romana e pontualmente a outros períodos, no entanto, a densidade de conteúdos e o tempo previsto é manifestamente insuficiente, pelo que a abordagem eventual do Património Edificado deve ser residual. Para além de que, apesar do entendimento do Património num contexto histórico ser importante, este deveria ser dado e conhecido sobretudo num contexto artístico (Educação Visual) para que a sua compreensão não fosse cerceada. Os constantes cortes nos tempos letivos desta disciplina (EV) tornaram quase impossível a incursão nas vertentes do Património, já que será lecionada em apenas 2 anos em vez dos 3 anos, para muitos dos alunos.

Como se pode verificar, completa-se o Ensino Básico aos 14-15 anos sem a garantia de que efetivamente existiu para todos os jovens, alguma transmissão de conhecimento básico e suficiente sobre o Património Edificado. Esta vertente não estando direta e obrigatoriamente expressa nos conteúdos das disciplinas poderá ser abordada dependendo do Educador/docente, do Diretor da Escola/Agrupamento de Escolas e do Projeto Educativo. Considerando que o docente na atualidade perdeu muito da sua autonomia para integrar conteúdos transversais e se perderam tempos letivos em áreas associadas à Cultura, fica uma parte do incentivo dependente da ação ativa do(a) Diretor(a), na promoção de

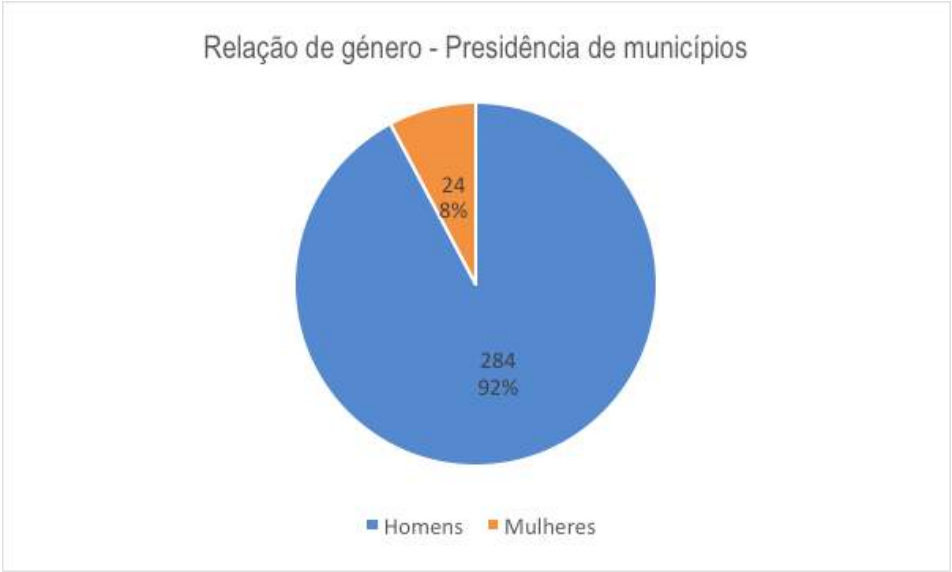



Figura 1 - Relação de género (homens/mulheres) na Presidência de municípios

iniciativas paralelas. Fica assim, como último reduto a ação da comunidade educativa através da elaboração do Projeto Educativo valorizar o conhecimento do Património. Considerando que nos últimos anos para se dominar a classe docente se introduziram alterações substanciais, quer na estruturação das hierarquias nas escolas, quer a anulação de eleições entre pares (docentes) para vários órgãos, incluindo a passagem das escolas para os municípios, passou a ser possível uma influência política direta na Escola. Sendo assim, fica igualmente da responsabilidade dos municípios que os jovens conheçam pelo menos o Património da sua região e o saibam proteger.

A escolaridade obrigatória em Portugal não termina no Ensino Básico e estende-se até ao Secundário. Apesar disso, não foram feitas alterações nos currículos que incluíssem o conhecimento da Cultura ao nível do Secundário. A este nível, os jovens podem optar por 4 cursos: Ciências e Tecnologias; Ciências Socioeconómicas; Línguas e Humanidades; Cientifico-humanísticos de Artes Visuais. O único Curso que tem uma disciplina que apresenta alguma abordagem do Património Edificado é o de Artes Visuais. Isto significa que a partir dos 15 anos a maior parte dos cidadãos dependerão da sua base familiar e contexto envolvente para compreenderem melhor o Património.

Analisando o currículo do Curso de Artes Visuais e os conteúdos das diferentes disciplinas verifica-se que apresenta 5 disciplinas de entre as opcionais e as obrigatórias na área artística (não necessariamente sobre arquitetura ou Património) e a oferta de 13 disciplinas fora da área artística. Estando o conhecimento do Património sobretudo concentrado na disciplina de História da Cultura e das Artes, que sendo opcional, não garante uma vez mais a abordagem do Património.

Destes dados conclui-se que existe uma lacuna grave na transmissão do conhecimento do Património Edificado no âmbito da escolaridade obrigatória em Portugal.

3. Os municípios e a Cultura

As Escolas estão progressivamente a passarem para a gestão dos municípios. Sendo a Educação uma pedra basilar do conhecimento do Património. Por outro lado, a ponderação de uma regionalização que irá dar mais responsabilidades aos municípios no âmbito da Cultura e do Património edificado, obriga-nos a conhecer a estrutura do corpo de dirigentes dos municípios e as suas formações/profissões de base, para compreender melhor algumas ações em curso nas regiões e verificar da sua eventual maior proximidade à questão do Património edificado/ proteção do edificado antigo. Os websites dos municípios são veículos privilegiados de comunicação com os munícipes, de transmissão da informação que o município considera relevante e que valoriza. Assim, apesar das limitações de informação e de acesso à informação que alguns websites apresentaram, foi usado este meio na análise que a seguir se apresenta. Numa primeira abordagem foram vistos os websites dos 308 municípios, incluindo Lisboa, Porto e os municípios dos Açores e Madeira. Desta análise (Figura 1) destaca-se a constatação de que a nível nacional 92% dos municípios são liderados por homens. Apesar de estarem nesse lugar por eleição, torna-se evidente o desequilíbrio que temos na sociedade Portuguesa, em que os partidos políticos apoiam sobretudo homens para as lideranças. Este é um desequilíbrio que demonstra o nível inferior de maturidade cultural da sociedade, que alguns municípios procuram contrariar através da constituição de Conselhos para a Igualdade de género ou Igualdade e Cidadania (Alvaiázere, Lagoa, Palmela, Lisboa). Tal, reflete o reconhecimento deste problema, que se verifica na distribuição de cargos de vereação, sendo que várias Câmaras não têm uma única mulher como vereadora.

Foi feita de seguida uma análise para verificar a quem se atribui pasta da Cultura pela vereação. Considerando que esta será a pasta que mais ação poderá ter em relação à defesa

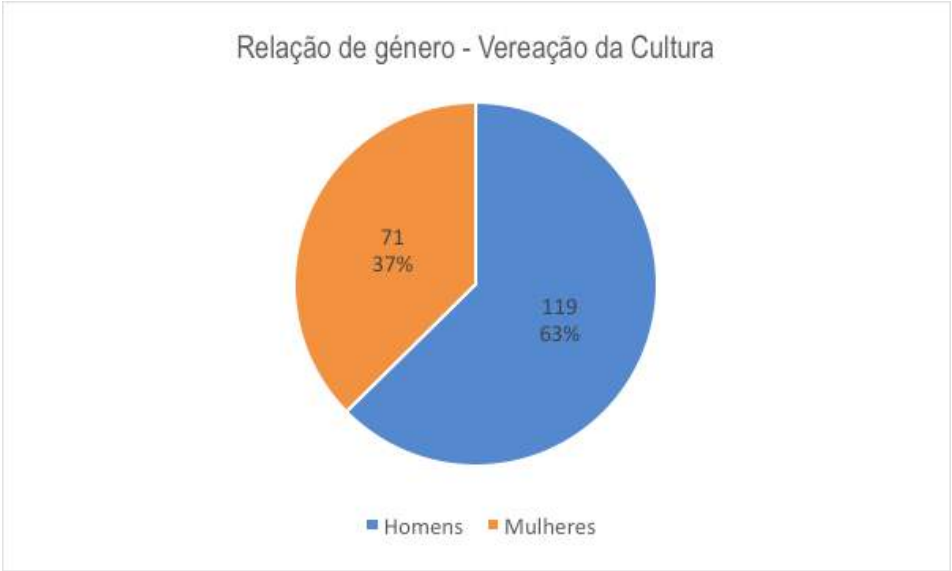



Figura 2 – Relação de género da atribuição do cargo de Vereação da Cultura

Nº de pastas/áreas	Homens	Mulheres	Não Ident.
Acima 22	2	0	0
1|19 - 1|21	2	0	0
1|16 - 1|18	3	0	0
1|13 - 1|15	7	3	0
1|10 - 1|12	24	9	1
1|7 - 1|9	31	13	3
1|4 - 1|6	36	32	3
1|1 - 1|3	14	14	2

Figura 3 – Número de pastas/áreas acumuladas com a Cultura na Vereação/Presidência

e promoção do Património edificado. Seguida de uma análise das profissões de origem dos Presidentes e vereadores com pastas distribuídas. Esta análise foi feita sobre 218 municípios, incluindo Lisboa e Porto. Contudo, 16 websites de municípios não apresentavam a informação da distribuição dos pelouros ou não têm o pelouro da Cultura e 12 outros municípios não identificavam quem ficava com a pasta da Cultura. De referir ainda que na Figura 2 estão incluídos municípios que não apresentam a pasta da Cultura de forma direta, chamando--lhe por exemplo Eventos culturais ou outras denominações afins. Foram consideradas 190 municípios cuja distribuição do pelouro da Cultura apresenta um maior equilíbrio em termos de género (Figura 2), no entanto, em vários casos este é um pelouro que se apresenta no final da lista. Assim, 37% da vereação da Cultura está atribuída a mulheres, acumulando estas muitas vezes com a pasta da Educação e outras de cariz Social.

De salientar que a pasta da Cultura é valorizada por 17% dos municípios que a concentram na Presidência, apesar de por vezes o número de pastas/áreas de intervenção acumuladas ser elevado. Considerando que esta acumulação de pastas pode retirar alguma operacionalidade à Vereação da Cultura foi feita uma síntese do número de pastas/áreas de intervenção que o(a) Vereador(a) acumula quando tem esta pasta, que se apresenta na Figura 3. Pelos dados verifica-se que a Cultura é acumulada sobretudo entre 4 a 9 pastas entre os homens e 4 a 6 para as mulheres, sendo a maior preponderância para ambos os sexos entre as 4 e as 6 pastas. O que no cômputo das restantes Vereações são valores mais baixos. É de referir que são poucos os municípios que introduzem o nome Património histórico ou cultural numa pasta/área de intervenção de vereação. Por outro lado, existem vários Vereadores cuja pasta se denomina "Património, Cultura e Ciência". O que revela uma mudança no enquadramento do entendimento da Cultura que exigirá uma abordagem mais fina, não possível através dos dados disponíveis. A pasta da Cultura apresenta-se também várias vezes a ser acumulada com a pasta do Turismo.

Este estudo considera que acima de 10 pastas a operacionalidade de iniciativas na área da Cultura deverá decrescer muito, a menos que exista uma equipa de suporte paralela e a sociedade civil da região seja ativa e interventiva.

Há a destacar que de uma seleção de 218 municípios, apenas um publicita no seu website a existência de uma Comissão ligada ao Património – o município de Évora (a Comissão Municipal de Arte, arqueologia e defesa do Património).

A inexistência de Comissões Consultivas ativas do Património é um dado muito revelador da falta de valorização de um acompanhamento técnico especializado e da promoção de alguma ligação mais próxima aos munícipes, para a defesa do Património, na grande maioria dos municípios do país. Este é sem dúvida um aspeto que pode justificar a delapidação do Património que se observa no presente com o recurso intensivo da demolição em centros históricos e a falta de massa crítica nas decisões. Não estando identificado nos websites de Lisboa e Porto uma Comissão de defesa do Património e, nos outros municípios que apresentam Comissões ou Conselhos, estes estão dirigidos sobretudo à Juventude, Desporto, Educação, Proteção cinegética e Proteção Civil.

Procedeu-se de seguida a um levantamento das atividades profissionais dos Presidentes e Vereadores com pelouro atribuído (considerando os 218 municípios), para se verificar se a sua formação de base ou a sua profissão se apresenta próxima, ou não, de áreas ligadas à Cultura, tendo-se chegado às seguintes conclusões:

- existe um elevado número de vereadores e presidentes que não divulgam as suas formações académicas e profissionais,

	% turistas total	% turistas nacionais De entre a % anterior	% turistas estrangeiros De entre a % anterior
Portugal	100,00		
Porto	6,44	25,80	74,16
Aveiro	0,62	44,81	55,18
Lisboa	22,36	19,92	80,07
Coimbra	1,17	44,62	55,37
Braga	0,92	58,29	41,70
Guimarães	0,49	51,35	48,64
Évora	1,02	51,09	48,90
Faro	0,78	29,03	70,06

Figura 4 – Percentagem total de turistas nacionais e estrangeiros que visitam o país

totalizando, para este universo, as 320 pessoas;
- 38 vereadores referem que possuem uma escolaridade até ao Secundário ou inferior;
- a profissão que está mais representada é a de Professor/ Educador, com 94 pessoas, sendo de destacar os ligados a Línguas, Educação para a Infância, Educação Física e História;
- a segunda área com maior presença é a da Gestão (49 pessoas), sendo de destacar as associadas aos Recursos Humanos, Empresas e Contabilidade;
- a terceira área é o Direito com 36 pessoas, verificando-se a entrada de vários jovens;
- a quarta área é a Engenharia, em várias vertentes, desde Engenharia civil (17) a Engenharia Florestal ou Ambiental (9) e outras;
- a quinta área profissional é a Economia com 23 pessoas;
- segue-se a Medicina com 12 pessoas;
- segue-se a Arquitetura (9), a Psicologia (8) e a Sociologia (7);
- finalmente um conjunto muito diversificado de profissões, desde bancários, relações internacionais, turismo (em número reduzido) entre muitas outras.

Pelo exposto, conclui-se que enquanto formação não existe uma grande proximidade a áreas de defesa do Património ou de promoção da Cultura nesta vertente, ficando essa ação dependente da capacidade enquanto cidadãos ativos e líderes, neste âmbito, da sua região. No entanto, estes indicadores podem igualmente justificar alguma falta de sensibilidade e conhecimento sobre o valor patrimonial e cultural do edificado antigo colocando a pressão imobiliária e o turismo acima dos interesses de proteção e reabilitação do Património Edificado. Mas sobretudo refletem que num contexto de regionalização será crucial a criação de Comissões Consultivas do Património especializadas que venham a ter capacidade deliberativa ou uma reestruturação da orgânica municipal.

4. A pressão do turismo

O turismo é apontado como um dos fatores que no presente será responsável pela transformação do edificado antigo, pelas demolições maciças do interior dos edifícios ou quarteirões, com o apoio dos municípios. Para verificação desta realidade que se observa na visita aos centros históricos de Lisboa e Porto foram recolhidos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo sido selecionados os casos de Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra, Braga, Guimarães, Évora e Faro. Tendo presente que Lisboa, Porto e Faro possuem aeroportos e portanto serão centros importantes de entrada de turistas estrangeiros no país. A mobilidade é sem dúvida um dado crucial nesta análise sobre a pressão turística, mas não será apresentada neste artigo.

Dos dados referentes a 2015 (INE) procedeu-se a uma síntese que se apresenta na Figura 4, considerando apenas os dados do Continente e os turistas que visitam as cidades selecionadas. Os dados comprovam que Lisboa e Porto apresentam uma pressão turística muito acima das restantes cidades, sendo de destacar o peso significativo de Lisboa cujas entradas de turistas representam 22,36% do total nacional. Seguido do Porto (6,44%), no entanto com um peso inferior a quase 4 vezes os valores de Lisboa. Todas as outras cidades selecionadas apresentam valores inferiores a 1,5%.

De cada um dos valores gerais apresentados foi feita uma subdivisão entre turistas nacionais e estrangeiros para conhecer melhor os contornos desta pressão turística. Verifica-se que Lisboa representa os 22,36% do peso do turismo que entra a nível nacional, sendo que destes 9.999.851 turistas, 80,07% são estrangeiros. O mesmo cenário repete-se para o Porto e Faro não sendo de descartar o peso da localização dos aeroportos e a instalação cada vez maior de estrangeiros no Algarve. Não deixam de ser números muito significativos da discrepância entre o turismo nacional e o internacional. O que

	Nº Estabelecimentos hoteleiros		Nº de quartos hotelaria	
	2008	2015	2013	2015
Portugal	1765	3615	114.178	138.006
Porto	95	164	5.781	6.947
Aveiro	16	23	719	825
Lisboa	188	356	18.617	22.159
Coimbra	23	41	1.292	1.592
Braga	25	34	1.103	1.434
Guimarães	13	33	683	898
Évora	14	31	920	1.301
Faro	20	26	973	1.135

Figura 5

não se verifica nas restantes cidades do estudo, independentemente se são do Norte, Centro ou Sul, com valores muito equilibrados (próximos dos 50%), com a ligeira nuance de que a Norte e Sul o turismo é mais nacional e no Centro (Aveiro e Coimbra) mais internacional.

Em termos de número médio de dias/dormidas os dados do INE revelam que existiu um aumento sensível entre 2008 e 2015 para Coimbra, Braga e Évora, que acompanham a variação de 0,1% da média nacional, mas o destaque vai para Lisboa e Faro com 0,2% de variação. Considerando que as restantes cidades selecionadas mantiveram a média de dias de estadia interessa saber que variação existiu em termos de número de estabelecimento hoteleiros e o número de quartos de alojamento para o mesmo período, que estão sintetizados e apresentados na Figura 5.

Efetivamente verifica-se que entre 2008 e 2015 Portugal duplicou o número de estabelecimentos hoteleiros. Todas as cidades do estudo aumentaram de forma significativa o número de alojamentos, chegando quase a duplicar a sua oferta, Lisboa e Porto, mas também Évora e Guimarães. Observa-se um aumento de quartos entre 2013 e 2015 de forma muito significativa. Estes dados permitem concluir que efetivamente a pressão turística se está a fazer sentir em todo o país, com especial significado em Lisboa, seguida do Porto. São estas variações que se sentem no terreno, nas visitas aos centros das cidades, a crescente instalação de novas unidades hoteleiras ou de alojamento local nos centros históricos ou urbanos com fácil acessibilidade.

Considerando que o turismo interno é menos intrusivo na sua ação sobre o edificado antigo, do que o turismo internacional, que a falta de uma visão integrada como apontada por Sancho Silva permite um descuramento do desenvolvimento desse turismo interno, fica claro que uma monitorização nacional é necessária. Essa ação permitiria a nível nacional e regional controlar o efeito de turismo de massas sempre que se atinja um patamar de dano sobre o Património decorrente dessa pressão, mas também alargar a outras regiões adjacentes o interesse turístico e assim aproveitar de forma mais equilibrada o potencial positivo do turismo. Fica mais uma vez claro que os municípios devem ter uma ação proactiva e de controlo sobre a localização dos licenciamentos aprovados para fins hoteleiros.

5. Considerações finais

O valor patrimonial e cultural é a base principal de sustentação de significado do Património edificado. A sua transformação decorrente de demolições e consequente descontextualização do seu enquadramento histórico, social e urbano compromete objetivamente a leitura desse legado cultural para o futuro. A Educação para o Património deveria ser melhor enquadrada no contexto dos currículos do Ensino obrigatório, mas tal pode ter um apoio significativo por parte da ação dos municípios e sobretudo exige participação ativa da comunidade educativa. Apesar do conhecimento que se tem do trabalho de vários municípios na área da Cultura e da Proteção do Património, a cada vez maior corrente prática da demolição de interiores e adoção do fachadismo, revelam lacunas graves de sensibilização e conhecimento por parte dos dirigentes municipais. Este aspeto traduz-se em grandes preocupações num contexto de regionalização por se verificar que não existe preparação suficiente para a proteção do Património edificado e sobretudo se está a ser muito permeável a pressões imobiliárias e do turismo, o que não é compatível com a assunção de novas responsabilidades na área do Património. A pressão do turismo está em fase de grande crescimento principalmente em Lisboa e Porto. A falta do controlo necessário nos licenciamentos de novas unidades hoteleiras, na sua localização e sobretudo a falta de orientações claras sobre

o que é permitido, ou não permitido, no uso de Património edificado para este fim, na sua reabilitação, apresentam-se como fatores que justificam a causa de dano que se observa e o consumo rápido de um legado cultural e patrimonial que deveria ser preservado para o futuro.

Agradecimentos

Alice Tavares agradece à FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia o apoio à sua investigação de Pós-doutoramento (SFRH/BPD/113053/2015).

Referências Bibliográficas

Alice Costa, Aníbal Costa, Humberto Varum (2015) Património Edificado a proteger – o valor cultural como base decisora da estratégia de intervenção, Livro de comunicações do Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal / Brasil, Universidade de Aveiro.

INE:https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE, consultado Abril 2017.

Ministério da educação - http://www.dge.mec.pt/educacao-de-infancia

Ministério da educação - http://www.dge.mec.pt/ensino-basico

Ministério da educação - http://www.dge.mec.pt/ensino-secundario

Sancho Silva (2013) Turismo interno – uma visão integrada, Lidel edições técnicas Lda.

Tradições construtivas portuguesas no casario senhorial urbano e rural no planalto paulista

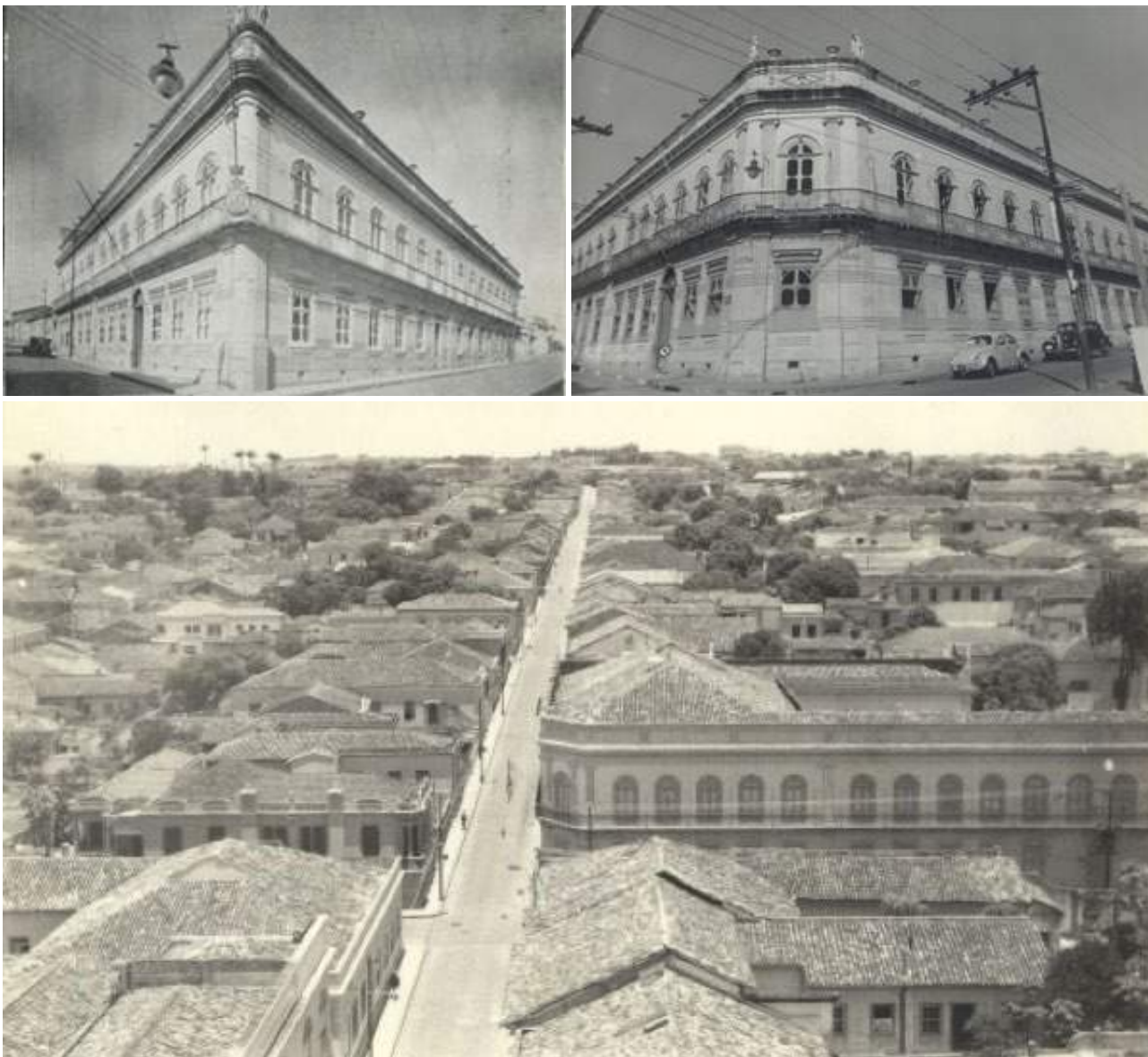
Ivone Salgado[1]
[1] Universidade Católica de Campinas

Resumo

O trabalho discute o Patrimônio Histórico construído por um abastado senhor de engenho e produtor de café, Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de Itatiba, no município de Campinas, São Paulo, Brasil, no século XIX; com destaque para um casario urbano, a residência do barão e de sua filha, hoje denominado Palácio dos Azulejos e um de seus casarios rurais, a Fazenda Duas Pontes, hoje Hotel Fazenda Solar das Andorinhas. A análise das construções realizadas em Campinas pelo Barão de Itatiba busca respostas sobre as influências portuguesas na tipologia do casario senhorial em contexto urbano e rural, destacando exemplares de um patrimônio artístico luso brasileiro difuso no interior do território paulista que revela relações com este mesmo tipo de casario construído em Portugal. Nesta análise, destaca-se o entendimento do contexto histórico social brasileiro do século XIX, quando as famílias oligárquicas paulistas acumularam riquezas com a produção do açúcar, do café e com o comércio; participaram também da implantação dos ramais ferroviários que propiciaram a rápida expansão da cultura cafeeira pelo Oeste da Província.

Introdução

No final do século XVIII, no contexto da economia agroexportadora paulista, algumas sesmarias foram concedidas pelo governo à Portugueses para incentivar o desenvolvimento da Capitania de São Paulo. Assim, o português e Capitão Mor Inácio Ferreira de Sá recebeu terras em 06 de outubro de 1796 na então vila de Jundiaí, na parte do seu território que no final do século XVIII seria a vila de Campinas.. Seu filho, Joaquim Ferreira Penteado, tornou-se comendador e recebeu o título de "Barão de Itatiba". Joaquim Ferreira Penteado mudou-se para Campinas aos 22 anos de idade, onde se tornou um fazendeiro abastado e foi proprietário, dentre outras, da Fazenda Duas Pontes. O Barão de Itatiba Construiu seu solar urbano, em 1878, o Palácio dos Azulejos. Segundo a Monografia Histórica do Município de Campinas, os Barões de Itatiba passavam a maior parte dos seus dias nas suas casas rurais, dentre elas a Fazenda Duas Pontes, e afluíam à casa urbana, o Palácio dos Ajulejos, para realizar, entre outras atividades, seus negócios. Esta forma de morar, urbana e rural, revela aspectos desta sociedade campineira do período. O estudo do casario senhorial, urbano e rural, que estes abastados produtores agrícolas construíram permite observar o processo de modernização urbana e no modo de morar que a emergente burguesia almejava e suas relações com os padrões culturais europeus na produção de uma arquitetura que se transformava, tanto na adoção de novas técnicas construtivas como nos estilos arquitetônicos que as mesmas promoviam.

Portanto, na análise destas "casas senhoriais" torna-se importante observar as técnicas construtivas, do engenho de açúcar, da fazenda de café e do casario urbano, procurando identificar a tradição da arquitetura e as relações culturais entre Brasil

Figuras 1, 2 e 3 - Palácio dos Azulejos, casario senhorial construído em 1878 em Campinas por Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de Itatiba. Na figura 1 a construção na sua versão original de 1878. Na figura 2, versão do edifício depois da reforma quando recebeu um chanfro na esquina. Na figura 3, a inserção urbana do casario senhorial.

e Portugal na formação destes patrimônios construídos na sociedade da Colônia e do Império.

A produção das edificações urbanas e rurais – a casa senhorial - dos grandes senhores de engenho e cafeicultores da região de Campinas é entendida como uma casa de morada desta nobreza e alta burguesia que se formou no período e seu entendimento deve focar os múltiplos aspectos da sua arquitetura, de suas técnicas construtivas, de seus programas distributivos, de sua ornamentação, testemunhos do encontro de heranças artísticas e culturais comuns, separadas por um oceano, mas em constante interação.

No final do século XVIII, predominavam na região da Campinas grandes sesmarias, os chamados latifúndios, aonde se produzia açúcar em seus engenhos. Paulatinamente, o café foi dominando a economia regional e, a partir de 1840, as fazendas de café tornam-se as principais produtoras da região. Nestes latifúndios, extensas propriedades rurais, os sesmeiros impulsionaram a formação de núcleos de moradias próximos aos engenhos e/ou fazendas de café.

O rio Atibaia foi personagem importante no processo de expansão territorial da região, margeando muitas das sesmarias que surgiram no final do século XVIII e que deram início ao comércio de terras, seguido pelas propriedades monocultoras (cana de açúcar e depois o café).

Dentre os senhores latifundiários de Campinas que construíram casas senhoriais urbanas e rurais no município, destacamos neste estudo de caso as propriedades de Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de Itatiba, um fazendeiro abastado. Era proprietário da Fazenda Duas Pontes, hoje denominada Hotel Fazenda Solar da Andorinhas, e de um solar urbano, construído em 1878, sua residência e a de uma de suas filhas, edifício hoje denominado Palácio dos Azulejos.

O Palácio Dos Azulejos

O Palácio dos Azulejos, solar do Barão de Itatiba e de sua filha, pode ser considerado uma casa senhorial urbana. Compõe-se de dois edifícios geminados, um deles a residência do barão e o outro a residência de uma de suas filhas, cada uma com seu portal de entrada distinto. Construído na segunda metade do século XIX, o solar mantém raras proporções de equilíbrio, principalmente em se tratando de duas residências concebidas independentes uma da outra.

A residência urbana do Barão de Itatiba foi construída sobre o alinhamento das ruas Ferreira Penteado e Regente Feijó. Possui duas requintadas fachadas voltadas para estas duas ruas e o telhado em quatro águas. (Figuras 1, 2 e 3)

A partir da metade do século XIX, os poderosos senhores de engenho e de fazendas de café da região passaram a ter interesse em construir enormes sobrados na vila, o que atraiu mestres carapinas (carpinteiros) e engenheiros práticos para a cidade. (PUPO, 1983, p. 57)

O Almanaque de Campinas registra, na década de 1870, a presença do arquiteto português Manoel Gonçalves da Silva Cantarino, um dos pioneiros do Neoclássico em São Paulo, com escritório localizado à rua do Rosário (hoje, Avenida Francisco Glicério), nº 45, responsável pela grande reforma do Teatro São Carlos, em 1867, um edifício que após sua remodelação torna-se um moderno teatro para a cidade, em estilo neoclássico. (LISBOA, 1871, p. 60- 65)

A historiadora Maria Joana Tonon considera que é possível que este arquiteto português, Manoel Gonçalves da Silva Cantarino, tenha sido o arquiteto da residência o Barão de Itatiba, assim como de outro casario senhorial construído na cidade, o sobrado de um dos filhos do barão, Estanislau Ferreira de Camargo Andrade, pela semelhança entre ambos. (TONON, 2003, p. 94)

Carlos Lemos chama a atenção sobre este arquiteto como sendo "um pioneiro do mais puro neoclássico em São Paulo", aonde foi o responsável pelo levantamento da planta do Hospital da Beneficência Portuguesa naquela cidade. (LEMOS, 1987, p. 76-8)

O Palácio dos Azulejos é um edifício de arquitetura neoclássica,

1 - Sala
2 - Sala principal
3 - Sala de entrada
4 - Dormitório
5 - Sala de jantar
6 - Varanda
7 - Corredor
8 - Salinha
9 - Cozinha
10 - Vestibulo
11 - Área de serviços

Rua Regente Feijó

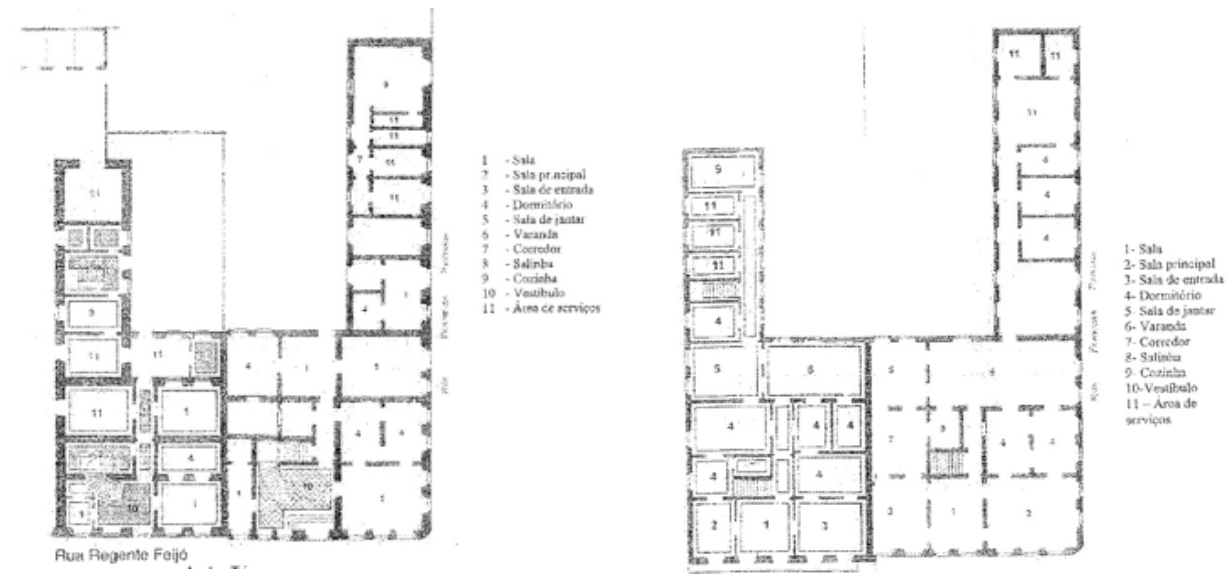
1- Sala
2- Sala principal
3- Sala de entrada
4- Dormitório
5- Sala de jantar
6- Varanda
7- Corredor
8- Salinha
9- Cozinha
10-Vestibulo
11 – Área de serviços

Figuras 4 e 5 - Programas das duas residências do sobrado do Solar do Barão de Itatiba, baseado no inventário e nas plantas de 1908 e 1916: à esquerda o andar térreo e à direita o primeiro pavimento. Fonte: Maria Joana Tonon, 2003, páginas 133 e 135.

Figura 6 e 7 – Torre de Barcelos

Figura 8 – Nova escadaria de acesso aos pisos e cobertura

possuí embasamento de pedras, possivelmente em todas as paredes mestras; suas paredes principais no térreo foram construídas em taipa de pilão encamisada com tijolos, de 90 cm de largura; nas demais paredes do térreo, as paredes internas foram construídas em taipa de mão; algumas paredes do pavimento térreo e as paredes do primeiro pavimento foram construídas em alvenaria de tijolos. O pé-direito no pavimento superior chega a 5,49 metros e 4,26 metros no térreo. Sua construção é característica de um período de transição no uso de técnicas construtivas: as tradicionais taipa de pilão e taipa de mão e a técnica de tijolos.

Quanto ao programa distributivo, no pavimento térreo, encontram-se quatro salas, com seus quartos anexos. (Figuras 4 e 5). A mais requintada apresenta forro de madeira, paredes ornamentadas com florais (figura 10), piso marchetado com diversos tipos de madeira (figura 9). No fundo do edifício ficava a cosinha. A escada que leva ao primeiro pavimento é de madeira nobre, suas paredes foram pintadas, seus degraus foram finamente marchetados (figura 8); ainda, possuí uma clarabóia ricamente ornamentada com vidros coloridos, que ilumina a escada. São destaques no edifício os gradis de ferro fundido no balcão do segundo pavimento e a porta de acesso principal (figuras 6 e 7). No meio da residência dos barões, atravessando a casa, se localizavam a sala de jantar e a varanda. No piso térreo encontramos o uso da pedra trabalhada. (Figura 11)

O estilo neoclássico foi adotado no sobrado do Barão de Atibaia, gosto que a Corte ditava desde o final da década de 1820, apesar da utilização concomitante da técnica construtiva tradicional.

Segundo Nestor Goulart Reis Filho, a construção neoclássica geralmente apresentava paredes de pedra ou tijolos, revestidas e pintadas com cores suaves, destacando-se janelas e portas enquadradas em pedra aparelhada e finalizada por arcos plenos, cujas bandeiras encontravam-se decoradas com elaborados desenhos de pinázios, como tulipas, leques, pétalas, com vidros simples ou coloridos; e recebiam, ao invés da pintura, revestimento de azulejos. Muitos destes elementos compositivos estão presentes no Palácio dos Azulejos. (REIS FILHO, 1973, p.117).

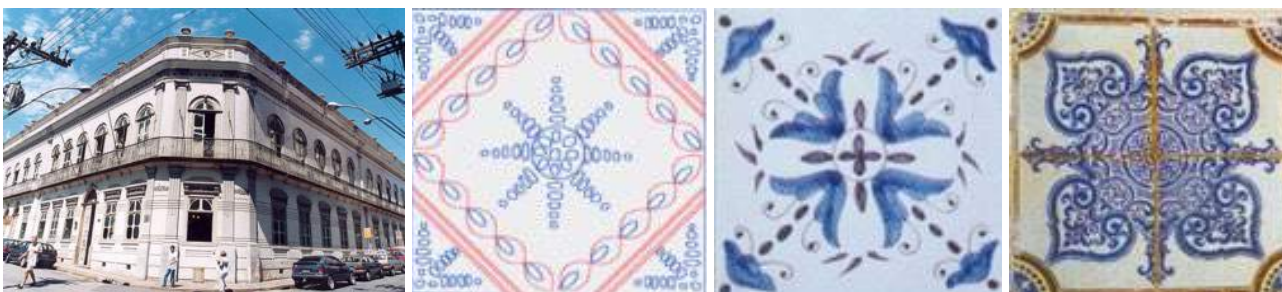
Sobre a taipa de pilão, esta foi trazida pelos portugueses da região do Algarve, no início da colonização do planalto paulista, consistia num grande volume de terra argilosa extraída do próprio local e de suas adjacências; e foi utilizada nesta casa senhorial. (LEMOS, 1989, p.18, 39-42)

A utilização de alvenaria de tijolos difundiu-se na região de Campinas, na segunda metade do século XIX, marcando uma nova fase na arquitetura local, com destaque para a implantação na cidade de uma Fábrica de Tijolos de Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, que passou a utilizar-se da patente industrial inglesa de Clayton & Companhia, para a produção mecanizada. (LAPA, p. 105)

Um grande destaque na construção do solar do Barão de Itatiba, dando-lhe requinte e imponência, foi a aplicação na fachada dos azulejos, inclusive na platibanda que se encontra coroada por louça branca. O uso dos azulejos nas construções, tanto no Brasil como em Portugal, ganham maior disseminação a partir do século XVIII. No Brasil, eles foram utilizados, sobretudo, nas igrejas, conventos e colégios religiosos das três grandes e ricas cidade de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, "que deviam gozar de prestígio suficiente para promover embelezamento artístico constante, especialmente na velha capital" (TONON, 2003, p.144)

O uso da azulejaria na construção civil, no Brasil, praticamente se difundiu apenas no século XIX. Sua utilização no revestimento das fachadas iniciou-se por volta de 1830 e 1840, com a nova camada social que emergia, estendendo-se por todo o Brasil. "Seu uso teve dupla função: a utilitária, quando trouxe proteção contra a humidade, herdada do clima tropical e agravada pela salinidade existente nas cidades litorâneas e a decorativa, tornando-se ostentação do proprietário". (TONON, 2003, p.144)

A historiadora Maria JoanaTonon comenta que, apesar de

Figuras 9, 10 e 11. Palácio dos Azulejos, solar do Barão de Itatiba. Piso de madeira marchetado, pinturas nas paredes, piso de pedra no pavimento terreo.

Figuras 12, 13, 14 e 15. Palácio dos Azulejos, solar do Barão de Itatiba. Destaque para a azulejaria aplicada nas fachadas.

Figuras 16, 17 e 18.. Fazenda Duas Pontes. Sede: lateral esquerda da fachada; varanda central da fachada; lateral direita da fachada.

existirem exemplares em outros países o uso de azulejos nas fachadas, foi no Brasil que este fenômeno tomou vulto, sendo exportado, posteriormente para outros países, inclusive para Portugal. O uso da azulejaria na fachada da casa senhorial urbana do Barão de Itatiba, em Campinas, constitui uma excepcionalidade em relação ao planalto paulista. Na cidade de Campinas há registro do uso de azulejos apenas em platibandas de mais três casarios senhoriais. Os azulejos existentes nas fachadas do pavimento térreo foram retirados em uma reforma de 1911. Aqueles remanescentes nas fachadas do pavimento superior e na platibanda são de seis tipos, assentados em tijolos, três do tipo "tapete" e três do tipo "friso". (TONON, 2003, p.145) (Figuras 12, 13. 14 e 15)

Fazenda Duas Pontes

A origem da Fazenda Duas Pontes (figuras 16. 17 e 18) remonta à fundação de Campinas. Em 06 de outubro de 1796, o governo português concedeu uma sesmaria ao Capitão Mor da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso de Jundiaí, Inácio Ferreira de Sá. Em 1797, a freguesia seria elevada a vila em função da prosperidade dos senhores de engenho no local. Na já então vila de São Carlos (hoje Campinas), o Capitão Mor da Vila de São Carlos, Floriano Camargo Penteado, também recebeu uma sesmaria em 20 de outubro de 1798. Seu filho, Joaquim Ferreira Penteado, o "Barão de Itatiba", era sobrinho neto de Inácio Ferreira de Sá. Este teve uma filha chamada Francisca de Paula Camargo, a Dona Francisca.

Em 1793, Floriano de Camargo Penteado comprou um sítio, "engenho de terras", com "casa de moradia de três lanços", provavelmente a mesma que perdura até os dias de hoje na Fazenda Duas Pontes.

Segundo Danilo Braga, historiador e Coordenador de Cultura do Hotel Fazenda Solar das Andorinhas, este engenho e fabrica de açúcar, "com 16 formas, 5 cochos e resfriadeira, 2 tachos e etc., 8 bois de moenda, uma roça nova de 4 alqueires", compunham a propriedade que, em 1803, quando foi vendida a Floriano de Camargo Penteado que anos depois se tornaria Capitão-Mor de Campinas. Tais negócios fundiários determinaram as divisas da futura Fazenda Duas Pontes, que ocupou terras na margem esquerda do Rio Atibaia (médio), acrescida com terras da margem direita, onde está sua sede. (BRAGA, 2017)

O Capitão Mor Floriano de Camargo Penteado teve uma filha chamada Francisca de Paula Camargo, que casou-se com seu primo Joaquim Ferreira Penteado, em 1830. Em 1838 com o falecimento de Floriano, o casal Ferreira Penteado herda a Fazenda Duas Pontes com 80 escravos, onde cada um deles equivalia a 16 bois, e tropa de muares para o transporte do açúcar até o porto de Santos, que até aquele momento era sua principal produção. (BRAGA, 2017)

Joaquim Ferreira Penteado herdou a Fazenda Duas Pontes, após o falecimento de Floriano, e foi um fazendeiro dos mais abastados de Campinas, recebeu o título de Barão de Itatiba, e fundou na cidade a primeira escola de instrução primária, gratuita, para meninos pobres, denominada "Escola Ferreira Penteado".

O décimo terceiro filho do casal, Sr. Inácio de Ferreira Camargo Andrade, herdou a Fazenda Duas Pontes, em 1884, após o falecimento de seu pai. Ignácio Ferreira de Camargo Andrade casou-se com Dona Brandina Emilia Leite Penteado, em 1877, foi o herdeiro da Fazenda Duas Pontes, faleceu ainda jovem. O casal não teve filhos e D. Brandina, viúva, casou-se, em 1896, com Artur Furtado Albuquerque Cavalcanti, que possuía título de "Desembargador", e que foi o responsável pelo projeto e execução da instalação de energia e iluminação pública de Campinas no ano de 1906.

A Fazenda Duas Pontes recebia escravos vindos do Rio de Janeiro. Os escravos eram divididos em duas categorias: Escravos de Dentro e Escravos de Fora. Os primeiros serviam dentro da Casa Grande, chegou à quantidade de 70 escravos para servir exclusivamente ao Barão de Itatiba e à sua família.

Os escravos de Fora trabalhavam na lida, colheita, plantio e outros trabalhos braçais e não podiam ter contato com os

Figuras 19, 20, 21 e 22. Fazenda Duas Pontes, casa sede. Beiral, janela frontal, pintura na parede interna, forro da varanda.

Escravos de Dentro. Para a aquisição de seus servos, o Barão era informado quando chegava um Navio Negreiro no porto de Santos, indo pessoalmente até lá ou enviando alguém de sua confiança para a compra.

Depois da abolição da escravatura os italianos assumiram o trabalho de plantar, colher e embarcar o café nas estações da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, cujos trilhos correm paralelos à fazenda.

Originalmente o engenho produzia açúcar; depois passou à produção e café quando a Fazenda Duas Pontes destacou-se na agricultura cafeeira da região produzindo cerca de 100.000 sacas ao ano e escoava sua produção pela estação de trem Tanquinho e pela Estação de Carlos Gomes, pertencentes à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

A sede, foi construída no início do século XIX, aonde as paredes externas são de taipa de pilão, com de 80 cm de largura. (figuras 25, 26 e 27). Nas paredes internas foi utilizada a técnica da taipa de mão (estruturada em gaiola de madeira), cujas peças mestras podem ser observadas ainda hoje na sua reutilização na varanda posterior. (Figura 28)

No interior desta casa senhorial encontramos requinte nas salas principais. Ela possuí pintura decorativa nas paredes (figura 21), forros em saia e camisa (figura 29) e piso em tabuado de madeira. (Figura 23). Suas portas e janelas são em madeira e vidro. As portas com folhas de madeira (escuros) apenas ou também com bandeiras de vidro. As janelas com duas folhas, a interna em madeira (escuros) e a externa com duas folhas em vidro. (Figuras 23, 24, 25 e 26) As portas e janelas possuem vergas retas, típicas dos casarios colônias. (Figuras 16, 18, 20 e 24). Os beirais externos são prolongados, para a proteção da taipa, com forro de madeira (figura 19). A varanda frontal, que interrompe a longa fachada da construção longitudinal, dando-lhe uma solução tripartite, possui lambrequins e forro em madeira. (Figura 22)

Quando Artur Furtado passou a ser o novo proprietário da Fazenda Duas Pontes, introduziu melhoramentos e muitas obras suntuosas, ainda hoje existentes, tais como a Roda D'Água, a Serraria e o Moinho de Fubá.

Em 1910, a Fazenda Duas Pontes possuía sua estrutura ainda intacta, porém com algumas melhorias tecnológicas feitas por Arthur Furtado, ainda hoje existentes, tais como a Roda D'Água, a Serraria e o Moinho de Fubá. A fazenda contava ainda com uma estação da estrada de ferro da Companhia Mogiana, denominada Desembargador Furtado. A estrutura da fazenda contava com uma casa de morada do proprietário, neste caso, a sede, a casa do administrador, do ajudante, escritórios, cocheiras, carpintaria, serraria, oficinas de ferreiros, moinho de fubá, maquinário e luz elétrica.

A mão-de-obra contava com 270 trabalhadores diários, que habitavam 10 casas e eram distribuídos em diversas funções, entre estas, carroceiros e cocheiros. Além das 80 famílias que habitavam 80 casas, nas quais eram 69 italianas, 8 espanholas e 3 brasileiras.

Em 1928, para facilitar o escoamento da produção, foram realizados trabalhos de retificação da estrada de ferro, construindo uma nova estação (ainda existente) em frente à Fazenda, denominada Artur Furtado. Esta linha ferroviária mantinha trens até Brasília, ainda em meados de 1970. Hoje é estação de parada da Maria Fumaça, passeio turístico mantido nos dias de hoje pela Associação Brasileira de Preservação da Ferrovia (ABPF).

Com a morte Artur Furtado, a fazenda ficou para seus herdeiros, que decidiram dividir as terras e vender a área de aproximadamente dez alqueires, onde se localiza a Casa Grande. A Fazenda foi levada à leilão, devido a dívidas contraídas, sendo arrematada pelo Coronel Cristiano Osório de Oliveira por aproximadamente 600 contos de réis que aparece em 1919 como seu proprietário. Com a morte do Coronel, a Fazenda ficou para seus herdeiros, que decidiram dividir as terras.

Em 1971, o Engenheiro e empresário Roberto Ceccarelli, comprou a Fazenda Duas Pontes e a transformou em Hotel Fazenda ("Hotel Fazenda Solar das Andorinhas"), procurando preservar o patrimônio construído da mesma. A fazenda foi uma das maiores produtoras de café do Estado de São Paulo. Dentre os remanescentes do que foi um próspero engenho

Figuras 23, 24, 25 e 26. Fazenda Duas Pontes. Portas e janelas em madeira e madeira e vidro .evidenciando a espessura das paredes externas em taipa de pilão. Fonte: Arquivo da autora.

Figuras 27, 28 e 29. Fazenda Duas Pontes, casa sede. Empenha em taipa de pilão sem reboco; estrutura do telhado com peça utilizada em parede de taipa de mão; forro da sala principal.

de açúcar, posteriormente uma rica fazenda de café, se encontram preservadas no local: as ruínas da senzala; o casario senhorial (sede); as colônias de portugueses e de italianos; a capela, a roda d'água para geração de energia, a casa de máquinas de beneficiamento de café; o moinho de fubá, a carpintaria, os terreiros de café (parte).
O patrimônio construído remanescente dos tempos do Barão de Itatiba (engenho de açúcar e fazenda de café) e de Artur Furtado (fazenda de café), ainda podem ser visitados, como a Roda D'Água para abastecimento de água do complexo ; a Casa de Máquinas de beneficiamento do café; o Jardim de Entrada com palmeiras imperiais; parte do calçamento das antigas estrebarias; as Ruínas da Serraria e do Moinho de Fubá; o Caramanchão (Namoradeira) do Jardim.

Considerações Finais

Uma investigação sobre o casario senhorial construído no interior do território paulista, por um abastado senhor de engenho e produtor de café, Joaquim Ferreira Penteado, o Barão de Itatiba, permite uma reflexão sobre o patrimônio artístico luso brasileiro e lança perspectivas de análise sobre as relações com este mesmo tipo de casario construído em Portugal. A análise deste Patrimônio Histórico construído no município de Campinas, com destaque para um casario urbano, a residência do barão e de sua filha, hoje denominado Palácio dos Azulejos e um de seus casarios rurais, a Fazenda Duas Pontes, hoje Hotel Fazenda Solar das Andorinhas, revelam características de um período de transição no uso de técnicas construtivas tradicionais, taipa de pilão e taipa de mão, e da difusão do uso da alvenaria de tijolos, e colocam questões importantes nos processos de preservação destes bens e nas novas utilizações propostas para os seus usos.
Estes edifícios foram construídos quando as famílias oligárquicas paulistas acumularam riquezas com a produção do açúcar, do café e com o comércio; e quando a implantação dos ramais ferroviários propiciaram a rápida expansão da cultura cafeeira pelo Oeste da Província.
Hoje, o casario senhorial rural do Barão de Itatiba, a Fazenda Duas Pontes, abriga um hotel, o Hotel Fazenda Solar das Andorinhas, com um estado de conservação precário. Seu conjunto edificado está tombado desde 1994 como Patrimônio Histórico pelo CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas). O casario urbano, do mesmo barão, residência da família construída no auge da formação e sua fortuna, encontra-se tombado desde 1967 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e logo nos anos que se seguiram pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Artístico do Estado de São Paulo) e CONPEPACC. Hoje este edifício pertence à Prefeitura Municipal de Campinas e abriga o Museu de Imagem e do Som (MIS). Os dois casarios senhoriais, objetos deste estudo, possuem seus patrimônios ameaçados pelas dificuldades no processo de manutenção, reutilização e preservação dos mesmos.

Referências Bibliográficas

LAPA, José Roberto do Amaral. A Cidade, Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900. São Paulo, EDUSP, 1996.

LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo. In: Fabris, Annatereza (org) e outros. Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo, Nobre/ EDUSP, 1987.

LEMOS, Carlos. História da Casa Brasileira. São Paulo: Contexto, 1989.

LISBOA, José Maria. Almanack de Campinas para 1872, Campinas: Typ da Gazeta de Campinas, 1871.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo. Perspectiva, 1973.

TONON, Maria Joana. Palácio dos Azulejos: de Residência à Paço Municipal – 1878 – 1968. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de UNICAMP, 2003.

http://www.jornaldaserra.com.br/15%20Hotelaria/Solar%20das%20Andorinhas/1solargeral.html acessado dia 17/02/2016 as 19:08

http://noticias.band.uol.com.br/cidades/campinas/noticia/100000630388/-projeto-preve-restauro-da-fazenda-duas-pontes.html acessado dia 17/02/2016 as 19:14

http://agenciaterrabrasil.blogspot.com.br/2011/12/fazenda-solar-das-andorinhas.html acessado dia 17/02/2016 as 19:32

O valor da envolvente para o Património

Miguel Malheiro[1]

[1] Universidade Lusíada Norte-Porto, CITAD

Resumo

A "Rota do Românico" é uma rota turístico-cultural, composta por 58 monumentos de origem medieval, inseridos na região dos vales dos rios Sousa, Tâmega e Douro, no norte de Portugal. Iniciada em 1998, é a partir de 2003 que são implementadas as primeiras ações no património arquitectónico e desenvolvidos vários estudos de caracterização e sedimentação dos bens culturais naquele território. É neste contexto que se desenvolvem, a partir de 2005, os "Estudos de Valorização e Salvaguarda das Envolventes aos Monumentos da Rota do Românico", com o objetivo duplo de robustecer as relações que as envolventes estabelecem com o monumento, dando um contributo importante para a sua salvaguarda, mas também integrá-las na vida das comunidades que convivem com os monumentos, contribuindo para a sua qualidade de vida. O objetivo deste artigo é debater o valor destas envolventes para os monumentos, a forma de as delimitar e a necessidade de definir ações concretas que permitam proteger, fruir e apreciar os monumentos inseridos em contextos e comunidades específicas.

Palavras-chave: Envolventes ao Património Arquitectónico, Rota do Românico, Zonas de Proteção, Planeamento Regional e Urbano, Salvaguarda do Património

1. Introdução

A Rota do Românico (RR) é um itinerário cultural que calcorreia um conjunto de monumentos (mosteiros, igrejas, capelas, ermidas, castelos, torres, memoriais e pontes) implantados numa geografia, marcada indelevelmente por uma malha paroquial do território e, por um tempo, que os une expressivamente à formação de Portugal. Ela sintetiza a evolução do conceito de Património Cultural, que do tradicional culto ao monumento isolado, se estende contemporaneamente à valorização do seu contexto territorial. Tem como missão preservar e conservar estes bens, cuidar da sua especificidade e reforçar os laços de identidade que as suas populações com eles estabeleceram, promovendo assim, a tão aspirada qualidade de vida da comunidade e a garantia da transmissão destes monumentos às gerações vindouras. Ela define objetivamente a emergência do território concetual e operativo do património cultural e da sua relação com o ordenamento e o desenvolvimento territorial, através duma visão integrada entre território e monumento. Para robustecer esta visão, desenvolve-se entre 2005 e 2007, a realização dos primeiros estudos de conservação e salvaguarda das 21 envolventes aos monumentos da RR, que prosseguem em 2015, com o estudo dos restantes 37 monumentos que em 2010 passaram a integrar a RR, fruto do alargamento do vale do rio Sousa à região do Baixo-Tâmega e Baixo-Douro. Eles tiveram como objetivo caracterizar e registar a origem e evolução das

envolventes e diagnosticar a sua transformação, avaliando a possibilidade ou necessidade de realizar ações de qualificação e/ou manutenção dos contextos, bem como definir critérios de intervenção a ter em futuros projetos para o seu enquadramento sustentável, não só nos seus limites visuais próximos como também nos percursos de aproximação.
O presente artigo aborda os princípios que se tomaram por base para a definição destas envolventes, a metodologia utilizada na sua contextualização e estabelecimento de critérios de intervenção, assim como a apresentação de algumas das propostas definidas para as envolventes, selecionadas de forma aleatória para elucidar o processo de trabalho realizado nestes estudos, pioneiros no seio da conservação e salvaguarda do Património Arquitectónico em Portugal.

2. O valor da envolvente

Lúcia Rosas afirma que, "visitar os monumentos, apreciar a paisagem, compreender a relação entre orografia do terreno e as construções da Época Românica, entrever as motivações físicas e simbólicas da localização de torres e castelos e entender a espessura da sedimentação histórica do povoamento é o estimulante desafio ..." [1] da RR.
Neste sentido, a necessidade de proteger e sustentar a envolvente ou contexto de um determinado monumento, conjunto arquitetónico ou rural, é uma tarefa fundamental para a salvaguarda do património, porque ela suporta-o e contribui para a sua compreensão e estabelecimento de vínculos. Assim, a envolvente a um monumento contém uma mensagem do desenvolvimento histórico que ali ocorreu, sendo por isso portadora do desenvolvimento cultural desse lugar, característica que a distingue de ambiente natural. As envolventes dos monumentos e sítios sofrem modificações constantes através do impacto do ser humano e da natureza, sendo possível nelas encontrar as marcas históricas que definem os lugares, a sua especificidade, o seu espírito do lugar. O homem e a natureza assinalam a passagem do tempo através destas marcas históricas, sendo elas que nos permitem, de forma mais precisa e profunda, perceber o significado cultural do monumento.
Este contexto de constante mudança e desenvolvimento no território, a que hoje assistimos nas cidades, no campo, nos modos de vida, na agricultura e no turismo, necessita de uma resposta eficaz que permita "reconhecer, proteger e manter adequadamente a presença significativa das edificações, dos sítios e das áreas dos bens culturais em seus respetivos" [2] contextos, bem como "diminuir a ameaça que representam estes processos de transformação contra o património cultural em toda a riqueza da sua autenticidade, seu significado, seus valores, sua integridade e sua diversidade" [3].
A Declaração de Xi´an (ICOMOS, 2005) reclama esta urgência de reconhecer o contexto para o significado dos bens patrimoniais e consequentemente, a necessidade de desenvolver instrumentos que promovam a sua conservação e gestão. Para isso, a definição da envolvente deve ser feita através da compreensão da "história, evolução e carácter" do contexto em que o bem cultural se insere. Na envolvente, devem-se conjugar harmoniosamente as "tradições culturais, os rituais, as práticas espirituais e os conceitos, assim como a história, a topografia, os valores do meio natural, os usos e outros fatores", para se conseguir "criar o conjunto de valores e dimensões tangíveis e intangíveis" [4] que formam o significado cultural do monumento.
Define-se a envolvente como o lugar antropológico, caracterizado, na Declaração de Québec (ICOMOS, 2008), pelos "elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.)", isto é, os "elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistérios ao lugar" [5].
A transmissão do espírito do lugar associado às envolventes aos bens patrimoniais realiza-se essencialmente pelas pessoas, pelas comunidades locais que nelas estabelecem a sua identidade. A ação a implementar na envolvente a um bem cultural deve promover o reforço ou restabelecimento de vínculos entre entre esse bem e o seu contexto, para que elas experimentem "os seus monumentos, não apenas ao nível da contemplação ou estética, mas simultaneamente através do estabelecimento de conexões materiais e emocionais, criando novos ou repondo antigos diálogos com os seus monumentos" [6]. O papel preponderante do bem cultural e seu contexto, interligados pelos vínculos estabelecidos pela comunidade, determinam a necessidade de desenvolver instrumentos que promovam a sua conservação, gestão e valorização.

3. A delimitação da envolvente

A referida transformação do conceito de património, através da ampliação dos limites do elemento singular isolado para um conjunto mais amplo do bem cultural situado no seu meio (físico e social), cria dificuldades na sua delimitação, definição e caracterização das ações a implementar. A delimitação deste espaço físico e simbólico com o qual o monumento se relaciona (onde se integra e participa) é tão importante quanto o saber como se atua sobre ele. As recomendações, declarações e cartas patrimoniais não têm essa vocação, devido ao carácter genérico e alcance universal que contêm, distante de contextos específicos e bens concretos, com características e apropriações distintas. De igual modo, a Lei de Bases do Património Cultural Português [7], também não define formas de atuar nas envolventes aos monumentos, cingindo-se à definição de ferramentas que protegem o enquadramento dos imóveis, conjuntos e sítios classificados ou em vias de classificação, através da delimitação de zonas de proteção que, em termos legais, "são servidões administrativas que atribuem à tutela o controlo das intervenções a realizar dentro dos seus limites" [8].
No entanto, a envolvente "é uma causa ou um agente, já presente ou possível, de deterioração dos valores dos bens imóveis, pelo que não tem sentido identificar estes agentes sem concretizar as medidas que evitem ou solucionem o dano que eles podem causar" [9], sendo necessário um planeamento territorial e urbanístico que vise a definição de ações a implementar nos contextos, mediante a apresentação de propostas concretas que estimulem o espírito do lugar. Estas propostas devem prestar especial atenção às relações percetivas ou às exigências da perceção do monumento, mas também ao contexto que permite a sua apreciação e potencia os significados e os vínculos. Estes significados e vínculos encontram-se nas formas, texturas, cores, limites, significados e usos, que formam a identidade do contexto intimamente relacionado com o monumento, física e espiritualmente. Assim, as ações a implementar devem procurar reforçar os elementos da envolvente que promovem o significado do monumento, para reforço da identidade da sua comunidade, despertando nela uma consciência cívica imprescindível para a sua salvaguarda e, simultaneamente, regular as transformações sem as impedir, elevando os padrões de qualidade de vida.

4. O estudo das envolventes aos monumentos da RR

Os estudos de salvaguarda e valorização das envolventes aos monumentos da RR foram realizados por uma equipa multidisciplinar, onde se integraram as disciplinas da História, Arqueologia, Arquitectura Paisagista, Engenharia Civil, Engenharia Eletrotécnica e Arquitectura, a quem coube a coordenação dos trabalhos [10]. O contributo de cada disciplina foi cruzado interdisciplinarmente por forma a identificar o contexto adequado a cada imóvel e os seus limites, através da definição de ações concretas que procuraram preservar a dimensão cultural do lugar e a identidade das suas comunidades. Este trabalho realizou-se em articulação com os municípios envolvidos e a Direção Geral do Património Cultural, procurando que as diretrizes traçadas fossem incorporadas nas ferramentas de ordenamento do território e dispositivos legais de regulação existentes nestas identidades. Mostram-se a seguir, alguns casos estudados que contextualizam a metodologia adotada e a sua estrutura, e elucidam a pertinência do valor das envolventes na salvaguarda e valorização do património construído.

Figura 1 - Vista da envolvente ao Mosteiro de Freixo de Baixo, onde se observam as encostas terraceadas para plantação de vinha (Créditos: RR, António Cabral. Digisfera. 2013).

Figura 2 - Vista da envolvente à Igreja do Salvador de Real, com a transformação radical da sua envolvente para adaptação da encosta do monte à monocultura da vinha, com o terraceamento dos socalcos ancestrais (2015).

4.1. Inter-relação dos espaços nas envolventes

Um aspeto crucial para a definição de uma envolvente a um bem cultural e para a forma como nela se estruturam os critérios de intervenção, é a tipologia do monumento que lhe serve de suporte. Os espaços interrelacionam-se de formas distintas na envolvente a uma igreja, num mosteiro ou numa capela isolada no cimo de um monte. O espaço cemiterial, o terreiro, as várias dependências agrícolas, a cerca e, numa macroescala, o couto monástico, criam laços de interdependência distintos ao aglomerado urbano, largo, espaço cemiterial e adro de uma igreja paroquial, ou aos caminhos que ligam a uma capela isolada e a extensas áreas envolventes que outrora serviram uma pastorícia que, entretanto, desapareceu ou existe de forma muito residual. Estas premissas históricas associadas à tipologia do monumento devem estar presentes no momento de delimitar uma envolvente, e consequente desenvolvimento das ações a implementar.

Verifica-se que a igreja medieval possuía quase sempre um muro ou uma cerca a delimitar um espaço que a anexava e excluía, um espaço vazio que lhe garantia dignidade e altivez. São estes limites ou marcas territoriais, que estruturam o território, anteriormente apenas constituído por porções de terra amorfa. Eles evidenciam que o território está possuído e organizado, através de composições que estabilizam as relações sociais e potenciam a qualidade humana. As comunidades rurais medievais organizavam-se "em redor de uma igreja, ecclesia, com o seu espaço cemiterial que lhes ajuda a sedimentar o social, a vicinidade, e lhes assegura a proteção de Deus e dos santos para os vivos e para os mortos" [11]. Na delimitação de uma envolvente deve-se ter presente o desenvolvimento do território onde se integra em termos históricos o monumento, dos limites e marcas territoriais que o estruturaram, que lhe deram sentido e significado, ou seja, ter presente os elementos que contribuem para a forma de visibilidade, para a identidade corpórea do monumento.

4.2. As envolventes dos monumentos da RR

4.2.1. Transformação da produção agrícola

Nos estudos levados a cabo, estas marcas territoriais e a delimitação de espaços interdependentes, são ainda hoje evidentes, demonstrando a sua relevância na caracterização e solidez das envolventes na relação que estabelecem com os monumentos. A RR insere-se num território que no início da Nacionalidade apresentaria um forte carácter rural. A implantação dos Mosteiros era definida em função da presença de solos produtivos e da presença de água, normalmente na proximidade de vales férteis. Os casarios desenvolvidos à volta de igrejas, "estendem-se ao longo de continuidades geográficas ou infraestruturais, em parte definidas por elementos biofísicos e culturais, com uma forte presença visual, como os alinhamentos de vales, sistemas colinares, linhas de cumeada e encostas mais ou menos arborizadas, ou em núcleos históricos, à volta de largos, adros e terreiros de igrejas paroquiais" [12].

Associadas ao extenso emaranhado de caminhos medievais, estão as pontes, capelas e memoriais, próximos ou afastados das povoações, mas com eles estabelecendo laços profundos vicinais. A observar a paisagem, encontram-se os castelos.

De forma sucinta, a maioria das envolventes aos imóveis analisados, insere-se "predominantemente em meios rurais, à volta dos quais, sobretudo nas igrejas, surgem pequenos aglomerados de habitação. Esta realidade insere-se no contexto do povoamento disperso e extensivo no território, que se torna mais rarefeito à medida que nos deslocamos para oriente e para as cotas altas dos montes. Aqui, o horizonte torna-se mais extenso, sobretudo no vale do rio Douro e na bordadura montanhosa do Marão, com paisagens de assinalável beleza" [13]. No entanto, a realidade paisagística alterou-se substancialmente nas últimas décadas, com a proliferação construtiva intensiva, em especial nos municípios próximos da cidade do Porto, com o consequente recuo ou transformação da atividade agrícola, esteio económico do meio rural (cultura). Esta alteração provoca em simultâneo

Figura 3 - Vista da envolvente à Igreja de Santo Isidoro, onde se observam as terraplanagens extensivas, sem função aparente (2014).

Figura 4 - Vista dos muros de suporte do estacionamento e cemitério na envolvente à Igreja de Soalhães (2014).

Figura 5 - Vista dos muros e pavimentos áridos na envolvente próxima à Igreja de Barró (Créditos: RR, António Cabral. Digisfera, 2013).

o abandono dos campos agrícolas, "onde grassam os matos e as infestantes, e a rutura substancial da paisagem, transformando os socalcos que a caracterizavam, em amplos terraços para plantação de monoculturas, em especial a vinha, alterando os contextos" [14] destes monumentos. Estas situações ocorreram, há alguns anos atrás, no terraceamento das encostas adjacentes ao Mosteiro de Freixo de Baixo (figura 1), estando estes terrenos agora devolutos, ou mais recentemente, na Igreja do Salvador de Real (figura 2), onde a inexistência de um estudo desta natureza permitiu uma forte transformação dos solos sem um adequado "tratamento paisagístico de todo o espaço da vinha" [15] agora criado, descurando-se os elementos que caracterizavam aquelas encostas e davam sentido ao lugar, como os muros de amarração dos terrenos, linhas de drenagem, coberto vegetal e elementos arbóreos [16]. A proposta realizada no estudo reafirmou o carácter daquele território, apontando diversas ações que tentam legar àquela envolvente uma "lógica de uma prática cultural, transformando-(a) simultaneamente em elemento de valorização económica, territorial, e num elemento que contribua para o sentido do lugar" [17].

4.2.2. Transformações de usos e construção excessiva

Estas alterações das fisionomias dos contextos, são também visíveis ao nível das construções que são realizadas com forte impacto na paisagem, que influem de forma determinante na apreciação dos monumentos. Este é o caso da alteração do contexto de aproximação à Igreja de Santo Isidoro (figura 3), com terraplanagens para criação de espaços amplos, desprovidos de uma função clara, conferindo-lhes um carácter desolador, que influenciam determinantemente o abandono e alteração sem critério da arquitectura vernacular existente, como as novas construções que se vão realizando, também elas reflexo desta aridez de carácter e destituição de inter-relacionamento com o monumento.

No mesmo sentido, também se observaram excessos de construção que alteraram substancialmente o contexto da envolvente à Igreja de Soalhães (figura 4), com uma utilização massiva de muros de suporte do parque de estacionamento e das plataformas para expansão do cemitério, com um impacto paisagístico assinalável. Na igreja de Barró (figura 5), uma intervenção realizada há algumas décadas atrás, provocou uma situação semelhante, com extensas áreas de muros de suporte e um tratamento de pavimentos que tornam os espaços de aproximação à igreja predominantemente áridos, quando em confronto com a envolvente verdejante da encosta do Douro em que se encontra implantada.

4.2.3. Transformações espaciais

Na capela de Fandinhães (figura 6), a criação de um espaço amplo delimitado por um muro, criou uma "artificialidade impositiva deste elemento na envolvente natural que rodeia o imóvel" [18] que deve ser corrigida, já que este espaço agora definido, impõe um carácter distinto do que seria aquele objeto inserido no seu meio natural, onde a marca humana era sentida apenas nos caminhos que se lhe dirigiam. Também na igreja de Jazente (figura 7) se realizaram recentemente trabalhos de terraplanagem para alargamento substancial do espaço de chegada, quebrando escalas e interdependências, criando uma instabilidade substancial na observação do lugar. Esta situação pode-se agravar com a colocação de pavimentos minerais, provocando uma aridez propícia ao estacionamento automóvel, ocasional, mas com danos graves para o sentido, emoção e mistério daquele lugar.

4.2.4. Manutenção de contextos

Também se verificou a existência de envolventes estabilizadas, requerendo simples, mas necessárias, operações de manutenção para a sua perduração e coerência formal. É o caso da ponte da Panchorra (figura 8), onde se observou um contexto adequado e estabilizado, que permite a fruição da comunidade residente na sua periferia. No entanto, o

Figura 6 - Vista do muro de delimitação de adro e cablagens aéreas na envolvente à Capela de Fandinhães (2014).

Figura 7 - Vista da área terraplanada defronte da Igreja de Jazente (2014).

Figura 8 - Vista da envolvente à Ponte da Panchorra (2014).

Figura 9 - Vista da envolvente ao Mosteiro de Cárquere (2014).

acesso faz-se inevitavelmente pela Aldeia da Panchorra, que tem sido sujeita a diversas adulterações que a têm transformado radicalmente, com a alteração da sua arquitectura vernacular, novas pavimentações, mobiliário urbano desconexo, etc. Não constituindo qualquer interesse ou objetivo a musealização da aldeia, "deverão as inevitáveis, e mesmo desejáveis, obras de valorização e expansão dos imóveis que dão corpo ao aglomerado, serem supervisionados pelo Município, tendo objetivamente em mente a manutenção do carácter vernacular da sua arquitectura (ainda que em grande parte destas, o carácter apenas se mantenha dentro de uma perspetiva cénica)" [19].

No mosteiro de Santa Maria de Cárquere (figura 9), a identidade do contexto da envolvente deve-se substancialmente à riqueza arbórea que a contém, pelo que a sua manutenção "terá que ser pro-activa na preservação de incêndios mantendo o sob-coberto florestal limpo de matos, diminuindo-se desta forma a carga de combustível disponível" [20].

As alterações dos contextos são em grande parte o reflexo da mudança da sociedade, das comunidades que com eles convivem, tanto "através do abandono dos espaços de aproximação como na sua manutenção, com a alteração de materiais e junção de espaços de aproximação, feitos normalmente com a vontade explícita de melhorar a acessibilidade, tanto automóvel como pedonal, mas tendo única e exclusivamente presente a função, raramente a forma" [21]. A falta de atenção aos materiais utilizados, formas, cores, texturas, interdependência de espaços, limites e marcas, têm aletrado de forma substancial o carácter destes contextos, pondo em causa as especificidades e autenticidade destes lugares, preocupação que o estudo pretendeu sensibilizar e evidenciar.

No entanto, importa realçar que foram encontradas diversas envolventes com contextos com qualidade paisagística e autenticidade material, "cuja integridade e continuidade devem ser salvaguardadas, de modo a que as gerações vindouras possam testemunhar o valor que lhe reconhecemos" [22].

4.2.5. Intervenções realizadas nas envolventes

O estudo realizado em 2007, permitiu dar início a algumas intervenções de conservação, salvaguarda e valorização das envolventes aos monumentos da RR, bem como, junto das entidades envolvidas na sua gestão e salvaguarda, desenvolver mecanismos de proteção e valorização destas envolventes e espaços de aproximação, com a criação e redefinição de diversas Zonas Especiais de Proteção, adequadas aos espaços delimitados e constituintes das envolventes, assim como à sinalização, remoção de cablagens aéreas, ordenamento visual de toldos de esplanadas, materiais utilizados nas construções periféricas, projetos de conservação e salvaguarda das envolventes a monumentos.

A execução deste primeiro estudo, foi também determinante para travar a atividade urbanística existente na envolvente próxima à Igreja de São Mamede de Vila Verde (figura 10), tendo sido impedido a execução de um loteamento previsto para o limite do seu adro, assim como a construção de uma nova via paralela à sua fachada norte.

Também na Torre de Vilar (figura 11), a execução deste estudo permitiu estabelecer uma delimitação da envolvente adequada ao imóvel, assim como definir o contexto adequado, impedindo a construção de um arruamento a eixo do vale que passaria na proximidade da torre. Esta consciência do valor da envolvente para a contextualização do significado e símbolo da Torre de Vilar, bem como elemento de identidade daquela comunidade, foi suficientemente absorvido pelo município, tendo desenvolvido vários esforços que culminaram na criação de um parque de lazer que envolve atualmente o monumento, onde a comunidade acede e participa em diversas atividades lúdicas. A importância desta ação, foi transmitir àquela comunidade que a "Torre de Vilar faz parte do seu passado e que é extremamente importante para a sua salvaguarda, que ela faça parte do seu presente e do seu futuro" [23].

Figura 10 - Vista da envolvente à Igreja de Vila Verde (Créditos: RR, António Cabral. Digisfera. 2013).

Figura 11 - Vista da envolvente à Torre de Vilar, com o parque a desenvolver-se na parte superior da imagem (Créditos: RR, António Cabral. Digisfera. 2013).

5. Conclusão

As envolventes aos monumentos são simultaneamente cruciais para a salvaguarda do património construído e para a valorização do território, com consequente valorização da qualidade de vida das suas comunidades. As ações a tomar nestas envolventes devem ser estruturadas por equipas pluridisciplinares, que interdisciplinarmente compreendam, documentem e interpretem os contextos predominantes nas envolventes aos monumentos. Esta informação permitirá definir ações que protejam a diversidade cultural de cada lugar, despertando laços que estabelecem a identidade da comunidade em torno dos seus monumentos, contribuindo para a sua salvaguarda. O conhecimento da dimensão fenomenológica de cada envolvente, através da compreensão das cores, texturas, materiais, escalas, proporções, formas, limites, marcas, significados e usos, permite fundamentar essas ações através de recomendações e propostas concretas, informadas por realidades e condicionalismos específicos, centrando-se objetivamente no objeto e menos em teorias de intervenção adequadas ou generalistas. "Acima de tudo, trata-se de salvaguardar um caráter único, que não encontra paralelo em qualquer outro lugar" [24].

6. Agradecimentos

O autor Miguel Malheiro agradece o financiamento pelos Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto UID/AUR/04026/2013.

Referências Bibliográficas

[1]. Rosas, Lúcia, Românico do Vale do Sousa, Valsousa, Lousada, 2008, p. 30.

[2]. ICOMOS. Declaração de Xi´an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do património cultural, 2005. Tradução em Língua Portuguesa: ICOMOS/BRASIL – Março 2006. Acedido em 30.3.2017: http://www.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf

[3]. Idem.

[4]. Ibidem.

[5]. ICOMOS. Declaração de Québec sobre a preservação do Espírito do Lugar, 2008. Acedido em 30.3.2017: http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/2008-declaracao_de_quebec_sobre_a_preservacao_do_espirito_do_lugar-icomos.pdf

[6]. MALHEIRO, Miguel, Thresholds in the settings of medieval monuments: The case of the Portuguese Romanesque Route, in International Journal of Heritage Architecture, Volume 1, Number 4, WIT, Southampton, 2017, p. 540.

[7]. Lei de Bases do Património Cultural Português, Lei nº 107/01.

[8]. MARADO, C., CORREIA, L. M., The setting of Architectural Heritage: A research project, In Spatial and Organizational Dynamics, nº 2, Quaterly Edition, CIEO, Faro, 2009, p. 85.

[9]. RUIZ, J. C., El entorno de los bienes inmuebles de interes cultural, Doctorate thesis presented to the Granada University, Department of Art History, Policopied text, Granada, vol. 2, 1993, p. 868.

[10]. Os responsáveis pelas diversas áreas foram: Aníbal Costa pela Engenharia Civil, Alfredo Carvalho (2005) Alexandre Martins (2007, 2015) pela Engenharia Eletrotécnica, Luís Fontes pela Arqueologia e História, Paula Graça Antunes (2005) Daniel Monteiro (2007, 2015) pela Arquitetura Paisagista, Miguel Malheiro pela Arquitetura e Coordenação do Estudo.

[11]. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - História da Arte em Portugal: o Românico, Editorial Presença, Lisboa, 2001, p. 59.

[12]. MALHEIRO, Miguel (coord.) et al, Estudo de Valorização e Salvaguarda das Envolventes aos Monumentos da Rota do Românico – 3ª Fase, Porto, (s.n.), Vol. 2 Diagnóstico, 2015, p. 946.

[13]. Idem, p. 946.

[14]. Ibidem, p. 946.

[15]. MALHEIRO, Miguel (coord.) et al, Estudo de Valorização e Salvaguarda das Envolventes aos Monumentos da Rota do Românico – 3ª Fase, Porto, (s.n.), Vol. 3 Proposta, 2015, p. 294.

[16]. MALHEIRO, Miguel, Thresholds in the settings of medieval monuments: The case of the Portuguese Romanesque Route, in Brebbia, Carlos A., Journal of Heritage Architecture, Vol.1, Nº. 1, WIT Press, Southampton, 2017, pp. 538-548.

[17]. Idem, p. 294.

[18]. Ibidem, p. 154.

[19]. MALHEIRO, Miguel, op. cit., Vol. 2, 2015, p. 196.

[20]. MALHEIRO, Miguel, op. cit., Vol. 3, 2015, p. 96.

[21].MALHEIRO, Miguel, op. cit., Vol. 2, 2015, p. 946.

[22]. MALHEIRO, Miguel, op. cit., Vol. 2, 2015, p. 947.

[23]. MALHEIRO, Miguel, Protection, conservation and enhancemnt of the medieval tower of Vilar and its surroundings, Lousada, Portugal, in, Brebbia, C. A., Defence Sites II, Heritage and Future, WIT Press, Southampton, 2014, p. 384.

[24]. MALHEIRO, Miguel, op. cit., Vol. 2, 2015, p. 947.

Novas Tecnologias para a comunicação do património Para além da História e da Memória…

Paulo Celso Fernandes Monteiro[1]

[1] Glorybox

O maior ativo do ser humano ao longo dos tempos é a sua capacidade de mudança e evolução que advém dos conhecimentos, incorporação de novas tecnologias e atitudes. O Homem está em permanente evolução e o tempo acompanha-o.
Um dos fatores mais importantes da atualidade é o conhecimento. É o saber, individual ou coletivo que produz valor, experiência e mais-valias. Vivemos de conteúdos. Comunicamos conteúdos e relacionamo-nos através deles. Evoluímos com eles.
A era digital em que vivemos mudou radicalmente o mundo e a sociedade atual, criando um novo paradigma social, filosófico e económico. Passamos a fazer parte de uma gigantesca rede digital de redes digitais, que molda o nosso presente e remete-nos para um coletivo futuro.
Através dos conteúdos certos, conjugados com a tecnologia obtemos um potencial revolucionário que nos envolve no nosso dia-a-dia.
Sensações, conteúdos, design, inovação, planeamento e construção são hoje ativos parte de uma rede global de valor acrescentado, que cada vez mais fazem parte da interpretação e gestão do património cultural. Desta forma, as ciências do património estão perante uma nova realidade que implica a capacidade de conectar visitantes com os conteúdos e significados que se pretendem transferir e a velocidade na transmissão correta da informação e na interpretação dos mesmos.
O desenvolvimento de um projeto, seja ele um Museu, Centro Interpretativo, divulgação/promoção e interpretação de um património implica um processo através do qual um recurso de excelência passa a ser entendido como um produto cultural. Torna-se obrigatoriamente um lugar onde confluem todos os conhecimentos e ideias para a interpretação e entendimento de um território e das suas gentes, enquanto produto e memória. É o local onde se dá uma ideia de conjunto e que funciona como ponto de partida para as diferentes rotas patrimoniais, visitando o território e os produtores locais tendo uma nova abordagem educativa e turística deste concelho.
Nos novos tempos que atravessamos um museu já não é aquele espaço onde se colocam umas peças dentro de umas vitrinas, num ambiente austero, com conteúdos feitos por alguns e só para alguns. Hoje, todos sabemos que os museus mudaram. Democratizaram-se, tornaram-se espaços informais, próximos do público, fontes de conhecimento e pontos de encontro de toda uma comunidade. Relacionam-se com a comunidade, questionam a realidade e provocam discussões sobre o futuro.
Hoje um Museu, um centro Interpretativo ou um monumento, é um local que disponibiliza informação, que cria experiencias e envolve, que educa, debate e possibilita encontros.
Assim, a conceção de estratégias de intervenção no património são produto de uma nova estratégia interpretativa, centrando-se nos objetos que expõem, usando novas ferramentas, metodologias e metodologias que se centram na explicação dos mesmos e colocam o visitante no centro das atenções.
Os monumentos, museus, centros de interpretação não são peças, coleções ou objetos… são as pessoas. As de ontem, de hoje e do amanhã. Sem elas, não teríamos objetos para mostrarmos, nem histórias para contar. As pessoas são por

tudo isto a nossa maior preocupação nas intervenções que fazemos. São o centro da nossa atenção!

Deste modo, iremos apresentar várias ideias, estratégias e projetos que propõem um modelo de conteúdos baseado na interdisciplinaridade, nos conteúdos, no design museográfico, na tecnologia e no diálogo com o publico ativo, potencial e virtual.

Procuramos na construção desta identidade um paradigma que inclui uma coleção composta por objetos com as suas características técnicas, sociais, económicas e patrimoniais, ao qual se adicionam emoções, valores, processos de identificação comunitária, visões e sobretudo interações e inovações com os diversos públicos.

Inovar não se faz por decreto ou copiando, mas conjugando novas disciplinas, cruzando saberes, metodologias, usando novas técnicas de comunicação sem nunca perdermos o nosso foco com o público que visita a nossa exposição.

Aproveitando novos suportes como a ilustração, com conteúdos científicos adaptados ao grande público, com tecnologias que permitem contextualizar e preservas as memórias de uma comunidade.

Os espaços intervencionados contam uma história de uma comunidade através da combinação de recursos e suportes, de uma museografia e dos objetos expostos, mas também proporciona o diálogo inter-geracional, uma educação não formal e um conhecimento de episódios desconhecidos. É a história do Homem, mas também das transformações que ele produziu no território, nos monumentos, no modo em que o mutou e usou-o no seu caminho evolutivo.

É nesta experimentação de conhecimentos e de histórias, que procuramos chegar mais facilmente ao nosso recetor, materializando no storytelling conteúdos científicos de qualidade e uma museografia contemporânea, que tradição, design com tecnologia.

Surgem ainda novos valores e conceitos que por serem disruptivos com a tradição instituída, se tornam meios de referencia para novos públicos, permitindo uma rápida difusão dos nossos projetos. Saber, sensibilidade, design, provocação e desejo são valores que corretamente usados numa intervenção patrimonial são elementos potenciadores de novas dinâmicas e relações.

Com esta estratégia conseguimos uma relação direta com o público, através de uma forte função socializadora e divulgadora, que não se limita a quatro paredes, mas que se estende a todo o território e à interpretação dos seus monumentos e patrimónios.

O envolvimento da comunidade de uma forma interativa, através de atividades lúdicas e pedagógicas em contexto educativo, cultural e social, reforça o interesse pela história e pelo património local, promove o orgulho pelo passado e contribui para o desenvolvimento de novos saberes e competências.

Nesse sentido, ao longo da nossa atividade empresarial foram criados vários instrumentos que conjugados com um Serviço Educativo de uma instituição, assumiram-se como um vetor fundamental para a construção de um amplo projeto de educação patrimonial, capaz de difundir e valorizar o extenso legado histórico deste território.

É, pois, fundamental sensibilizar os cidadãos para a temática do património histórico, humano, arquitetónico, cultural e paisagístico, despertando-os para a importância da preservação dos seus recursos, constituindo um relevante elemento de integração, educação e formação das populações, pois as memórias de tempos passados dão ainda mais responsabilidade aos tempos futuros.

Identidade, Música e Arquitetura: Ecos de Campinas

Alan Silva Cury[1]

[1] Conselho Superior do IAB Nacional

Campinas é uma cidade Surpreendente. Sempre foi. Por inúmeras vezes em sua história, foi derrubada e se reergueu. Não à toa, tem em seu brasão a Phoenix, ave mitológica símbolo da superação, do renascimento.

Terceira cidade no mundo a adotar a tecnologia do Telefone, por aqui nasceu Carlos Gomes, o maior maestro brasileiro de todos os tempos. Por nossas terras, passou sua juventude Alberto Santos Dumont - o Pai da Aviação. Destas terras, abastecemos o Mundo com nosso Café e nossa Cana.

Com tanta pujança, grandes pragas insistiam em derrubar tamanha riqueza. A Febre Amarela roubou de Campinas o status de Capital do Estado de SP, que para muitos, foi na verdade negado pelos próprios Campineiros. Crises políticas também retardaram o desenvolvimento econômico e social do município que hoje figura entre os mais prósperos da América Latina. Quarta praça Bancária Nacional, Campinas concentra 15% da produção científica do Brasil. Nestas terras está instalado o Aeroporto Internacional de Viracopos - o 2º melhor aeroporto de cargas do Mundo (Air Cargo Excellence Awards 2017).

Tamanha suntuosidade estatística nos remete a imaginar quão valioso deve ser nosso patrimônio arquitetônico. De fato é, mas nem por isso é mantido e valorizado como deveria. Nos idos 2012, quando tive a oportunidade de assumir a presidência do Núcleo Regional Campinas do Instituto de Arquitetos do Brasil, entidade centenária que em Campinas completa em 10 de outubro de 2017, 60 anos de ações, me deparei com um rico e extenso patrimônio tombado pelo CONDEPACC - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio, fundado em 1987. Porém, a vivência e o cotidiano nos apontavam para uma agenda cultural que desconsiderava estas riquezas.

Como projeto da pasta de Patrimônio do IAB Campinas sob minha gestão, desenvolvemos um documento de comunicação entre o patrimônio e a sociedade, que via QR-Code, dá acesso ao inventário de cada bem, com textos remetendo à história pela ótica do desenvolvimento de nossa cidade. Junto ao inventário, extenso banco de imagens históricas e atuais, tudo com direitos autorais liberados para qualquer uso. O projeto foi impactante, e continua em franco desenvolvimento. Neste ano de 2017, novos 30 bens entrarão em nosso Inventário.

Mas não foi o bastante. A história gradativamente estava sendo registrada, mas faltava-nos promover a ocupação, a visitação aos espaços, e dentro deles uma vivência sensorial que pudesse fomentar o pertencimento do cidadão para com a história de sua cidade. Foi então que surgiu mais um magnífico projeto. Música, Identidade e Arquitetura. Uma mistura fabulosa capaz de vitaminar nossas mais nobres intenções.

Figura 1 –A exposição Identidade Arquitetonica na Prefeitura Municipal de Campinas

Figura 2 e 3 –A OSU dentro da Catedral

Figura 4 –Aplaudindo de pé a apresentação na Catedral

Figura 5 –Apresentação da OSU na abertura do 3FIPA

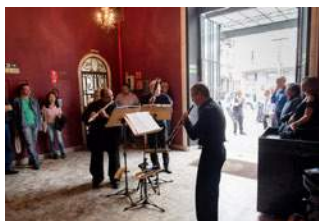



Figura 6 –ApresentaáΔo dentro do Jockey Club Campineiro

Figura 7 –Apresentação dentro do Jockey Club Campineiro

Figura 8 –Cidadãos saboreando a exposição do projeto Identidade Arquitetonica de Campinas

Figura 9 e 10 –Catedral lotada para assistir a OSU

Figura 11 –Coral acompanhando a OSU na Catedral

Figura 12 –Coral de escola pública se apresenta diante à exposição Identidade Arquitetonica de Campinas

Figura 13 –Denis Perez atual presidente do IAB Campinas e sua esposa Marcia

Figura 14 –Encerramento 3FIPA

Figura 15 –Rapaz pesquisa via QR Code o inventario do Patrimonio Arquitetonico de Campinas

Figura 16 –QR Code que direciona ao portal do Inventario do Patrimonio Arquitetonico de Campinas

A direção da Orquestra Sinfônica da UNICAMP (Campinas tem 2 incríveis Orquestras, sendo a Orquestra Sinfônica de Campinas a mais antiga do país) procurou o IAB, buscando unir esforços para rechear seu calendário de apresentações. Surgiu assim o link entre as apresentações e os patrimônios. Seria possível promover apresentações da OSU dentro dos patrimônios da Cidade? Sim, seria! E mais, como abertura de cada apresentação, uma palestra sobre a história da edificação, promovida pelo Historiador e Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas, o Arquiteto João Manuel dos Santos Verde. Nasceu aí o projeto mais bonito do IAB Campinas em toda sua história (na minha singela opinião).

Durante o ano de 2016, o projeto frequentou inúmeras igrejas da Cidade, com uma estratégia ousada: A divulgação somente acontecia de véspera, principalmente para as pessoas que frequentavam aquela região. Desta forma, a intenção era promover conhecimento regional, dando luz ao patrimônio que muitas vezes passava despercebido pelos transeuntes. Sucesso total! Casa cheia a cada apresentação, mistura absoluta de classes sociais, informação, entretenimento, cultura sendo explorados de forma intimista mas com extrema qualidade.

Destaque em diversas mídias impressas, televisivas, rádio e viralizado em redes sociais, este projeto não tem prazo de validade. Nasceu em 2016, e quiçá perdure por muitos anos.

Em 2017 serão 15 apresentações envolvendo quinteto de madeiras, ensemble de cordas, quinteto de metais, clarinetes, coral e formação completa da Orquestra. Num dos dias - 23 de junho - Festa da Música, vários grupos se apresentarão pelas praças do Centro Histórico durante o dia, chamando atenção para o Concerto noturno.

Tal qual em 2016, o encerramento da temporada 2017 deverá ocorrer no dia 30 de novembro, na Catedral Metropolitana de Campinas - a maior obra em taipa de pilão do mundo, com a formação completa da Orquestra, acompanhada pelo Coro Contemporâneo de Campinas.

É preciso registrar nosso profundo agradecimento à todos aqueles que acreditaram neste projeto, e se dedicaram de corpo e alma para sua exitosa realização. A historiadora Mirza Pellicciotta por suas pesquisas profundas. A Denise Garcia, diretora do CIDDIC / COCEN UNICAMP que foi a responsável pela aproximação da Orquestra Sinfônica da UNICAMP com o IAB. A regente Cinthia Alireti e seu grande time da OSU nos surpreendendo a cada apresentação. O Fernando Vasconcelos produtor musical da mais alta competência. A Maria do Rosário com suas artes gráficas sensíveis e eficientes. A Luciana Barros e seu time de assessores de imprensa sempre atentos. O Arquiteto João Verde e seus causos deliciosamente fascinantes. O Flávio Carnielli e time Cristal Filmes pela cobertura e documentação de extrema qualidade. A Diretoria do IAB Campinas a quem dedico minha eterna gratidão, além e de fundamental importância, a minha Família.

O Maestro Carlos Gomes certamente teria orgulho deste feito em sua terra!

Digitalização e divulgação do património cultural

Fernando Cabral[1]
[1] Sistemas do Futuro

Resumo

No contexto atual da utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação como ferramenta e veículo para a gestão e divulgação do conhecimento, as instituições culturais têm, por um lado, uma oportunidade para tornar os acervos à sua guarda acessíveis através de um novo meio de comunicação que, até há poucas décadas, não era possível, e por outro lado, uma maior responsabilidade na investigação e documentação dos referidos acervos para que os conteúdos a disponibilizar sejam o mais completos possível. Assim, os desafios que se colocam ás instituições culturais e aos Museus, Bibliotecas e Arquivos em particular, no mundo atual para que sejam "virtualmente acessíveis" são enormes, mas, ao mesmo tempo, encorajadores para a sua relação com a(s) sociedade(s) já que aumentam, de forma exponencial, o leque de pessoas a incluir no espetro do seu relacionamento, partilha de informação e conhecimento. Com esta nova forma de acesso e relação entre as instituições culturais e as pessoas, as distâncias são encurtadas, conseguindo comunicar com pessoas que de outra forma não seria possível (não nos referimos apenas às pessoas diferentes no sentido de serem portadoras de algum tipo de limitação física ou intelectual, mas também àquelas com diferentes graus de literacia, que vivem á distância, ou pertencentes a determinado grupo etário ou social).

Atualmente fala-se muito na Web social ou colaborativa (Web 2.0), onde o utilizador da internet, não é meramente um consumidor de informação, para passar a colaborar na complementação desses conteúdos e a partilha-lhos nas redes sociais com outros utilizadores e entre diferentes aplicações web ou mobile. Porém, tem de se alargar esse conceito de web social, passando a desempenhar o papel de fomentar e estimular os utilizadores, facilitando a troca de informações e permitindo a construção do conhecimento coletivo, através do "acesso virtual" às coleções dos museus, Bibliotecas e Arquivos mas também a outros e variadíssimos tipos de património como, o arquitetónico, sítios arqueológicos e imaterial, para ampliar, no tempo e no espaço, a inteligência coletiva, através do uso da interatividade, das comunidades virtuais, das Wikis, dos fóruns, web semântica (Web 3.0) e realidade aumentada, para construir e difundir os saberes de forma global, baseados no acesso liberalizado à informação e na sua atualização constante.

Palavras-chave: Digitalização do património cultural; Acesso online ao património; Novas Tecnologias da Informação e Comunicação; Acessibilidade; Internet; Web 2.0/3.0.

"O Re-uso do Património" Para um modelo de intervenção no Património

Olga Feio[1]
Manuela Álvares[1]
[1] Domus Social

Resumo
A DomusSocial está a promover a reabilitação urbana e habitacional no Centro Histórico da cidade do Porto através da reabilitação de parte do património proveniente do antigo CRUARB* e da extinta FDZHP**, com vista ao arrendamento em regime de renda apoiada, tentando assim alargar o espectro das políticas públicas de habitação.
Numa 1.ª fase, serão objecto de intervenção 17 edifícios, que originam 11 operações distintas. A diversidade morfológica desses 11 projectos permitirá, através do estudo e análise comparativa, observar o impacto do conjunto das operações, quer ao nível da Reabilitação Urbana, quer pela nova abordagem no âmbito do arrendamento em regime de renda apoiada.
Pretende-se fazer a análise de um projecto, que representa uma das diferentes realidades que conformam o conjunto dos edifícios objecto desta primeira fase de intervenção. A operação situa-se na Rua Infante Dom Henrique, 103 e 107 e trata de uma intervenção única num conjunto de dois edifícios contíguos. O objectivo em causa é estabelecer parâmetros de intervenção que permitam, juntamente com outros estudos, a definição de uma estratégia de intervenção para aquele património habitacional.
*Comissariado para a Reabilitação Urbana da Área de Ribeira/Barredo
** Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto

Palavras-chave: Habitação Pública, Património, Reabilitação, Regeneração, Políticas Públicas de Habitação.

1. Introdução

Um pouco por toda a cidade do Porto, mas em especial no Centro Histórico, assiste-se hoje à reabilitação de grande parte do edificado devoluto ou em mau estado de conservação. Do ponto de vista do empreendimento privado, o uso maioritariamente dado a esses edifícios reabilitados tende a ser o de alojamento local, rentabilizando os espaços para uso turístico.
Sendo certo que a recuperação do património construído é por si algo de positivo, a generalização da ocupação dos edifícios por habitação temporária, paradoxalmente esvazia-os, perdendo em parte o significado e a diferenciação característica da identidade da cidade onde se inserem.
Neste sentido, a reabilitação urbana habitacional deverá seguir uma estratégia que procure o equilíbrio entre a vibrante vitalidade urbana que se assiste hoje na cidade do Porto e a identificação da população com os espaços que habitam.
A DomusSocial, E.M. está a promover a reabilitação urbana e habitacional no Centro Histórico através da reabilitação de parte do património proveniente do antigo Comissariado para a Reabilitação Urbana da Área de Ribeira/Barredo (CRUARB) e da extinta Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP), com vista ao arrendamento em

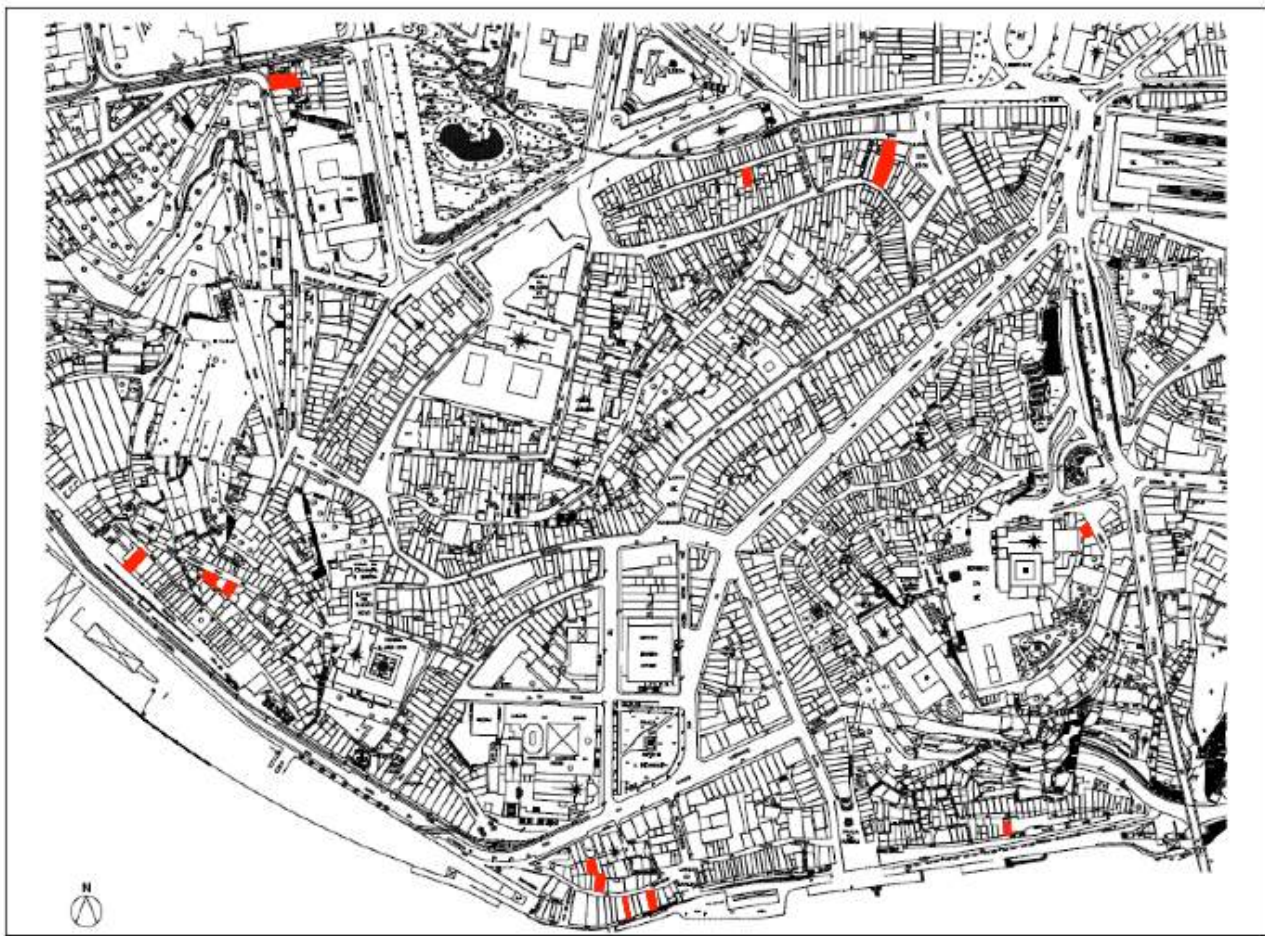



Figura 1 - Planta de localização das intervenções.

regime de renda apoiada, tentando assim alargar o espectro das políticas públicas de habitação.

Neste sentido a operação em curso, lançada pela DomusSocial, E.M., trata questões de habitação de interesse social, integradas no tecido urbano do centro histórico da cidade.

2. Enquadramento da Operação de Reabilitação das Casas do Património

Numa 1.ª fase, serão objecto de intervenção 17 edifícios, que originam 11 operações distintas. A data da construção dos edifícios, objecto de intervenção, inscreve-se num espaço temporal entre o final do séc. XVIII e o início do séc. XX, cujas características tipológicas de edificação identificamos como a típica "Casa Burguesa" (1), e que em conjunto com a morfologia urbana caracterizam o tecido urbano desta área da cidade.

2.1. O estado da situação e a oportunidade

Face a esta herança patrimonial com algum volume e significado, urge dar-lhe um sentido. A inacção, sobretudo neste tipo de imóveis, apenas aumenta o seu grau de deterioração. Acresce o facto de não se tratar de um edifício isolado, mas de vários, inseridos na Zona Histórica da cidade do Porto, grande parte dentro da área classificada como Património Mundial pela UNESCO. Sendo o município proprietário destes imóveis, a responsabilidade pela reabilitação, nestes casos, e pela manutenção e conservação noutros casos de que também é proprietário, é acrescida, pois a classificação da UNESCO não é um dado adquirido.

Por um lado, os projectos apresentados regem-se por uma linguagem ou utilização de elementos formais restritos, cujo valor depende da sua sistemática utilização dentro do conjunto, mais do que pelo seu valor unitário. Por outro lado, a manutenção do estado de deterioração de alguns edifícios, em nada contribui para a caracterização da área e, cumulativamente, dependendo do grau de degradação, pode contribuir para a deterioração de edifícios vizinhos.

A par desta herança patrimonial existe a necessidade de provisão de habitação pública na cidade do Porto. Actualmente 11,7% dos fogos de propriedade pública existentes na cidade pertencem à Câmara Municipal. E uns restantes 2,4% dos fogos também de propriedade pública pertencem à Administração Central (2). Dados recentes da Direção de Gestão do Parque Habitacional (DGPH) da Domus Social, E. M. apontam para uma lista de espera de cerca de 1000 pedidos apresentados por agregados familiares à empresa, para se candidatarem a uma habitação.

Desta forma, o alargamento das políticas públicas de habitação à intervenção em edifícios no Centro Histórico surge como uma resposta bidirecionada.

Os 17 edifícios que serão intervencionados nesta primeira fase, resultaram de uma acção de entrega direta de casas devolutas ou em estado avançado de deterioração, com carácter de intervenção urgente, pela Câmara Municipal do Porto à gestão da DomusSocial, E. M.. Esse mesmo conjunto permite-nos, através da diversidade de tipologia, dimensão, estado de conservação ou qualidade do objecto arquitectónico, analisar o impacto que as 11 operações que geram terão, quer ao nível da Reabilitação Urbana, quer ao nível do investimento que será direccionado para esta nova vertente e que se abre no âmbito do arrendamento em regime de renda apoiada.

Assim, adjacente a uma estratégia para a reabilitação de edifícios, que se pretende alargada a uma estratégia urbana, encontra-se uma acção que se pretende de Política de Habitação Pública. Com a adopção deste modelo, considera-se a hipótese de retorno de algumas famílias, caso seja a sua vontade, à área do Centro Histórico, que em tempos tiveram de ser realojadas em bairros mais periféricos ao então centro da cidade.

Figura 2 - Planta de localização da intervenção na Rua Infante D. Henrique, 103 e 107.

Figura 3 - Fotografia Alçado frontal R. Infante D. Henrique 103 e 107.

Figura 4 - Fotografia Interior atual R. Infante D. Henrique 103.

2.2. Caso de estudo: Rua Infante Dom Henrique, 103 e 107

Da diversidade morfológica dos edifícios ou das operações que deles advêm, do ponto de vista urbano, a junção de duas ou mais parcelas distintas ou a manutenção da integridade do lote característico, torna-se um elemento de caracterização importante para o uso a que se pretende dar.

A junção de duas parcelas permite, por exemplo, a organização do espaço interno de forma diferente da tipologia dominante e característica deste tipo de edifícios, inseridos em lotes estreitos e compridos. Assim, o projeto que se apresenta trata de uma intervenção única num conjunto de dois edifícios contíguos.

O projeto apresentado, e que se seleccionou para caso de estudo, localiza-se na Rua Infante Dom Henrique, nºs 103 e 107. (Figura 2)

O projecto encontra-se na fase de projecto de execução, estando previsto o início da obra para o 4.º trimestre deste ano.

O projecto congrega dois edifícios devolutos, contíguos, com características semelhantes e em mau estado de conservação. (figuras 4 e 5).

É perceptível através do desenho dos vãos e pela diferença do número de pisos entre ambos os edifícios que correspondem a construções originalmente edificadas em diferentes épocas, ou então, coloca-se a hipótese de que um dos dois tenha sofrido alterações de forma que a construção original tenha sido fortemente adulterada. Através de uma análise visual no local é perceptível que o edifício do n.º 103 contém alguns elementos dissonantes, sobretudo na fachada principal, tais como varandas em betão e murete em tijolo revestidos a pastilha, entre outros, levando-nos a crer que este edifício já sofreu várias intervenções que o descaracterizaram. Por outro lado, o edifício do n.º 107 aparenta manter as suas características tipológicas originais, apesar do mau estado de conservação.

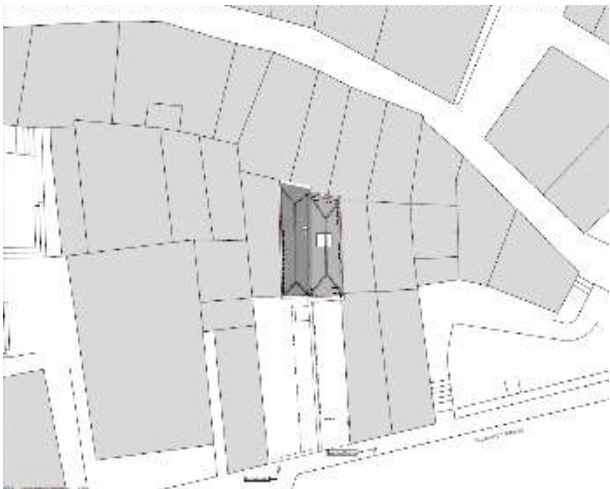
Este projecto, do Arq. André Eduardo Tavares, tira partido da contiguidade dos edifícios, e do razoável estado de conservação de alguns elementos estruturais do edifício do n.º 107 para propor um único elemento de comunicação vertical que serve ambos os edifícios. Desta forma, a junção dos dois edifícios permite trabalhar sobre uma área de implantação, idêntica à área por piso, de 78,12m², em vez de 35m², que individualmente cada um dos edifícios tem.

Esta intervenção na Rua do Infante n.º 103 e 107 dará origem a 5 fogos com tipologias que variam entre o T1 e o T2. A estimativa orçamental prevista para esta operação é de 335.056,56 €, correspondendo a um valor de 47.86,22€ por fogo.

A duplicação da largura do lote, neste projeto da Rua do Infante D, Henrique, permite áreas por fogo de entre 52 e 64m², dando origem a tipologias, em termos de n.º de quartos ou compartimentos, diferentes da tipologia usual neste tipo de edifícios, onde a escada de comunicação entre pisos intermeia as diversas fracções do edifício.

3. Considerações finais

Ao falarmos de habitação pública (para arrendamento apoiado), a questão das áreas é muito importante. Contudo, ao desenvolvermos projectos de reabilitação em edifícios com várias condicionantes, nem sempre é possível cumprir áreas mínimas ou máximas, da mesma forma que também é difícil cumprir toda a restante legislação existente. Com a entrada em vigor do Regime Excepcional para a Reabilitação Urbana (RERU), em 2014, algumas das questões de desenho de tipologias, dimensões mínimas, acessibilidade, entre outras, ficaram de certa forma salvaguardadas.

À parte das questões relacionadas com a possibilidade de maiores áreas e consequentemente tipologias maiores com a agregação de edifícios contíguos, uma outra questão se levanta relacionada com esta prática e que tem a ver com a morfologia urbana.

A morfologia urbana tem a ver com a forma de organização e o desenho dos espaços edificados e não edificados. A tipologia da edificação respeita fundamentalmente à forma de agrupamento e à organização volumétrica dos edifícios. Da conjugação das várias morfologias e tipologias resultam diferentes padrões de ocupação do solo urbano. Embora não haja uma correlação directa, os diferentes padrões morfo-tipológicos têm também correspondência com os usos dominantes do solo.

O padrão de ocupação do solo urbano na zona histórica da cidade do Porto é muito claro. Os lotes são de largura/dimensão reduzida. Com a agregação de dois ou mais lotes, poderá correr-se o risco de se adulterar este dado, tão caracterizador da malha urbana. Nessa medida, é importante reter a leitura do lote primitivo sobretudo nos alçados, que formam a frente de rua, e, dentro do possível, manter as paredes meeiras e divisórias dos lotes, executando aberturas cirúrgicas para a interligação dos espaços internos.

Parece-nos pois, que a junção de um ou mais lotes permitirá uma maior flexibilidade no desenho das tipologias e que a partilha de elementos arquitectónicos ou infraestruturais será vantajosa do ponto de vista financeiro, sempre que haja uma intervenção mais profunda.

O desenho de tipologias maiores permite também a ocupação de famílias com agregados maiores, o que do ponto de vista do equilíbrio para a regeneração da cidade nesta zona crítica, é de grande importância.

Por outro lado, o respeito pela manutenção do património arquitectónico, em especial quando encontrado em bom estado de conservação, e a preservação da identidade morfo-tipológica do tecido urbano são outros critérios que deverão estar sempre presentes nestas intervenções das Casas do Património.

Por último, e não menos importante é de referir que estas intervenções têm como um dos objectivos principais trazer de volta à zona histórica os habitantes do Porto, que por força de muitas outras circunstâncias foram obrigados a sair. Estamos assim perante uma fórmula que agrega a reabilitação do património e a regeneração da cidade, através de uma política de habitação pública.

Referências Bibliográficas

Referência n.º 1. Barata, Franscisco. " Transformação e Permanência na Habitação Portuense – as formas da casa na forma da cidade" (tese de doutoramento), FAUP publicações, Porto, 1999

Referência n.º 2. Restivo, Joana. " Habitação Pública no Porto – intervir para requalificar (tese de doutoramento), FEUP publicações, Porto, 2014

O renascimento das casas mortas

Rui Loza[1]

[1] Arquiteto

Resumo

No Porto, muitas casas deixaram só os seus esqueletos, depois de perderem as suas funções vitais.

Casas de muita idade, felizmente de pé em alguns casos, deixam muita pena pelas que se foram mesmo abaixo e poucas memórias vão deixando, como na esquina da Rua Escura com a de S. Sebastião ou com as de Miragaia, pegadas á casa de madeira que foi recuperada pela Arq.Paula Silva, nos anos 90.

Mas a maioria das casas "velhas", no Porto histórico, resiste de pé, graças ás suas paredes de granito, ao encosto de sólidas vizinhanças que se amparam umas às outras! Algumas, se estivessem sós, certamente teriam soçobrado, como as casas inclinadas da Rua da Bainharia, com sérios desaprumos, que só puderam ser salvas porque formam um conjunto solidário e porque na sua reabilitação foi aceite essa deformação, como prova da idade e como facto inelutável.

Importa, de facto, registar que não podemos aceitar "sentenças" de boa ou má preservação patrimonial sem a rigorosa medida, em cada caso, daquilo que ainda está a tempo de ser salvo e daquilo que infelizmente já foi perdido.

O processo de envelhecimento dos edifícios correntes de habitação no Porto está amplamente caracterizado e descrito, a partir da sobre-ocupação que veio do século XIX, sendo compreensível o processo de degradação do edificado a partir do congelamento das rendas, sobretudo com a falta de obras de conservação nas coberturas, e, com isso, se instalando os conhecidos processos físicos, químicos e biológicos que sofrem os elementos construtivos, em escadas, pavimentos, clarabóias, caixilharias até alvenarias.

Esta é uma história com datas, e não devemos deixar instalar-se a confusão quanto a esse histórico. Desde o estudo "Piloto" do Barredo, elaborado, nos anos 60, sob a condução de Fernando Távora, que se conhecem as condições e o potencial de recuperação deste tipo de edificado, antigo, complexo, tantas vezes pouco sólido, descuidado, degradado, que teve as suas, já, cinco décadas de evolução, com processos diversos e sob condicionantes também muito diversas.

Um problema exclusivamente habitacional, no início das operações, logo a seguir ao 25 de Abril, transformou-se num problema de cidade, amplamente diversificado no presente.

Contudo, os projectos e as obras continuam a deparar-se com os mesmos e com novos problemas: mudanças de programa, resolução de problemas estruturais, introdução de níveis de conforto compatíveis com os usos actuais e futuros, recurso a soluções tecnológicas antes não disponíveis, preocupações arqueológicas, ambientais e energéticas que não tinham relevância e agora se assumem como desafios.

Quer isto dizer que a intervenção de recuperação do edificado habitacional tem de saber medir cada caso, nos seus parâmetros essenciais, respeitando a diferença de caso para caso, existente entre edifícios, muitas vezes vizinhos.

É possível encontrar um prédio em ruína encostado a um prédio onde se salvou a cobertura, os pavimentos, as escadas e

compartimentação interior do século XIX, mas o mais provável é sermos confrontados com construções que não são ruína nem prédio são.
Na larga maioria dos casos já há elementos perdidos, em pavimentos, escadas, coberturas e também em fachadas, em níveis arqueológicos e em e elementos decorativos, sobretudo em carpintarias, estuques e outros revestimentos.
É muito diferente emitir uma sentença sobre uma solução arquitectónica se estamos perante um prédio onde está sã a estrutura da escada ou onde esta já entrou em ruína.
Neste contexto de diversidade (feliz e saudável) e de diferença de circunstâncias temos de colocar como essencial ao projecto e ao programa o diagnóstico prévio do edifício, como é feito no Porto com o Sistema Multricritério (SIMPorto).
De facto não podemos olhar para os edifícios como unidades abstractas, academicamente obrigados a seguir cartilhas importadas de experiencias muito válidas noutros tempos e noutras longitudes, mas que só por coincidência se podem aplicar num prédio e provavelmente já não serão válidas para o outro lado da mesma rua ou para toda a rua vizinha…
Resulta dessa necessidade de diagnóstico a inversão do processo arquitectónico, em que, geralmente, o programa precedia o projecto. De facto, as situações são tão diversificadas no Porto que o programa só pode ser estabelecido depois de conhecido o edifício, as características geométricas, construtivas, arqueológicas e históricas, ou seja, quem define o programa não é o Dono de Obra, nem sequer o Arquitecto, mas o próprio edifício!
Realmente cada caso nos dirá (se o investigarmos) o que é que lá "cabe" e o que é que lá "não cabe", e tem de ser a partir desse pressuposto que se terão de combinar as restantes condicionantes de função, de estabilidade, de conforto, de acessibilidade, de eficiência, de história e de estética.
Apesar de todo este cenário, aparentemente desmotivador, a reabilitação urbana no Porto tem vindo a ganhar ritmo e sustentabilidade, podendo hoje imaginar-se que a velocidade dos arquitectos, promotores e construtores já é maior que a velocidade do caruncho e da ferrugem!, o que não acontecia até há bem pouco tempo.
As casas mortas, desfeitas na sua matéria e perdidas as suas famílias durante os anos longos da "Ribeira Negra" estão agora a surgir renascidas nas suas condições de habitabilidade e conforto, ganhando, de novo, a sua cara lavada e o seu corpo são.
Só "má língua", forjada de ignorância e perfídia poderia conspirar contra este processo que vai transformando a cidade morta do século XX, numa cidade viva do século XXI. Ainda assim é frequente ver públicos ataques ao Porto de novos e velhos arautos que sabem sempre encontrar os defeitos de quem faz, escondendo as marcas positivas do que é feito.
Seria obscurantista propalar doutrina unificadora perante tão rica diversidade de factos complexos, que alguns quereriam transformar em "preto e branco".
É o carácter único de cada processo que procuraremos demonstrar.

O Patrimônio e as Casas dos Arquitetos

Cêça Guimaraens[1]

[1]Instituto de Arquitetos do Brasil

Resumo

A requalificação de áreas patrimoniais das cidades faz parte das ações que devolvem ao habitante dos lugares o sentido de urbanidade e historicidade. Dessa perspectiva, o principal papel das instituições de cultura seria "acirrar" a relação entre história e cidadania para revelar, idealmente, a cidade com seus lugares e edifícios, na condição de espaço cultural de excelência. Nesse sentido, trata este artigo da importância das Casas dos Arquitetos, edifícios-sedes de alguns dos departamentos do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, aqui consideradas bens culturais, na medida em que estão instaladas em construções de uso original diverso e são estruturas representativas das morfologias históricas do patrimônio arquitetônico brasileiro.

À maneira de uma Introdução

Embora pareça incongruente, quando se trata de objetos culturais, incluído o edifício histórico, pode-se dizer que todas as dificuldades para a recuperação, aliada à mudança de uso, residem na aplicação da máxima: "cada caso é um caso". Isto é, não é possível simplificar ou restringir critérios para conservação, compilando-os em "manuais técnicos". Observo ainda que há dois indicadores básicos reveladores da dificuldade de renovar e adaptar edificações históricas: a atemporalidade da boa arquitetura, que é inegável; e a necessidade da permanência dos elementos arquitetônicos característicos, que, por isso mesmo, são historicizantes.

Então, a problemática da refuncionalidade da forma arquitetônica pode transmudar-se em tema de tecnologia da Conservação. A racionalidade e a dinâmica da integração de elementos novos e "adaptados" resolveriam o problema.

Afinal, não é preciso provar que urso polar também pode ser criado no deserto para fazer uma boa arquitetura ser renovada. Entretanto, para ser reutilizada, a construção não deve perder os aspectos estruturais que a originaram!

Entretanto, é notável que, hoje, em tempos de crise e desglobalização, o sentido da autossuficiência, denominada "sustentabilidade", fator preponderante do sucesso dos espaços culturais, inexiste ou está a caminhar a passos de tartaruga em razão das escassas receitas.

Inicialmente, faz-se preciso reafirmar que a classificação mais geral das coisas do Patrimônio delimita aquelas que compõem o espaço edificado e imóvel e as que compõem os bens imateriais e móveis. Cidades, edifícios, paisagens e lugares seriam, portanto, representações evidenciadas da cultura. Desse modo, os territórios urbanos seriam os objetos mais representativos para a abrangente e multifacetada atividade da Conservação, esteja esta definida, ou não, à luz de oportunos adjetivos.

Nesse contexto, tratar a matéria da história no momento exato em que esta se realiza, implicaria na angústia de tratar a presença e a sua representação, pois o fato, artístico ou técnico, está presente ao ato de representá-lo. Por outro lado, a matéria contemporânea é histórica e, ao mesmo tempo, firme e flexível.

Se, hoje, edifícios e cidades são descaminhos projetados ainda à maneira do Renascimento, isto é, são espaços que fogem do aqui e agora, e buscam a ilha do Lugar Nenhum além das muralhas; se não mais basta articular monumentos em malhas de ruas ortogonais e simétricas; e se, estabelecido o cristalizado paradoxo que consolida a desconstrução teórica, onde buscar parâmetros para enquadrar as permanências e, simultaneamente, realizar o ainda humano desejo de reinventar o território ideal?

Buscar o referente no horizonte moderno? Mas, onde o referente do que se diz 'o novo'? Um olhar múltiplo e híbrido poderia ser um lugar para ver o novo na contemporaneidade? Uma visão multifacetada seria instrumento para evitar ou abdicar da possível debilidade de interpretação do presente que se diz cristalizado?

Inúmeras perguntas povoam as mentes e os corações dos produtores e estudiosos das arquiteturas e da cidade contemporânea. Nesse panorama difuso, as recomendações para a Conservação dos patrimônios urbanos abrem as perspectivas para o reuso e adaptação das construções consideradas históricas.

O modernismo arquitetônico e urbanístico - há muito um território polêmico -, foi o eixo de muitos vícios, visões e conflitos, quando, no foco, estavam as teorias da Conservação. Contradições e incongruências da arte de organizar o espaço de vida humana também são incontáveis. Importaria, então, tecer comentários sobre aspectos consagrados para indicar outras possibilidades. Nesse sentido,

A velocidade e a mobilidade das transformações do espaço urbano, junto com o crescimento populacional, acompanharam a revolução modernista.

A história foi o momento presente.

A memória, efêmera e fugaz.

A identidade, fugidia e frágil.

A casa, máquina.

O futuro, cosmo e infinito.

Revolução: ideais de forma e cultura sempre novas.

No modernismo, o tempo do contemporâneo configurou a visão mais abrangente da modernidade. Cada tempo vivia o próprio instante. Os tempos vividos não importavam ao novo. Mas, o novo, sim, era o moderno, o verdadeira e radicalmente modernista. Com o novo sempre a se fazer, o moderno dentro do modernismo passou a ser indefinição e indeterminação simultâneas.

Na visão utópica do rigor modernista, digressões, divagações, elucubrações e contemplações não foram toleradas. No entanto, perguntava-se: as oposições permitem convivências? Toleram diálogos? Qual seria o elo, a transição, o entendimento e o encontro entre vícios e visões virtuosas do modernismo?

Nesta perspectiva, a organização funcional das cidades e edifícios impôs regulação e restrições; ou seja, escolhas e exclusões. As polarizações formais instituídas em detrimento de fatos e feitos arquitetônicos possíveis e igualmente legítimos, e a desimportância dos sentidos e repertórios diversos, confinados e restringidos, foram as consequências mais 'duras' das certezas modernistas.

Mudanças sociais e sucessivas crises resultantes da mobilidade do capital tornaram premente a necessidade de reutilizar estruturas e adaptar espaços para os novos programas arquitetônicos, predominando, nessas mudanças, o uso cultural. Atualmente, entretanto, seria importante redefinir e promover as ações exitosas que, nesse sentido, foram realizadas a partir de meados do século vinte.

Agrega-se a isso o fato de que as derivações e diferentes tendências do Movimento Moderno, quando este destacou o objetivo de manter as características 'originais' das estruturas do passado, foram produzidas por simpatizantes da causa 'preservacionista', ou seja, os modernos-modernistas que se agruparam em instituições administrativas, governamentais e privadas, escolas e museus.

O IAB foi um desses lugares de resistência, pois, ao promover lutas importantes para a proteção do patrimônio edificado, incluindo o uso de edificações históricas de cunho monumental e modesto, procurou contribuir para a preservação de ambiências das simbólicas e cotidianas das principais cidades brasileiras.

O IAB, produto de livre associação dos arquitetos e urbanistas brasileiros, valoriza e amplia a sua função social junto à sociedade brasileira desde o início da segunda década do século vinte.[1]

Desse modo, para o IAB, o espaço público, instituído com edifícios, lugares e paisagens vivenciadas, é a verdadeira essência das cidades e da vida cotidiana dos cidadãos;

para o IAB, todas as cidades brasileiras, agregando-se a estas as paisagens não urbanas, constituem patrimônio sociocultural rico em diversidade e significância;

para o IAB, tal patrimônio deve ser valorizado por meio de um planejamento urbanístico integrado e inclusivo, e por meio de uma Arquitetura cuja qualidade seja, em arte e técnica, integrada às necessidades da população;

para o IAB, a participação dos arquitetos na difusão do pensamento sobre o uso e a restauração das edificações e sítios históricos resultou da ação sobre a realidade urbana, a qual sempre se apresentou em constante transformação.

No que diz respeito ao tema deste artigo, as mudanças aceleradas no século passado, revelaram que a nossa tradição se constitui da fusão das culturas exógenas com as formas vernáculas. Na fase — hoje tão reconhecida — de valorização dos estilos ecléticos de base híbrida, inegavelmente históricos, a destruição do Palácio Monroe no Rio de Janeiro, motivou protestos do IAB. Em assemelhada situação, o IAB explicitou contrariedade face a muitas demolições e intervenções que degradaram sítios e edifícios das principais capitais brasileiras. Recentemente, são exemplares nesse sentido, a defesa do tombamento das estruturas remanescentes do Cais Estelita no Recife, e os protestos contrários à construção do edifício La Vue em Salvador, Bahia.

Além disso, o fortalecimento e a criação das novas Casas dos Arquitetos, ou seja, os lugares-sedes dos departamentos destinadas ao encontro, debates e difusão da Arquitetura, confirmam a atualidade da ação cultural do IAB. Nesse contexto, o IAB tem a convicção de que enriquece o seu trabalho em favor de cidades melhores e defesa da profissão dos arquitetos e urbanistas.

[1] Membro da União Internacional de Arquitetos, órgão consultor da Unesco, o IAB é herdeiro direto do Instituto Brasileiro de Arquitectura, criado em 1921 após reunião de 27 arquitetos e engenheiros na Escola Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro. É, portanto, a instituição mais antiga de representação dos arquitetos e urbanistas existente no Brasil. Atualmente, a Direção Nacional do IAB, sediada na cidade do Rio de Janeiro, e as suas vinte e sete representações estaduais, incluindo 26 estados e o Distrito Federal e os núcleos locais, atuam de modo federativo e permanente no sentido de fortalecer a significância cultural e política da Arquitetura e da profissão dos arquitetos.

3. Para um projeto de permanência

Cultura e arquitetura ligam-se de maneira complexa, tanto na condição de continente quanto de conteúdo, para guardar, interpretar, transformar e, ao mesmo tempo, criar a permanência da história. A história monumental das cidades e os fatos arquitetônicos gerados no reuso, apesar da flexibilização dos elementos componentes dos entornos, sugerem que a requalificação que adota a renovação de uso de edifícios para a ação cultural, aprimora os padrões urbanos, e, ao mesmo tempo, consolida a duração das áreas simbolicamente importantes para diferentes grupos sociais.

Portanto, observa-se que a duração do Patrimônio está sempre associada à ideia de monumento. Esse ente, seja documento ou objeto, contém dois significados, os quais abrangem diferentes sentidos. No primeiro caso, os monumentos são os registros oficiais dos fatos e coisas de alto valor histórico e estético. No segundo caso, a significância cultural decorre tanto da escala física quanto da dimensão afetiva.

As unidades e as relações de medida configuram forma visual aos ideais plásticos e simbólicos nas diferentes expressões arquitetônicas. Esses ideais se constituem de acordo com os diferentes tempos em que foram gerados. Em paralelo, as escalas de valor afetivo e as proporções das medidas — sejam extraordinárias ou desmensuradas, descomunais, exageradas ou anormais — dependem do lugar e do ponto de vista de quem as observa. Assim, as noções de gigantismo e pertencimento são, geralmente, tradicionais e objetivas porque instadas na escala física e humana. Por outro lado, as arquiteturas e os urbanismos representam as diversas temporalidades da formação das cidades, e, portanto, de maneira ideal, expressam ideias radicais de renovação e de atualização.

Sob o enfoque da requalificação urbana com recorte na alteração, adequação e apropriação dos usos de edifícios históricos, a importância dos espaços patrimoniais se fundamenta em assertivas dos diferentes campos disciplinares, pois o território da cultura é vasto e "líquido", exigindo a interveniência de muitos atores. Observa-se, assim, que a Conservação procura "dar conta" das demandas sugeridas por temas e problemas que, até o século dezenove, eram quase inéditos para a arquitetura.

A relevância da função "cultural" dos edifícios e casas históricas foi promovida apenas em fins da década de 1970 e consolidou-se na década de 1980 com a proliferação de centros culturais. Exposições, recitais de música, seminários, projeções de filmes, encenações teatrais, venda de produtos culturais, além de mostras sobre o edifício e as descobertas arqueológicas, motivaram restaurações memoráveis tanto no sentido positivo quanto negativo. Destaca-se, dentre as primeiras, a recuperação e mudança de uso do Paço Imperial no Rio de Janeiro, que foi visto até bem pouco tempo como um dos principais centros culturais do país.

Àquela época, Nestor Goulart Reis Neto publicou livro com notas e ensaios escritos a partir de 1962 no Suplemento Literário de O Estado de São Paulo. Nesses textos, o professor, arquiteto e sociólogo elaborou comentários sobre a importância da criação de uma rede de museus e centros culturais. Suas análises, fundamentadas nas articulações da preservação patrimonial e do turismo cultural, são imprescindíveis para a compreensão dos atuais problemas e êxitos do campo da Conservação patrimonial.

[2] REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

"A noção contemporânea de museu", aliada à essência renovadora do processo cultural, e a "disponibilidade de quadros (..) amplos (...) atuando no campo da cultura" no Rio, em São Paulo e em outras capitais de importância regional, levou Reis Filho a afirmar que:

" (....) falta uma rede de centros de cultura a partir dos quais seriam coordenadas, em todas as áreas, as atividades culturais. Esses centros podem ser instalados em edifícios restaurados ou conservados, obras arquitetônicas representativas de cada fase, que seriam desse modo, postas em contato permanente com o público, confirmando e reforçando sua destinação cultural. " (1970:203) [2]

Ao seguir essa recomendação, o Iphan constituiu o Programa das Casas Históricas em pequenas e médias cidades na década de 1980, promovendo o reuso e a restauração de construções, as quais, além da função cultural, foram também denominadas Escritórios Técnicos e destinadas às atividades de representação institucional.

O IAB, em semelhante modo, conserva e dinamiza suas representações estaduais, integrando os mesmos objetivos e estabelecendo, nas principais cidades brasileiras, singular rede de edifícios-sedes dos seus departamentos. Instaladas nas construções cuja particularidade é a linguagem característica do passado local, as sedes do IAB preservam os valores históricos e artísticos de nosso patrimônio modesto e excepcional. Importa ainda registrar que tanto a presidência nacional do IAB quanto as lideranças locais foram e são exercidas por profissionais arquitetos atuantes na ação conservacionista. Na impossibilidade de nomear todos os arquitetos que compõem o quadro de estudiosos e defensores do patrimônio brasileiro vinculados à administração do IAB, destacam-se na primeira condição Eduardo Kneese de Melo, Fábio Penteado, Fernando Burmeister e Romeu Duarte; e, na presidência de representações regionais, dentre muitos outros, Antônio Pedro de Alcântara, Marcos Konder Neto, Sylvio de Vasconcelos, Flavio de Lemos Carsalade, Leonardo Barci Castriota, Paulo Ormindo, Pasqualino Magnavita, Luiz Antonio de Souza e Nivaldo Andrade.

As Casas dos Arquitetos

A maioria das restaurações e recuperações de edifícios históricos se destina ao reuso, adequações e reapropriações. Desse modo, a refuncionalidade da forma arquitetônica é um dos principais temas da tecnologia da Conservação. De maneira simplista, elementos novos e "adaptados" resolveriam. Afinal, não é preciso provar que urso polar também pode ser criado no deserto para fazer uma boa arquitetura ser renovada. Entretanto, imperativo é o fato de que, para ser reutilizada, a construção deve manter os aspectos estruturais que a originaram!

Além do que se afirma acima, a transformação do uso original de um edifício situado em setor da cidade abandonado cria expectativas programáticas sobre o contexto preexistente. Tal situação configura ações de proteção do patrimônio edificado e de requalificação urbana que imprimem importância aos entornos, tornando-os pouco a pouco integrados a um sistema amplo de renovação.

Ainda conforme antes anunciado, no sentido de defender a permanência das representações da arquitetura e do urbanismo formadores das nossas identidades, os edifícios-sedes dos IABs são exemplos concretos do patrimônio monumental e modesto significativos do cumprimento das metas preservacionistas constantes em recomendações da Unesco.

Figura 1. Sede do IAB RJ Fonte: IAB RJ

Com predominante função cultural, o programa das casas históricas dos IABs tem o objetivo de estabelecer um sistema. Para tanto, apresenta os seguintes atributos:
potencialidade de garantir impacto midiático porque os bens culturais arquitetônicos gerariam atividades de natureza variada, direta e indiretamente; potencialidade sinérgica porque o sucesso de cada componente dependeria do êxito de outros; e capacidade de catalisar a conservação das áreas onde se localizam os edifícios porque integraria, com o objetivo de equilibrar, as economias em nível local, regional e federal.
Em larga perspectiva, os edifícios-sedes dos IABs atuam no âmbito nacional com o propósito de utilização "em rede". A diversidade das linguagens arquitetônicas das construções e as diferentes situações urbanísticas dos bairros onde estão localizadas demonstram que a sua permanência, além de garantir a manutenção da estrutura física, assegura também o acesso aos acervos bibliográficos e arquivísticos institucionais que são, reconhecidamente, bens culturais.
A Casa do Arquiteto Oscar Niemeyer, denominação do edifício-sede do IAB RJ, foi construída em 1904 no bairro do Catete. Tutelado pelo Inepac, instância estadual do patrimônio, a edificação eclética abrigou a antiga Sala das Machinas da Companhia Ferro Carris Jardim Botânico. Lugar de reuniões ordinárias e eventos excepcionais para a instituição, a Casa do Arquiteto Oscar Niemeyer simboliza o trabalho quase centenário do IAB, na medida em que as permanentes bandeiras da luta institucional são aí desfraldadas incessantemente.
Em João Pessoa, capital da Paraíba, a ambiência da praça de São Frei Pedro Gonçalves é configurada por casario e loteamento de origem colonial, em que se inserem de modo harmônico a fachada colorida, o frontão e as aberturas da construção que abriga as atividades do IAB PB.
O Solar do IAB RS em Porto Alegre é tombado pelo patrimônio histórico municipal e data da primeira metade do século XIX. A sede do IAB PB, localizada no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, é, junto com o Solar do IAB RS, uma das edificações mais antigas ocupadas pelas representações estaduais do IAB. Com peculiares características morfológicas e diferentes usos em suas origens, essas sedes expressam as diversas linguagens que identificam a variada história cultural do nosso país.
A arquitetura moderna brasileira também se encontra representada nas sedes de Pernambuco, Bahia e São Paulo, as quais representam diferentes momentos do Movimento Moderno e confirmam a importância internacionalmente reconhecida da arquitetura produzida entre 1930 e 1950 em nosso país.
A sede do IAB PE, projetada por Luís Nunes e Fernando Saturnino de Brito junto com a equipe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da cidade do Recife, foi construída em 1937 e tombada pelo Iphan na condição de exemplar da melhor arquitetura modernista brasileira.
A sede do IAB MG contém elementos da arquitetura institucional produzida após 1960, marco do modernismo. A sede do IAB BA, por sua vez, situada no Centro Histórico de Salvador, na vizinhança imediata da Casa dos Sete Candeeiros, construída em 1962 e inaugurada em 1966, é um exemplo de arquitetura contemporânea mesclada com características da arquitetura brasileira modernista. Resultado de concurso público, no qual houve a fusão das melhores equipes participantes, a construção apresenta conjunto de lojas no térreo e terraço com espaço expositivo.

Figura 2. Sede do IAB PB Fonte: IAB

Figura 3. Sede IAB RS Fonte IAB

Figura 4. Sede IAB PE Fonte: IAB

Figura 5. Sede IAB SP Fonte: IAB

Figura 6. Sede do IAB MG Fonte: IAB

Figura 7. Antiga Assembleia do estado de Tocantins. Futura sede do IAB TO e CAU TO Fonte: IAB

Figura 8. Sede IAB ES e CAU ES Fonte: IAB ES

Figura 9. Projeto vencedor do Concurso da sede IAB DF e CAU BR, Brasília. Fonte: IAB

A política de integração com os Conselhos de Arquitetos e Urbanistas – CAUs regionais motiva o compartilhamento de algumas das sedes dos departamentos dos IABs. Tal tendência, que de modo claro agrega e reafirma o valor histórico das construções, pode ser verificada no Distrito Federal, Espírito Santo e Tocantins. A ocupação da antiga Assembleia do estado de Tocantins, que será compartilhada pelo CAU e IAB TO, é o mais recente indicador desse fato. No Espírito Santo, a casa-sede do IAB ES, de uso comum com o CAU ES, apresenta arquitetura típica das unidades residenciais construídas para a classe média em meados do século vinte.

Em Brasília, o concurso para a sede compartilhada do IAB DF e do CAU BR envolveu mais de três centenas de arquitetos inscritos, demonstrando o interesse da categoria por sua principal representação cultural.

A heterogênea implantação urbanística que caracteriza esse conjunto de edifícios reafirma a historicidade dos espaços das cidades brasileiras. Desse modo, ao expressar a importância da adequação dos usos e da conservação dos entornos patrimoniais, a rede de edifícios-sedes dos departamentos do IAB recupera e consolida a formação diversa da imagem das "cidades-nacionais" brasileiras.

Na medida em que esses edifícios e respectivos entornos adquiriram a condição de espaços culturais, as Casas dos Arquitetos dos IABs ampliam as perspectivas de 'pertencimento' e duração do patrimônio urbano. Verifica-se, assim, que, ao garantir a permanência e a fruição desses bens patrimoniais, os arquitetos reforçam a dimensão cultural de sua centenária instituição.

Os conflitos entre a teoria e a prática da reabilitação

Aníbal Costa[1]

[1] Universidade de Aveiro

Resumo

As intervenções no património edificado levantam sempre muitos conflitos, entre a teoria, vertida nas cartas patrimoniais e transmitida por muitos técnicos na sua vivência diária e a realidade do que é efetivamente realizado nas intervenções no património edificado. Muitas vezes essas intervenções erróneas dão-se por falta de conhecimento e ausência de sentido crítico e por uma fuga da maioria dos técnicos para a sua área de conforto. Outras vezes prende-se com a falta de sensibilidade e desconhecimento do que é a reabilitação.

Quando se intervém no património monumental levanta-se a questão de quais são os limites dessa intervenção, avaliando-se o benefício de uma intervenção minimalista, que passe pela reduzida intrusividade, pela reversibilidade e consequentemente pelo uso de materiais e sistemas construtivos compatíveis. No entanto, nesta ponderação também se inclui a avaliação das evidências de intervenções consideradas erróneas do passado, o seu peso enquanto elementos que já fazem parte, ou não, da história do monumento exigindo-se uma posição crítica perante os mesmos, antes da definição da estratégia de intervenção a seguir.

Também se colocam muitas dúvidas, do ponto de vista estrutural, ao nível de segurança que as construções apresentam e dos meios escassos de conhecimento que existem para proceder à avaliação da segurança estrutural existente e da que é necessária para a nova função. Aqui mais uma vez o recurso é usar materiais e sistemas construtivos atuais e que muitas vezes não são compatíveis com os existentes no monumento.

Os intervenientes perante dúvidas ou incertezas sobre o modo de atuar necessitam de estabelecer um quadro de parâmetros que lhes permitam fundamentar as decisões e os modos de ultrapassar os confrontos que se lhes deparam.

Pretende-se através da apresentação de vários exemplos práticos debater algumas das questões e dúvidas que se colocam quando se está a elaborar um projeto.

Palavras-chave: Património monumental, princípios de intervenção, cartas patrimoniais, valor patrimonial.

Siza Vieira aquando da sua intervenção de reabilitação na Casa de Chá da Boa Nova referiu que quando chegou ao edifício para começar a pensar na reabilitação do mesmo, ia cheio de ideias de transformar e substituir uma série de elementos, mas que depois de entrar e começar a olhar melhor para o edifício, pensou "vou imaginar que não fui eu que fiz o projeto, mas foi um outro arquiteto e vou procurar respeitá-lo e procurar compreender as suas ideias" (palavras que pretendem transmitir a ideia, mas que são do autor da comunicação) e a partir daí teve uma outra atitude e praticamente respeitou todos os sistemas construtivos e materiais existentes, mantendo as paredes brancas, o castanho da madeira "Afizélia", os apontamentos de betão e de latão, tudo pontuado com o mobiliário e os candeeiros desenhados pelo próprio Álvaro Siza Vieira, e que foram repostos, em muitos casos reconstruídos a partir do esboço original.

Este é o princípio que deve ser usado em qualquer projeto de reabilitação – respeito: por quem projetou, muitas vezes com conhecimentos, que em alguns domínios, eram avançados em relação aos atuais, principalmente no saber fazer e respeito pelos materiais e sistemas construtivos existentes.

Por isso quando chegamos a uma construção devemos sempre pensar que alguém, em determinada época e com o conhecimento, técnicas e materiais conhecidos na época, produziu, com uma técnica de recondução apurada, ou reconstruiu, ou reinterpretou o que seria o estado original através de meios que em muitos casos se poderão considerar adequados uma parte do monumento ou o próprio monumento. Passados vários anos poderá questionar-se se essa intervenção foi a mais adequada ou não à luz dos conhecimentos atuais. Frequentemente quando as técnicas são apuradas, muitos questionam-se se, onde foi efetuada uma reparação ou recondução, se estamos na presença de uma imitação ou do original. Esta dúvida surge diversas vezes e só os olhos de um especialista consegue ver muitas vezes a diferença (Loza, R. 2017). Noutros casos a intervenção é tão evidente que a questão nem se coloca.

Estas situações são normais quando se trabalha em monumentos, por exemplo, com a aplicação de próteses pouco invasivas e com materiais compatíveis com o material existente. Nestes casos estamos perante uma atuação correta ou deveríamos deixar a peça degradada. Outras vezes temos intervenções que à luz do conhecimento atual consideramos incorretas, por exemplo aplicação de elementos de betão armado em monumentos, e o que fazer (?), retirar esses elementos ou deixá-los ficar e tratá-los (?).

Em Portugal fala-se muito em reabilitação e praticamente todas as intervenções em edifícios e monumentos são classificadas como "reabilitação", quando na maioria das vezes estamos perante uma "reconstrução" ou mesmo de uma "construção nova", ou seja tira-se partido da fachada e procede-se à demolição do seu interior. Mais uma vez se questiona se à luz do conhecimento atual esta é uma atitude correta ou não? Muitos dos técnicos que trabalha no património considera esta uma atitude que representa um atentado ao património, mas a verdade é que é este tipo de obras que recebem os denominados "Prémios Nacionais de Reabilitação". No que ficamos! Para que servem os conhecimentos teóricos e as Cartas tantas vezes invocadas, se depois a prática é o que todos conhecemos.

Também existe a atitude paternalista e "fundamentalista" das entidades que gerem o património que em muitas situações estão preocupadas com a árvore esquecendo-se da floresta. Como sabemos, uma das cartas mais conhecida e mais referenciada é a Carta de Veneza que refere no artigo 5º que "A conservação de um monumento é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade: esta afetação é pois desejável mas não pode nem deve alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É assim dentro destes limites que se devem conceber e que se podem autorizar as adaptações tornadas necessárias, exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.". A fruição de um monumento é o primeiro passo para a sua manutenção e conservação e por isso teremos de ter sempre uma atitude respeitadora na intervenção sobre o monumento e ter presente, por um lado o valor do edifício e da sua área envolvente, depois o respeito por quem idealizou e criou a solução, muitas vezes com conhecimentos e técnicas que vale a pena aprender e respeitar antes de intervir e finalmente adotar soluções que sejam minimalistas, pouco intrusivas e procurando sempre sistemas construtivos e materiais que sejam compatíveis com os existentes. Esta é a teoria. Na prática temos de compreender que a intervenção tem de adequar a função ao monumento (nunca o monumento à função) e por outro lado a segurança estrutural tem de estar sempre em primeiro lugar. A segurança estrutural é para a maioria das pessoas um bem adquirido, ou seja, quando se faz um projeto e se entrega um termo de responsabilidade, as entidades e as pessoas em geral entendem que a segurança estrutural está adquirida, não se questiona, é como o ar que se respira. Em quase todas as situações esta quase evidência é falsa e deve ser sempre questionada em qualquer intervenção. Como exemplo e tendo presente esta complexidade deve-se questionar muitas vezes se a substituição de uma laje de betão armado que foi introduzida na cobertura de um monumento nos anos 60 do século XX deve ser retirada numa intervenção contemporânea. É esta a atitude correta? Em várias situações esta hipótese esteve presente e em muitas situações optou-se por retirar e noutras não. Que critérios devem prevalecer nesta decisão? Entendemos que o critério fundamental é perceber as vantagens e desvantagens da sua retirada ou não e depois pesando as duas decidir? Como exemplo, na Igreja de Foz Coa, (Costa et al, 20009) depois de estudar a solução e depois de verificar que a inclinação dos pilares de pedra que separam a nave central da nave lateral do lado sul e da parede do lado sul estavam inclinados cerca de 62cm em 7 metros de altura, Figuras 1 e 2, e que esse movimento poderia estar associado a problemas nas fundações da parede, ou com obras realizadas na rua paralela à parede, e portanto o alívio da carga, devida à retirada da laje, poderia ser favorável, decidiu-se pela manutenção, uma vez que a laje tinha uma função estrutural muito importante de ligar toda a estrutura portante da Igreja, mantendo-a a funcionar em conjunto.

Noutro caso, no Mosteiro de Travanca, (Costa, A. et al, 2012) decidiu-se retirar a laje de cobertura já que as vantagens de ter essa laje eram praticamente nulas e aqui procurou-se restituir à Igreja o seu sistema construtivo original e usando materiais semelhantes aos originais, Figuras 3 e 4. Mas é esta a atitude correta?

Estes trabalhos retratam a evolução dos sistemas construtivos utilizados no decurso da segunda metade do século XX, onde se começou a utilizar cintas de betão para a estabilização das paredes de alvenaria. A introdução de elementos construtivos à base de betão, utilizados a partir de 1968, reflete o conhecimento técnico sobre o material disponível na altura da sua utilização, devido à sua especial vocação para consolidar os coroamentos dos muros do edifício, mas sem grande atenção às cargas excessivas e impulsos que esta sobrecarga iria provocar nesses mesmos muros.

O projeto de "conservação, salvaguarda e valorização do imóvel" desenvolvido em 2012 (Malheiro, M. 2012) que se centrou nas coberturas da Igreja, já que foi nelas que se detetou a necessidade premente de intervir, permitiu verificar que as esteiras de betão, construídas em 1968, estavam a "produzir esforços nas paredes de apoio, facto que estava a produzir deformações acentuadas por fissuras verticais bem como na desamarração dos travamentos da estrutura autoportante"

Fig. 1 – Movimento da parede do alçado poente para fora do plano

Fig. 2 – Pilares de pedra que separam a nave central da nave lateral do lado poente com inclinação acentuada

Fig. 3 – Arranjo da cobertura, com aplicação de argamassa hidrofugada sobre esteira em laje de tijolo armado. Alberto da Silva Bessa, 1968

Fig. 4 – Trabalhos de demolição e remoção da laje e madeiramentos apodrecidos da nave lateral norte, em 2013.

estando o "plano das coberturas destacado no encontro com os panos verticais, situação que provoca a entrada franca de águas pluviais no interior" (Malheiro, M. 2012:11-14).

Neste caso resolveu-se estabilizar as paredes de alvenaria com tirantes, realizados através da ligação dos elementos estruturais de madeira às paredes, assegurando a continuidade aos elementos estruturais, ligando-os todos entre si e procedeu-se a reforços pontuais para melhorar as ligações, (Costa, A. et al, 2012), Figuras 5 e 6.

Mais uma vez se questiona se esta será a atitude correta ou se dentro de alguns anos não estarão a criticar esta intervenção ou a questioná-la. Será que esta intervenção é demasiado intrusiva? Por ligar o elemento de madeira à alvenaria? Mas como assegurar o travamento das paredes para fora do plano. Através de tirantes? Mas estes não têm de atravessar a parede e serem ligados pelo exterior às paredes?

Esta situação é delicada porque algumas vezes as entidades que gerem o património proíbem que se faça qualquer intervenção no monumento impedindo apoios ou ligações às alvenarias existentes, por exemplo na Torre de Menagem de Barcelos, (Costa, A. et al, 2013) onde a nova função que lhe foi atribuída obrigava à criação de um percurso que ligava o rés do chão à cobertura, com uma escada que praticamente não tinha apoios ao longo da sua altura. Que fazer? Alterar o projeto, prejudicando a função ou permitir ligeiros apoios nas paredes que permitissem a solução? Qual a atitude correta? O que acabou por ser feito? Criar 2 apoios em altura na parede, com elementos metálicos que poderão ser retirados e assim cumpriu-se o projeto e deu-se uma nova fruição ao edifício, Figuras 7 e 8. Mas mais uma vez se pode questionar, até que ponto esta introdução de apoios pontuais na parede foi ou não demasiada intrusiva no monumento. Existem alguns "fundamentalistas" que consideram que não se pode mexer numa pedra do monumento, mas então não se vai dar uso ao monumento. É importante estabelecer-se limites à intervenção. Como? Quais?

Outra questão que se coloca nas intervenções no património é reconstruir o construído. Ou seja o primeiro passo que se deve dar quando se vai intervir no património é conhecer o existente, tendo sempre presente que quanto mais aprofundado o conhecimento melhor será a intervenção. Daí ser fundamental uma boa inspeção e consequente diagnóstico. Mas muitas vezes depara-se em obra com intervenções do passado que usando sistemas construtivos e materiais compatíveis foram demasiado intrusivas e introduziram alterações que prejudicaram o monumento. Sendo estas intervenções já seculares e fazendo parte da história do monumento, como se deve atuar?

Como exemplo apresenta-se o caso da Igreja de São Francisco em Évora, (Dias, A., 2013).

Na fase de projeto verificou-se na Igreja de São Francisco a existência de paredes na sala régia, localizadas na Figura 9 pelo número 1, que impediam totalmente o acesso às janelas régias, Figura 10a) havendo somente uma pequena fresta na "janela da rainha" onde era possível observar, de longe, a capela-mor. Do lado da capela-mor a vista para as janelas régias mostravam a existência dessas paredes, inestéticas e sem atributos, Figura 10b).

A pesquisa realizada permitiu concluir que estas paredes tinham sido colocadas entre 1860 e 1862 para servirem de suporte a uma nova torre sineira, Figura 11. Ou seja, podemos questionar se na altura se atribuiu mais valor à construção da Torre Sineira em detrimento da qualidade espacial da Sala Régia, ou se a solução encontrada não terá sido devidamente ponderada, sacrificando a Sala Régia pela solução estrutural usada para a execução da Torre Sineira, embora na construção se tenha recorrido ao uso de materiais tradicionais, cantaria na sala régia e alvenaria nas paredes da Torre Sineira.

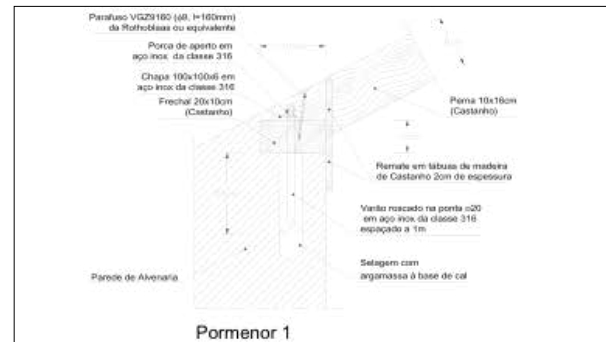



Fig. 5 – Ligação entre as vigas de madeira e as paredes portantes ao nível inferior

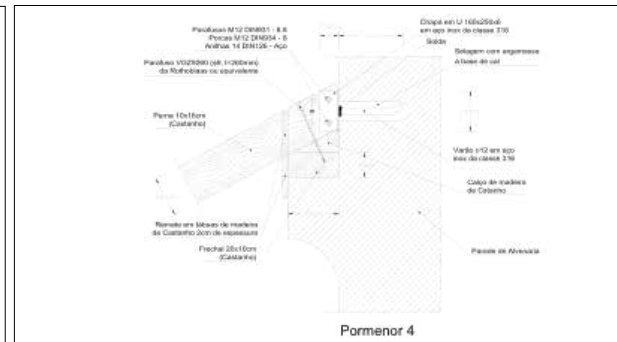



Fig. 6 – Ligação entre as vigas de madeira e as paredes portantes ao nível superior

Fig. 7 – Torre de Barcelos

Fig. 8 – Nova escadaria de acesso aos pisos e cobertura

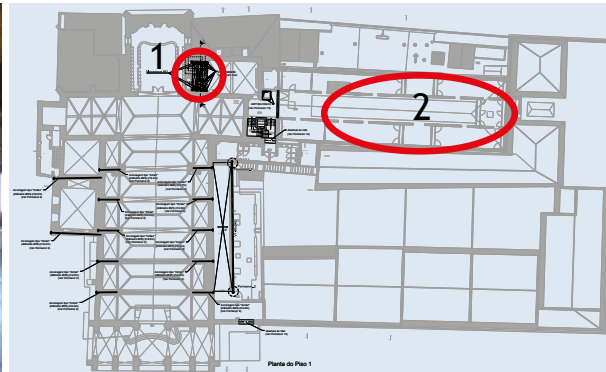



Fig. 9 – Planta, ao nível do 1º piso, da Igreja de São Francisco em Évora (créditos: Aníbal Costa)

Fig. 10a – Vista da Sala Régia da Capela Mor (créditos: Aníbal Costa)

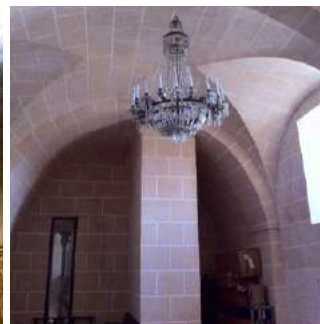



Fig. 10b – Vista do interior da Sala Régia (créditos: Aníbal Costa)

Fig. 11 – Vista da Torre Sineira (créditos: Manuel Ribeiro)

A decisão sobre este confronto, entre a importância de uma solução questionável, mas que existe já há 150 anos, fazendo parte integrante da história do monumento e, a avaliação sobre se essa intervenção do passado acrescentou efetivamente valor à igreja ou se pelo contrário contribuiu para uma diminuição apreciável desse valor, deverá ser tida em conta pela equipa técnica. Neste caso a solução adotada foi a de conferir a dignidade à sala régia, mantendo a torre, mas cortando-a na zona da sala régia de modo a suprimir os elementos espúrios criados aquando da construção, (Costa, A. et al, 2013). É uma solução que procura a conciliação entre o passado mais antigo e o passado mais presente, mas buscando o equilíbrio no presente.

Assim, o sistema construtivo da torre foi alterado, mantendo a sua estabilidade estrutural mas permitindo a fruição da sala régia. Para o efeito foi desenvolvida uma solução estrutural que consistiu em substituir o apoio da Torre, realizado por paredes de cantaria de granito, por uma abóbada com a forma geométrica da existente na Sala Régia mas que permitisse libertar as janelas régias. A solução final, Figuras 12 e 13, mostra a sala régia depois de suprimidas as paredes, restituindo-se assim a dignidade a um dos elementos mais marcantes da história da igreja.

Um outro problema que surge muitas vezes na Reabilitação é a falta de conhecimento dos materiais e dos sistemas construtivos existentes e em muitos casos da impossibilidade de se realizarem sondagens nos elementos estruturais existentes pelo seu valor patrimonial. Neste caso temos normalmente duas opções, ou não se altera a situação existente ou por razões funcionais considera-se fundamental essa alteração. Em qualquer dos casos um dos primeiros passos que deve ser dado é perceber e compreender a história do monumento e da zona específica que estamos a estudar. Muitas das vezes essa zona já teve outras funções no passado e já foi objeto de intervenções. Esta é uma maneira de obter conhecimento sem sondagens intrusivas ou não intrusivas. Este conhecimento é fundamental e muitas vezes permite-nos conhecer os materiais que foram usados à sua origem e em muitas situações as características mecânicas de alguns dos materiais empregues na construção (Dionísio, A., 2012). Outras vezes permite compreender que a parte superior de uma área já em tempos foi ocupada e com funções semelhantes às que se pretende colocar na nova utilização. Este é um primeiro conhecimento que permite ganhar confiança na tomada de decisão sobre intervir ou não nessa zona. Neste caso poderíamos referir vários exemplos como a Sé de Lisboa ou a Igreja de São Francisco. Um exemplo de uma situação deste tipo foi a necessidade de criar um novo espaço museológico na cobertura da Capela dos Ossos (identificada na Figura 9 com o número 2). Neste caso, reconhecendo de forma prévia que a Capela dos Ossos nunca poderia ser posta em causa, bem como o seu valor de Património cultural, o confronto apresentava-se na avaliação da compatibilização com a instalação de uma nova função, exigente do ponto de vista estrutural e com uma dificuldade acrescida na avaliação de forma não intrusiva do existente para este efeito. Como a Capela dos Ossos, Figura 13, apresenta as paredes todas cobertas de ossos pelo interior e, pelo exterior as dificuldades de acesso eram acrescidas pelo facto de que confinavam em todos os lados, com outros proprietários, não permitindo um acesso franco, era muito difícil a realização de sondagens, que permitissem identificar os materiais e praticamente impossível determinar as suas características mecânicas ou dos elementos estruturais dos quais eles eram parte integrante.

A viabilização da solução passou pela realização de um ensaio de carga que consistiu na avaliação da resposta estrutural de um conjunto de abóbadas da Capela dos Ossos ao longo de um carregamento gradual, até se atingirem 350kg/m2

Fig. 12 – Vista da janela régia pelo interior da sala régia (créditos: Aníbal Costa)

Fig. 13 – Capela dos Ossos (créditos: Aníbal Costa)

Fig. 13 – Vista da janela régia da capela mor (créditos: Aníbal Costa)

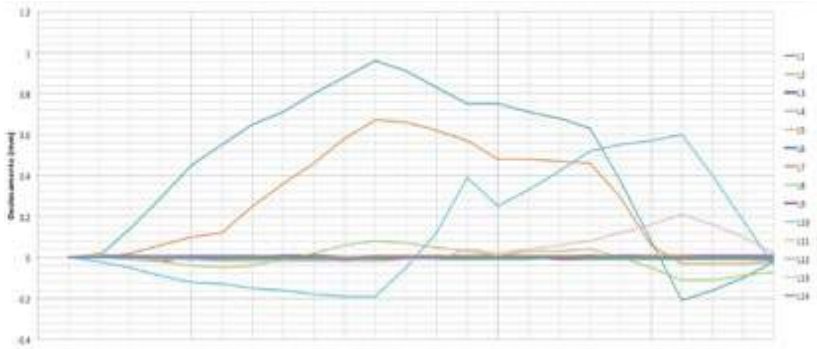



Fig. 14 – Resultados obtidos no ensaio de carga (créditos: Hugo Rodrigues)

(Costa, A. et al, 2014). Foi feito o registo dos deslocamentos verticais em vários pontos e avaliada a eventual formação de fissuras. Após o carregamento foi retirada toda a carga para avaliação da recuperação das deformações. A aplicação da carga foi feita recorrendo a sacos de cimento.

Os resultados, Figura 14, evidenciaram um deslocamento máximo próximo de 1 mm para a carga total aplicada. Importa realçar que não seriam de esperar gráficos de força deslocamentos lineares, uma vez que tanto o posicionamento espacial das cargas como a sua resultante foram variando ao longo do tempo, ao invés de uma carga que permanece uniformemente distribuída e que apenas varia de valor. De facto, só nessa situação é que seria expectável obter gráficos de força-deslocamento com evolução linear no caso de a estrutura permanecer em regime linear-elástico. Deste modo, a avaliação da "linearidade" ou "quase-linearidade" de comportamento da estrutura só pode ser feita com recurso à análise dos deslocamentos residuais. Estes resultados permitiram avançar com a obra e executar o museu na parte de cima da Capela dos Ossos, Figura 15.

Finalmente apresenta-se um outro caso em que o esquema estrutural existente, já com alguns séculos, era uma solução que ciclicamente introduzia esforços não compatíveis com a resistência dos elementos que a compõem e daí resultava a queda de elementos de pedra, a cerca de 40 metros de altura, que colocava em perigo pessoas e bens. Estamos a referir o caso da Torre de Menagem de Beja (Costa, A. et al 2015) que apresenta nos cantos umas consolas com vão e cargas demasiadas elevadas para as tensões que se vão desenvolvendo nos elementos de suporte. Esta situação verifica-se porque na zona dos cantos do "balcão corrido", como a largura da consola se mantêm constante, o cachorro que realiza a diagonal do canto apresenta um comprimento superior aos 8 restantes (4 de cada lado) de 1,414 vezes mais. No caso concreto significa que existem 8 cachorros com 1,16m de comprimento e o de canto apresenta uma consola com 1,64m de comprimento, Figura 16, apresentando todos as mesmas dimensões em termos de espessura de pedra (3 pedras de 31 cm cada).

Como se compreende estes cantos são as zonas mais vulneráveis da construção, já que apresentam elementos em consola, com alguma dimensão, e com seções de pedra iguais para situações distintas. Para além disso, como se pode observar na Figura 16 a consola que realiza a diagonal também suporta uma carga maior, já que a sua área de influência é maior e recebe mais merlões que os restantes cachorros.

Portanto estamos na presença de um elemento estrutural sujeito a grandes esforços de compressão e de tração, já que o equilíbrio da força que atua na extremidade do elemento obriga a um esforço de tração na pedra superior que a solicita em toda a sua extensão.

Na consola do canto a força de tração que se exerce na pedra superior é elevada o que vai dando origem ao logo do tempo a fissurações e à perda de seção, originando, ao fim de alguns anos o colapso dessa zona. Esta situação já se tinha verificado várias vezes, tornou-se a verificar em 2015, onde na zona colapsada eram visíveis algumas pedras partidas. As observações efetuadas permitem perceber que a derrocada de parte do balcão corrido no canto sudeste da Torre de Menagem ocorreu devido ao excesso de tensões de tração na pedra superior da consola que dá apoio ao referido balcão. Como é evidente existem diversas causas que contribuíram para essa derrocada mas a principal está ligada a este facto. Neste caso a intervenção consistiu em introduzir um tirante de aço inox, pré-esforçado que absorvesse essa força, Figura 17.

Mais uma vez estamos na presença de uma intervenção polémica que poderá ser questionada principalmente referindo a intrusividade da solução. Mas mais uma vez é necessário

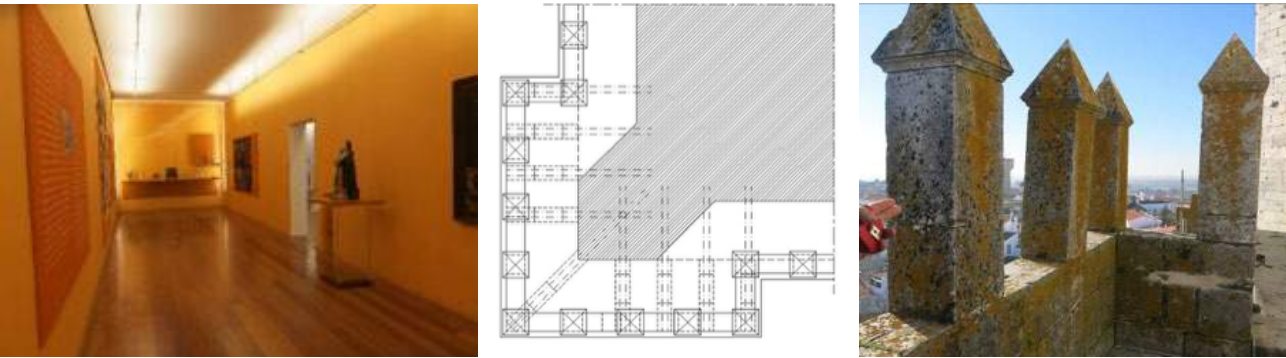



Fig. 15 – Museu executado em cima da Capela dos Ossos (créditos: Manuel Ribeiro)

Fig. 16 - Planta estrutural esquemática e vista geral das cargas aplicadas na consola

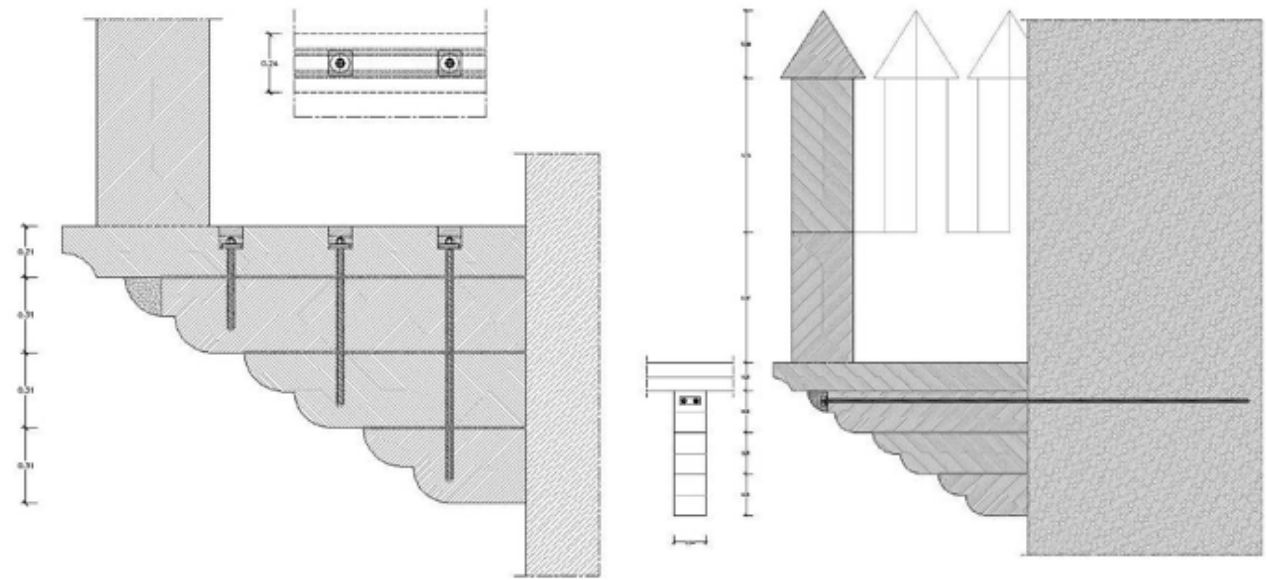



Fig. 17 - Procedimento de reforço a usar no balcão da Torre de Menagem

ponderar entre uma solução, com alguma intrusividade, mas que garanta a segurança estrutural da construção durante um período de vida útil muito superior àquela que a qualquer outro tipo de solução mais estética garantiria.

Como nota final deve-se referir que as intervenções no Património são exigentes em termos da qualidade das soluções e da compatibilização com o valor Patrimonial cultural subjacente. Por este motivo, as decisões devem passar por várias avaliações do existente, bem discutidas entre a equipa projetista, tendo presente a história do edifício, o seu passado, o seu presente e principalmente o seu futuro em funcionamento. Alguns dos confrontos entre estes níveis de compatibilidade são colocadas à equipa projetista e têm, de ser decididos em obra, apesar da obrigatoriedade de execução do Relatório Preliminar. Este é um instrumento indispensável à execução de um bom projeto de execução, sendo um passo também muito importante para a execução de uma obra com qualidade, para além de um registo fundamental das características do existente e assim mais um contributo para a história da evolução da arquitetura e da construção. Preservar o património monumental significa conjugar diferentes áreas e técnicas, da arquitetura à engenharia, passando pela história, arqueologia, conservação e restauro, entre outras.

Neste particular foram apresentados vários exemplos de casos de obra onde forma apresentadas as soluções utilizadas e levantaram-se questões sobre as mesmas, procurando-se evidenciar os conflitos com que muitas vezes os projetistas são confrontados e nessa altura devem ponderar bem as soluções e procurar assumir a solução que seja menos intruvisa, reversível e compatível mas que fundamentalmente assegure a segurança da construção.

Referências Bibliográficas

Costa, Aníbal. 2012. Relatório de Inspeção e Diagnóstico – Igreja São Francisco, Évora, Gepectrofa, Lda, Trofa, 2012.

Costa, Aníbal; Esmeralda, Paupério e Dias, Tiago Ilharco. 2009. Igreja Matriz da Vila Nova de Foz Côa. Relatório de Inspeção. Relatório OU70-RVT163-A-Ng222, abril 2009.

Costa, Aníbal; Varum, Humberto; Rodrigues, Hugo; Fonseca, Jorge. 2014. Relatório de Ensaios de Carga. Capela dos Ossos – Igreja São Francisco, Évora, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, setembro 2014.

Costa, Aníbal; Pereira, Rossana. 2012. Igreja de São Salvador de Travanca, Amarante - Projeto de Conservação, Salvaguarda e Valorização do Imóvel. Projeto de Execução – Estruturas, Gepectrofa, Lda, 2012.

Costa, A.; Pereira, R. 2013. IGREJA DE SÃO FRANCISCO – ÉVORA. Recuperação do Convento e Igreja de S. Francisco e novo Núcleo Museológico | Évora. Projeto de Execução – Estruturas, 2013.

Costa, A.; Pereira, R. 2013. Torre Medieval de Barcelos - Reabilitação da Torre Medieval. Projeto de Execução – Estruturas, Gepectrofa, Lda, fevereiro de 2013.

Costa, A.; Pereira, R. 2015. Torre Menagem de Beja - Reabilitação da Torre de Menagem. Projeto de Execução – Estruturas, Gepectrofa, Lda, 2015.